



EPAL

relatório

e contas

2008

missão, visão e valores

Missão

A missão da EPAL é a prestação de serviços de água e a gestão sustentável do ciclo urbano da água, ao longo da sua sequência de actividades e negócios.

Visão

A Visão da EPAL expressa-se em duas linhas de força:

- Ser empresa de referência no sector da água em Portugal
- Orientar-se pelas melhores práticas internacionais

Valores

No seu dia-a-dia a EPAL orienta-se pelos seguintes valores:

- A qualidade
- A inovação, a modernidade e a excelência
- A responsabilidade social na prestação dos serviços públicos essenciais
- A sustentabilidade e os propósitos que lhe são inerentes de eficiência na gestão, de defesa e protecção do ambiente, de respeito pela pessoa humana e de envolvimento na comunidade
- A orientação para o cliente, razão de ser da empresa
- A integridade e a transparência no modo de estar e nas relações com todas as partes interessadas
- A competência e o rigor na tomada de decisões e nas acções, estabelecendo a confiança como princípio de relação entre a EPAL e os seus diferentes públicos
- O respeito e a prática da legalidade
- A melhoria contínua da pessoa, do saber, dos processos, das práticas da empresa e da sociedade



Introdução

- Indicadores principais ● 006
- Mensagem do Presidente ● 007

Relatório de Gestão

- Qualidade da água ● 013
- O ciclo da água na EPAL ● 019
- Relacionamento com os Clientes ● 029
- Investimentos ● 035
- As pessoas ● 039
- Sistemas e processos ● 047
- Outras actividades ● 053
- Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social ● 057
- Desempenho financeiro ● 065
- Gestão de riscos ● 075
- Perspectivas futuras ● 081
- Proposta de aplicação de resultados ● 085
- Controlo e administração da sociedade ● 087
- Agradecimentos ● 095

Contas

- Demonstrações financeiras ● 100
- Notas ● 105
- POC ● 137

Relatórios e pareceres

- Relatório e parecer do Fiscal Único ● 144
- Certificação legal das contas ● 149
- Relatório de auditoria ● 151

Indicadores Principais

ACTIVIDADE

volumes/capacidades em metros cúbicos (m³)

	2004	2005	2006	2007	2008
Volume total de água vendida	223 497 363	217 610 502	210 363 526	209 854 898	211 256 466
Número de Clientes Directos	338 981	341 799	344 564	346 169	346 699
Número de consumidores ¹	2 577 629	2 594 033	2 608 042	2 618 861	2 796 640
Número de municípios directamente abastecidos	26	26	26	26	20
Nº de municípios abastecidos pela Águas do Oeste	-	-	-	-	12
Área total abastecida, km ²	5 406	5 406	5 406	5 406	6 564
Condutas/tubagens renovadas, km	56	85	65	28	43
NºRoturas/100 km Rede Distribuição/ano	47,95	45,18	40,07	41,57	37,82
Perdas Lisboa/água entrada, %	23,91	23,54	20,16	17,23	15,67
Perdas totais/água captada, %	17,0%	14,8%	13,9%	13,7%	12,6%

¹ População residente na área abastecida (dados de 2007)

CONTA DE EXPLORAÇÃO

montantes em milhares de euros

Proveitos da venda de água	136 464	134 034	134 424	137 377	140 942
Outros proveitos	5 598	5 639	4 482	4 606	5 341
Proveitos totais de exploração	142 266	139 673	138 906	141 983	146 283
Proveitos da venda de água/totais, %	96,10%	96,00%	96,80%	96,80%	96,30%
Ebitda ¹	72 084	68 562	56 058	68 073	74 233
Amortizações do imobilizado	26 961	27 189	27 899	30 427	31 693
Ebit ²	36 540	35 373	26 772	35 019	39 724
Resultados antes de impostos	36 665	33 295	23 265	31 785	36 839
Resultado líquido do exercício	26 024	23 788	16 329	24 391	26 675

¹ Ebitda = res. operacionais + amort e ajust + provisões

² Ebit = resultados operacionais

BALANÇO

montantes em milhares de euros

Capital social	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000
Capital próprio	343 093	345 906	343 780	356 461	365 046
Reservas de reavaliação	101 340	118 165	114 105	107 369	101 499
Passivo	332 276	341 880	371 405	366 879	349 278
Activo líquido total	675 369	687 786	715 185	723 339	714 324
Capital próprio/activo líquido total, %	50,8%	50,3%	48,1%	49,3%	51,1%
Endividamento bancário MLP	143 605	175 208	202 190	211 171	203 070
Investimento ¹	59 520	57 372	57 194	32 532	26 011
Rentabilidade do capital próprio, % ²	7,6%	6,9%	4,7%	6,8%	7,3%
Rentabilidade do activo, % ³	3,9%	3,5%	2,3%	3,4%	3,7%

¹ Novo, ilíquido de amortizações

² Resultado Líquido / Capital Próprio

³ Resultado Líquido / Activo Líquido Total



mensagem do presidente

7

A EPAL registou no exercício de 2008 o melhor resultado económico de sempre em termos nominais. No entanto, a satisfação pelos Resultados Líquidos de 26,7 milhões de euros (+9,4% que em 2007) não nos deve fazer esquecer que uma parte significativa destes resultados deriva de circunstâncias extraordinárias que não é previsível venham a repetir-se nos próximos anos: o impacto da transição de regimes do Plano Pós Emprego; a anulação de provisões relacionadas com processos judiciais entretanto transitados em julgado; a alienação de activos.

A assinatura de um novo Acordo de Empresa constitui o facto de maior relevância que não é demais sublinhar para o futuro da EPAL. Culminando um longo processo negocial com as estruturas sindicais, iniciado em Novembro de 2006, o acordo alcançado, fruto de um diálogo franco e aberto entre as partes, vem reduzir significativamente os riscos associados ao Plano de Pensões, quer para a empresa quer para os seus Trabalhadores.

O novo quadro de referência estratégico da EPAL, baseado na sustentabilidade da gestão integrada do ciclo urbano da Água e na garantia de elevados níveis de serviço aos Clientes, obriga a mudanças

estruturais na condução do negócio por forma a assegurar a adequada remuneração do Capital investido.

Desde logo, assumindo a Gestão de Activos como função de elevada importância na gestão da empresa e instrumento de criação de valor para Accionista e Clientes. O processo de transformação organizacional concretizou-se, na sua primeira fase concluída em 2008 (Visão EPAL I), na criação da Direcção de Gestão de Activos, expressão organizativa de um conceito baseado na optimização dos activos em função dos Níveis de Serviço pretendidos, minimizando o seu custo ao longo do Ciclo de Vida, definindo o seu nível de criticidade e estabelecendo o nível de Risco aceitável.

A gestão de Risco apresenta-se como uma necessidade sistemática na abordagem das actividades da empresa, abandonando-se uma atitude passiva ou de simples aversão ao risco que, não sendo anulável, exige dos diferentes níveis de gestão uma atitude pró-activa orientada para o Cliente e para o Negócio.

Essa atitude exige uma mudança na estrutura, nos processos e nos sistemas e a gestão da mudança na EPAL encontra apoio em dois factores decisivos: o empenhamento da sua Gestão de topo e a constituição de equipas transversais à organização com as necessárias competências, motivação e liderança.

8

O projecto Visão EPAL II, lançado na parte final de 2008, visa, precisamente, desconstruir a actual estrutura organizativa da empresa, alinhando-a com a cadeia de valor, integrando sistemas e processos, com base na partilha de saberes e competências e no espírito de equipa orientado para resultados.

Uma actividade de análise e reflexão sobre a empresa envolvendo vários níveis de quadros e colaboradores concretiza-se igualmente através do lançamento de novas iniciativas, como seja a implementação dos Planos de Protecção da Água.

Seguindo metodologias preconizadas pela Organização Mundial de Saúde e pela International Water Association, a EPAL empreendeu uma abordagem de segurança preventiva em detrimento da metodologia clássica de monitorização de fim de linha, através de uma análise sistémica dos riscos associados com cada fase do processo de captação, produção e distribuição de Água.

Também as questões da Segurança têm merecido uma profunda atenção e a empresa sentiu a necessidade de abordar a ocorrência de situações extremas, cenarizando, testando e

organizando os meios de reacção: a aprendizagem interna combina-se com a troca e partilha de experiências com empresas congéneres.

A definição de uma nova ambição estratégica tem de ter por base a capacidade de aliar eficiência e eficácia operacional e uma melhoria contínua nos indicadores de serviço ao Cliente.

Assim, em 2008, o índice de roturas desceu abaixo das 40 roturas/100 Km de rede, situando-se nas 37,82 e a Água não facturada diminuiu para 15,7% na rede de distribuição de Lisboa e para 12,6% em toda a rede da EPAL: em termos históricos comparativos, trata-se dos melhores indicadores jamais atingidos e definem novos patamares de qualidade de serviço da empresa.

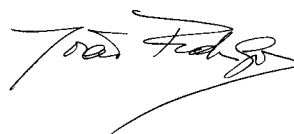
Também a Sustentabilidade e a Responsabilidade Social são valores que informam a gestão da empresa encontrando expressão nos indicadores de carácter económico, ambiental e social.

A ligação mais profunda e estreita com a Comunidade em que se insere está na base de várias iniciativas de que se destaca, pelo seu carácter simbólico, o apoio mecenático ao restauro da Custódia de Belém, obra mítica da Cultura e da Arte de Portugal.

A necessidade de enquadrar a missão e os valores da empresa num conjunto de princípios e orientações encontrou a sua concretização na aprovação do Código de Ética, quadro de referência de comportamentos e atitudes de todos quantos trabalham e colaboram com a EPAL. Diariamente a empresa é vivida e construída por centenas de pessoas cuja dedicação e empenho são o esteio fundamental da capacidade e da sua ambição de progresso.

A comemoração dos 140 anos da empresa foi um momento magnífico de vivência de uma história onde este Código de Ética vai beber os seus Valores: Qualidade, Responsabilidade Social, Sustentabilidade, Orientação para o Cliente, Integridade, Competência, Legalidade e Melhoria Contínua.

João Manuel Lopes Fidalgo
Presidente







relatório de gestão



qualidade da água

Processo de monitorização

Durante o ano de 2008 a EPAL cumpriu o Programa de Monitorização da Qualidade da Água (PMQA) de amostragem e de análise da água superficial e subterrânea captada, aduzida, fornecida a entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e distribuída em Lisboa, para obtenção de dados orientadores das acções de gestão da qualidade da água e de garantia da sua qualidade.

O PMQA aprovado pelo conselho de administração da EPAL tem duas vertentes: o controlo legal e o controlo operacional ou de vigilância.

Controlo legal

Este controlo abrangeu as campanhas de amostragem para cumprimento dos requisitos legais, aprovadas pelo Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR):

1. Controlo da qualidade da *água distribuída em Lisboa* através da colheita de amostras de água na torneira do consumidor – 1 256 pontos de amostragem;
2. Controlo da qualidade da *água fornecida às entidades gestoras* de sistemas de abastecimento de água através da colheita de amostras de água para análise em pontos de amostragem instalados nos diversos locais de entrega aos municípios/entidades gestoras ou, para os casos em que, por motivos funcionais/estruturais, tal instalação não foi possível, em pontos de amostragem representativos dessas entregas – 93 pontos de amostragem;
3. Monitorização da qualidade da *água abastecida a Clientes Directos* através do sistema de adução/transporte, realizando colheitas de amostras de água para análise em pontos de amostragem instalados nas diversas entregas aos Clientes/instituições localizados geograficamente em áreas de intervenção de outras entidades gestoras – 7 pontos de amostragem.

Controlo operacional ou de vigilância

Este controlo teve como objectivo verificar o nível de qualidade da água para consumo humano em toda a extensão do sistema de abastecimento e detectar possíveis anomalias, fortuitas ou sistemáticas. Foram tomadas as seguintes medidas preventivas:

1. Monitorização da qualidade da água distribuída na cidade de Lisboa através da colheita de amostras de água em pontos fixos de amostragem pertencentes ao sistema da rede de distribuição de Lisboa, tendo como objectivo cobrir todas as zonas altimétricas de abastecimento, os pontos críticos da rede (entradas na rede de distribuição da cidade de Lisboa, reservatórios, etc.) – 116 pontos de amostragem;
2. Monitorização da qualidade da água em todo o sistema de adução/transporte através da realização de colheitas de amostras de água para análise nos pontos de amostragem representativos do sistema de adução/transporte da EPAL para avaliar a evolução da qualidade da água ao longo do seu sistema de transporte (saída das ETA, pontos de adução representativos das misturas de águas de diferentes origens, etc.) e os pontos de entrega de água à rede de distribuição da cidade de Lisboa – 35 pontos de amostragem;
3. Monitorização da qualidade da água nas origens, com colheitas de amostras de água para análise nas diversas origens de água utilizadas pela EPAL para produção de água para consumo humano, com o objectivo de avaliar a evolução da qualidade da água e de rastrear eventuais resultados irregulares ao longo do sistema de captação, tratamento, transporte e abastecimento – 51 pontos de amostragem.

14

Na execução do PMQA colheram-se 6 755 amostras de água, nas quais se realizaram 179 367 determinações de substâncias. O número total de parâmetros pesquisados foi de 129 e foram pesquisadas 206 substâncias individualizadas.

Determinações realizadas no sistema de abastecimento da EPAL

	N.º determinações (substâncias)
Controlo legal	
Clientes Directos através da adução	922
Entregas a entidades gestoras de sistemas de distribuição de água	36 188
Rede de distribuição da cidade de Lisboa (Torneiras de consumidores)	19 905
Sub-total	57 015
Controlo operacional ou de vigilância	
Captações subterrâneas	11 781
Captações superficiais	7 422
ETA (águas de processo)	5 836
Sistema de adução	37 404
Rede de distribuição da cidade de Lisboa (Pontos fixos)	59 909
Sub-total	122 352
Total	179 367

Caracterização nos vários pontos

Qualidade da água nas origens

No Rio Zêzere e na Albufeira de Castelo do Bode, os resultados obtidos não ultrapassaram os valores máximos admissíveis (VMA) para a classe A1, à excepção de uma ocorrência registada no parâmetro Hidrocarbonetos Dissolvidos. O parâmetro Temperatura registou 18,8% de determinações acima dos 22°C, a temperatura definida para as classes A1, A2 e A3. Estes valores registaram-se apenas nas amostras de água colhidas à superfície no Verão e justificaram-se pelas elevadas temperaturas verificadas.

No Rio Tejo – Valada Tejo, os resultados obtidos nas amostras de água colhidas não ultrapassaram os valores máximos admissíveis. A água captada no Rio Tejo foi integrada na Classe A3, em função dos valores obtidos nos parâmetros Temperatura e Sulfatos. A ocorrência de valores



de coliformes totais superiores ao valor máximo recomendável (VMR) estabelecido para a Classe A2 não foi sistemática. A exemplo do sucedido no Castelo do Bode, os valores de temperatura registados no Verão foram superiores aos VMR estabelecidos para as classes A1/A2/A3.

No Rio Alviela – Nascente dos Olhos de Água, a água captada caracterizou-se por ser uma água mineralizada, não tendo sido registada ao longo do ano nenhuma determinação analítica com valores superiores aos VMA estabelecidos para a Classe A1.

A água captada nas origens subterrâneas da OTA e Alenquer, que se encontram em aquífero calcário, definiu-se como mineralizada, medianamente dura ou dura e ligeiramente cloretada e sulfatada. Em 2008 não se registou nenhuma determinação analítica com valores superiores aos VMA estabelecidos para a Classe A1 nas amostras colhidas nestas origens.

A água captada nas captações subterrâneas das Lezírias, localizadas no aquífero da bacia do Tejo do Miocénio, caracterizou-se por ser uma água mineralizada e medianamente cloreta-

da e sulfatada. Nestas captações subterrâneas os valores apurados nos parâmetros Temperatura e Bário ultrapassaram o VMA da Classe A1.

As captações subterrâneas situadas nos aluviões (Poços de Valada) caracterizaram-se por serem águas mineralizadas. Os parâmetros que apresentaram valores que excederam o VMA da Classe A1 foram a Temperatura, com três ocorrências em 15 determinações, e o Bário, com sete ocorrências em 15 determinações.

Qualidade da água para consumo humano

Para cumprir os requisitos legais de controlo da qualidade da água foram efectuadas 19 905 determinações, com a realização de colheitas diárias em torneiras de consumidores particulares e públicos abastecidos a partir da rede de distribuição da cidade de Lisboa. Com excepção de alguns casos esporádicos, a qualidade da água na torneira do



16

consumidor cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa, registando-se valores não conformes em 0,09% das determinações de substâncias realizadas.

O número de determinações efectuadas em pontos de amostragem fixos instalados na rede de distribuição da cidade de Lisboa (controlo operacional) foi de 59 909. Com base nos valores obtidos, foi possível concluir que, à excepção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de qualidade exigidas pela legislação portuguesa, registando-se valores não conformes em 0,07 % do total de determinações.

Em relação a 2007, houve uma melhoria na qualidade da água para consumo humano fornecida pela EPAL e registou-se um menor número de incumprimentos nas amostras de água colhidas para verificação de requisitos legais.



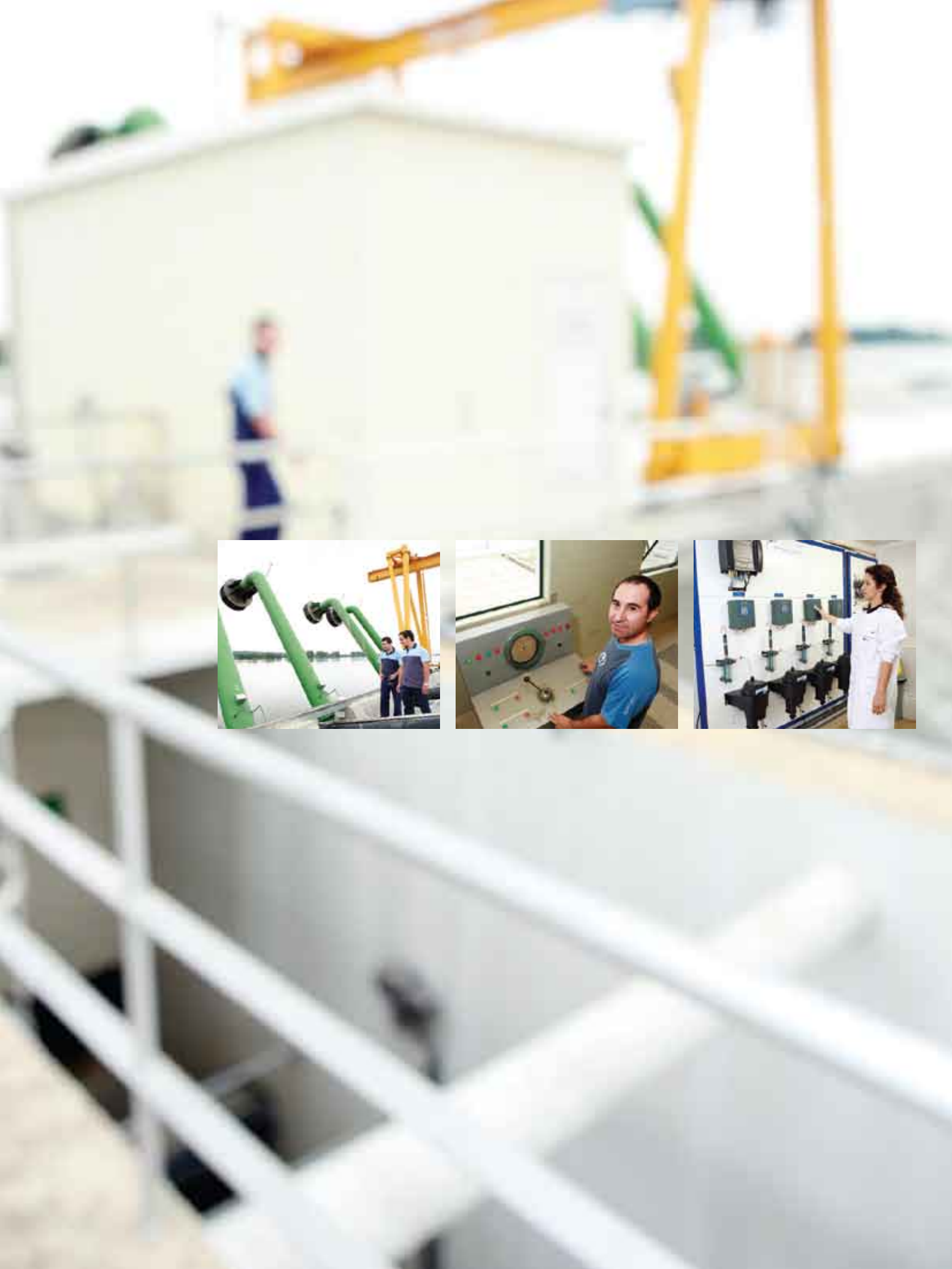
A EPAL divulgou todos os meses no seu site mapas estatísticos das análises de demonstração de conformidade efectuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores abastecidos através da rede de distribuição de Lisboa, das análises de controlo da qualidade da água distribuída na rede de distribuição de Lisboa (pontos de amostragem fixos) e das análises efectuadas nos respectivos pontos de entrega a entidades gestoras.

Cumprindo o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, a EPAL divulgou trimestralmente na imprensa nacional os mapas estatísticos obtidos nas análises de demonstração de conformidade efectuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores. De acordo com o mesmo diploma, foram enviados trimestralmente às entidades gestoras de sistemas de distribuição de água os mapas estatísticos obtidos nas análises de demonstração de conformidade efectuadas nos pontos de entrega.

17

A exemplo do sucedido nos três últimos anos, na edição do Relatório Anual da Qualidade da Água para Consumo Humano, poderá colher-se informação mais detalhada sobre a monitorização realizada em 2008 e respectivos resultados.





o ciclo da água na EPAL

O fornecimento de água potável pela EPAL compreende um ciclo de actividades que vão desde a captação na origem até à torneira do consumidor, passando pelo transporte e pelo tratamento.

19

Produção

O sistema de captação da EPAL tem uma capacidade diária de 1 110 000 m³ e compreende três subsistemas:

- **Castelo do Bode**, inaugurado em 1987, ampliado em 1996 e em 2007, com uma capacidade de produção de 625 000 m³ diários;



- **Tejo**, inaugurado em 1940 e ampliado em 1963, com uma capacidade de produção de 220 000 m³ diários;
- **Alviela**, em exploração desde 1880, com uma capacidade de produção de 55 000 m³ diários.

O subsistema Tejo possui ainda um conjunto de captações subterrâneas com uma capacidade de produção da ordem dos 210 000 m³/dia. A exploração destes três subsistemas é sustentada por um vasto conjunto de infra-estruturas destinadas ao transporte da água captada e tratada.

Para além dos 745 km de adutores (condutas de grande diâmetro) que utiliza para transporte da água com grande caudal, a EPAL tem duas estações de tratamento, uma na Asseiceira e outra em Vale da Pedra.



20

Distribuição

A rede geral de distribuição, que cobre a cidade de Lisboa, tem 1 427 km e é constituída por 14 reservatórios, 9 estações elevatórias e 77 500 ramais de ligação. Esta estrutura permite o abastecimento directo em Lisboa a uma área de 85 km² com 509 751 habitantes (estimativa do INE para 31 de Dezembro de 2006). A rede é abastecida pelos aquedutos Alviela e Tejo e pelos adutores Vila Franca de Xira/Telheiras e de Circunvalação, cujas capacidades diárias de fornecimento a Lisboa são de 35 000 m³, 360 000 m³, 240 000 m³ e 60 000 m³, respectivamente.

A rede de distribuição compreende quatro zonas: a Baixa, a Média, a Alta e a Superior, definidas em função das cotas altimétricas da cidade.

Além de fornecer a cidade de Lisboa, a EPAL fornece também, directa ou indirectamente, 32 municípios a oeste e a norte da cidade.



Água não facturada

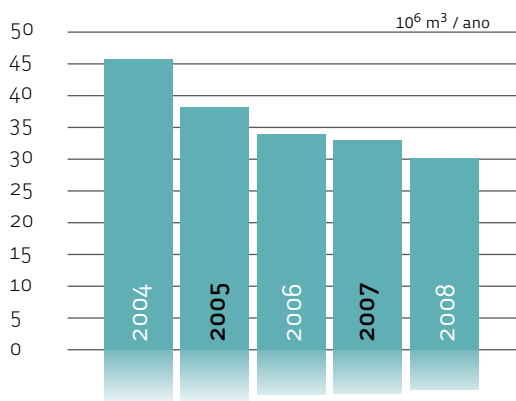
Os dados relativos a água captada, produzida e fornecida em 2008 são os seguintes:

Água captada, produzida e fornecida – m³

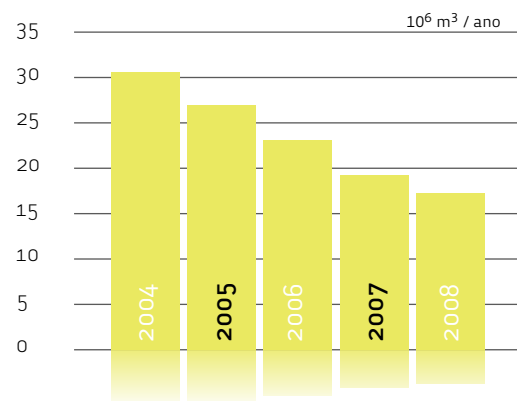
	2007	% de água captada	2008	% de água captada
Água captada	243 192 708	100,00%	241 110 432	100,00%
Castelo do Bode	163 762 580	67,32%	162 465 357	67,38%
Tejo	73 791 886	30,33%	77 170 097	32,00%
Alviela	5 638 242	2,31%	1 474 978	0,61%
- Perdas de processo	97 971	0,04%	82 244	0,1%
= Água produzida	242 879 655	99,87%	241 027 376	99,97%
- Perdas na Adução	13 513 566	5,56%	13 129 402	5,45%
- Perdas da Distribuição	19 408 684	7,98%	17 183 589	7,13%
= Água fornecida	209 957 405	86,33%	210 797 441	87,42%

O volume total de água perdida foi de 30,2 milhões de m³, o que representou 12,6% do total de água captada. Este volume constitui o somatório das perdas no transporte até à entrada em Lisboa e à entrega às entidades gestoras municipais e multi-municipais que, em 2008, atingiu os 13,1 milhões de m³, correspondente a 5,45% da água captada, com as perdas da distribuição em Lisboa, que atingiram os 17,2 milhões de m³, correspondentes a 15,67% da água entrada na cidade.

Continua a verificar-se, de ano para ano, uma evolução positiva na redução das perdas, que, pela primeira vez na história da empresa, se fixaram abaixo dos 13% do volume de água captada (12,6%).



Perdas na EPAL



Perdas na Rede

Neste contexto, a acção desenvolvida pela empresa, desde 2002, para renovar extensivamente a rede de distribuição até 2010, tem contribuído para a diminuição do número de roturas e para a redução das perdas.

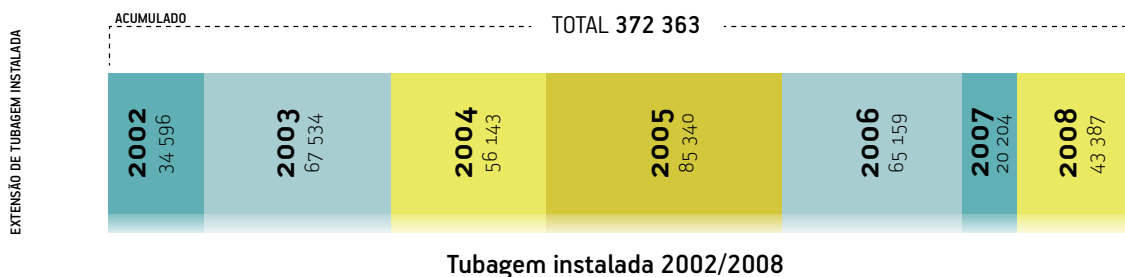
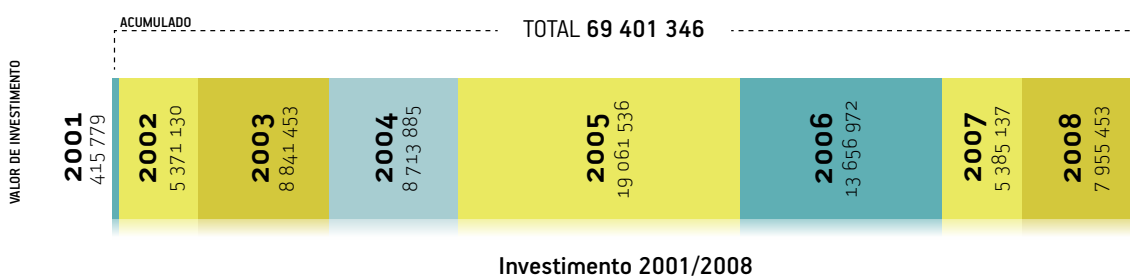


O índice de roturas ano por 100 km de rede de distribuição ficou pela primeira vez abaixo das 40, atingindo 37,82.

Concluído em 2008, o modelo de cálculo do Nível Económico de Perdas permite concluir que os volumes globalmente registados se encontram já enquadrados no intervalo desejável para o equilíbrio do custo/benefício do investimento.

23

O esforço significativo de investimento realizado pode observar-se pela extensão da nova tubagem instalada:





Monitorização e controlo da rede

Rede de distribuição – Implementação de ZMCs

As Zonas de Monitorização e Controlo (ZMCs) continuaram a ser um instrumento crítico de análise do comportamento da rede, que permite identificar rapidamente as anomalias de abastecimento e de pressão. A segmentação em zonas de monitorização também serve para avaliar o desempenho das várias zonas de abastecimento e assim definir a necessidade de intervenção para detecção de fugas, reabilitação das condutas e identificação de consumos fraudulentos.

O objectivo para 2008 era ter 110 ZMCs implementadas, abrangendo 75% do total de Clientes, e cerca de 80% da extensão da rede. Aquele objectivo foi atingido, uma vez que no final do ano as 110 ZMC implementadas abrangiam cerca de 77% dos Clientes (271 230) e 952 km de rede (80%).

Entre Julho e Dezembro de 2008 foram implementadas 23 novas ZMCs e 9 ZMCs sofreram alterações de limites. Cada ZMC nova foi acompanhada pela criação dum novo ponto de moni-



torização, pela instalação do medidor de caudal e telemetria, pela verificação e eventual fecho das válvulas de limite e pela validação da ZMC com um teste de pressão zero.

A implementação de novas ZMCs continuou a ter metas ambiciosas, especialmente quanto às obras necessárias para criar pontos de monitorização. A EPAL prosseguiu o projecto de substituição dos contadores mecânicos por electromagnéticos na rede e continuou com a instalação dos sistemas de telemetria, possibilitando uma análise mais pormenorizada dos consumos e com maior flexibilidade em termos de exploração da rede.

A EPAL continuou a implementar o Plano de Monitorização e Controlo para Combate às Perdas de Água 2006-09, com o objectivo de criar sistemas credíveis de monitorização e de análise para redução do volume de água não facturada. Neste contexto, deu-se início ao projecto de telemetria dos grandes Clientes.



25

Entre Julho e Dezembro de 2008 foram instalados 26 contadores e equipamentos de telemetria em pontos de monitorização novos, 28 contadores mecânicos foram substituídos por contadores electromagnéticos e um contador foi retirado com o abandono do ponto de monitorização, num total de 55 intervenções. Até Dezembro de 2008, foram activados 130 pontos de monitorização na rede, valor acima dos 119 previstos. Isto representa 81% do total dos 160 pontos estimados como necessários para criar as 144 ZMCs previstas.

Rede de produção e transporte – Implementação de ZMTs

Em 2008, deu-se continuidade ao objectivo de criar sistemas fiáveis de monitorização e análise, que permitam empreender acções para reduzir o volume de água não facturada pela empresa, acompanhando permanentemente a performance operacional e o estado de conservação dos Activos Operacionais da EPAL.

Deu-se seguimento ao projecto de criação de cinco grandes ZMTs, visando a monitorização em separado da totalidade de cada um dos grandes adutores da rede de adução – Castelo do Bode, Tejo, Alviela, Circunvalação e Vila Franca/Telheiras. Estas grandes ZMTs vão ser segmentadas em sub-zonas de monitorização, devendo os trabalhos de instalação prolongar-se pelo ano de 2009.

De acordo com o previsto e pelo segundo ano consecutivo, foram feitas várias detecções para localização de fugas potenciais com recurso à tecnologia SAHARA. Ao abrigo desta campanha foram realizadas 27 inspecções que abrangeram cerca de 25 quilómetros das redes de produção e transporte e de distribuição, tendo resultado a identificação de um total de 32 fugas.



26

Consumo de energia

Em 2008 verificou-se um aumento de cerca de 2,5 milhões de kWh no consumo de electricidade. Este aumento do gasto de energia deveu-se, em larga medida, à entrada em funcionamento dum novo processo de tratamento na estação da Asseiceira. O total de energia consumida no ano de reporte foi de 141, 2 milhões de kWh.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de Abril, que passa a considerar como consumidores intensivos de energia (CIE) todas as instalações que consumam 500 ou mais tep/ano, os recintos da Asseiceira e dos Barbadinhos foram considerados CIE, ficando a EPAL a ser responsável por 9 instalações consumidoras intensivas.

Relativamente aos Planos de Racionalização de Consumo de Energia, decorrentes de Auditorias Energéticas já anteriormente realizadas, os relatórios trimestrais de progresso de 2008 revelam que apenas em Castelo do Bode e no Recinto de Telheiras foi possível cumprir os objectivos para os consumos específicos, conforme se pode apreciar na tabela seguinte:

Instalação Consumidora Intensiva de Energia	Consumo [Tep]	Consumo específico [kgep/m ³]	
		Objectivo	Resultado
EE Amadora	3 186,9	0,110	0,115
Castelo do Bode	3 083,9	0,023	0,019
EE Olivais	5 637,7	0,112	0,115
EE Telheiras	1 139,2	0,033	0,033
EE Valada-Tejo	2 260,4	0,040	0,041
EE Vale da Pedra	1 578,5	0,028	0,029
EE Vila Franca de Xira	17 032,6	0,133	0,134
ETA Asseiceira	1 393		
Barbadinhos	690		

Os dois últimos recintos terão de ser alvo de Auditoria Energética e de Plano de Racionalização de Energia até 23 de Abril de 2010.



relacionamento com os clientes

29

Volumes de água vendidos

Os Clientes da EPAL classificam-se em *Clientes Directos*, quando a água é fornecida para consumo próprio, e em *Clientes Municipais* e *Multi-Municipais*, quando a água é fornecida para distribuição a terceiros.

Em 2008, a EPAL vendeu 211 256 466 m³ de água, dos quais 71,83% a Clientes Municipais e Multi-Municipais e 28,17% a Clientes Directos.

Durante o ano, a EPAL manteve o abastecimento directo a 20 municípios a norte e a oeste do município de Lisboa, assim como à empresa Multi-Municipal Águas do Oeste que, por sua vez, abastece doze municípios com a água fornecida pela EPAL.

A EPAL forneceu água directamente aos municípios de Alcanena, da Amadora, de Batalha, do Cartaxo, de Cascais, de Constância, do Entroncamento, de Leiria, de Loures, de Odivelas, de Mafra, de Oeiras, de Ourém, de Porto de Mós, de Sintra, de Santarém, de Tomar, de Torres Novas, de Vila Franca de Xira e de Vila Nova da Barquinha. Assegurou a distribuição domiciliária do município de Lisboa e abasteceu, indirectamente, os municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e de Torres Vedras, através da Águas do Oeste.

O número total de Clientes cresceu ligeiramente, embora menos do que em anos anteriores. Reforçando a tendência de anos anteriores, este crescimento foi sustentado pelo segmento doméstico. Embora as estimativas do Instituto Nacional de Estatística apontem para uma re-

dução da população de Lisboa nos últimos anos, o número de contratos de fornecimento no segmento doméstico aumentou. Os contratos do segmento Comércio/Indústria, por seu turno, mantiveram uma tendência decrescente.

Volume de água vendida por tipo de Cliente

milhões de m³

Tipos de Cliente	m ³ vendidos	Varição em relação a 2007
Clientes Municipais	133 162 879	- 0,1
Cliente Multi-Municipal	18 966 587	16,3
Clientes Directos	59 127 000	- 1,8
Total	211 256 466	0,6

Qualidade do atendimento

O desenvolvimento duma cultura de serviço ao Cliente é uma orientação estratégica, concretizada num conjunto de iniciativas direccionadas para a melhoria contínua do serviço prestado.

A participação em estudos comparativos sectoriais como o Customer Services Process Benchmarking Study 2007, a realização de inquéritos de satisfação ao Cliente e a realização de inquéritos telefónicos sobre a qualidade da assistência técnica da EPAL, foram ferramentas importantes para a identificação de oportunidades de melhoria.

30

Clientes Municipais e Multi-Municipais

Com o objectivo de melhorar o relacionamento da EPAL com esta categoria de Clientes, realizaram-se contactos personalizados e reuniões regulares que visaram analisar assuntos pendentes e identificar formas de melhor corresponder às suas necessidades.

Neste domínio, merecem destaque os processos desenvolvidos no âmbito do reforço do fornecimento de água ao município do Cartaxo, tendo sido contratualmente assumida a totalidade do abastecimento ao município, e aos municípios da Batalha, Porto de Mós e Santarém, cujas soluções se encontram, ainda, em análise.

Fruto de investimentos assegurados pela empresa e pela Câmara Municipal de Mafra, foi possível, em 2008, reforçar o abastecimento ao município através do Subsistema Arcena-Casais da Serra/S. Gião.

Na perspectiva do reforço da segurança e fiabilidade das condições de abastecimento ao município de Sintra, foi celebrado um contrato de venda do adutor Alto Carenque/Mercês aos SMAS de Sintra e de colaboração recíproca na construção de uma nova conduta que liga o Adutor de Circunvalação à Estação Elevatória de Carenque, a qual permite substituir a conduta Amadora/E.E. de Carenque.

Como registos das especiais condições de atendimento a grandes Clientes, destacam-se os contactos desenvolvidos a partir dos quais foi possível criar um novo ponto de entrega ao

complexo desportivo do Jamor e instalar um novo ramal de abastecimento ao Estabelecimento Prisional de Caxias.

Cientes Directos

Em Janeiro a EPAL passou a dispor de terminais de pagamento automático na Loja da Sede e na Loja do Cidadão. Este novo meio de pagamento foi bem recebido pelos Clientes, que efectuaram 18 052 transacções em 2008.

O tempo de espera foi afectado negativamente pela entrada em vigor da Lei nº 12/2008 de 26 de Fevereiro, que obrigou à facturação mensal de todos os Clientes, causando uma maior sobrecarga sobre os serviços de Contact Center e de atendimento. De facto, a partir de Junho de 2008 registou-se um aumento de 30% na afluência dos Clientes às Lojas e à linha de aten-



dimento telefónico. O número de atendimentos, em que o motivo principal foi o pagamento de facturas, aumentou cerca de 50%.

A EPAL não conseguiu manter o tempo de espera inferior a 15 minutos para 80% dos Clientes nas lojas, descendo para 71% na Loja do Cidadão e para 68% na Loja da Sede. Por via telefónica, 64% dos Clientes foram atendidos em menos de 30 segundos, enquanto que o objectivo da EPAL era atender 75% dos Clientes neste espaço de tempo. Para melhorar os resultados, a EPAL reforçou o número de colaboradores na Loja da Sede.

Em Junho, mês em que se assinala o Dia Mundial da Criança, a Loja da Sede abriu um espaço lúdico destinado às crianças trazidas consigo pelos Clientes.

Introduzida em 2007, a medição das questões resolvidas num único contacto teve resultados francamente positivos, permitindo concluir que o atendimento dispensado resolve, no momento, 99,7% das questões suscitadas.

A entrada em vigor da Lei n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro, foi responsável pela deterioração e agravamento da generalidade dos indicadores do atendimento, como pode observar-se no quadro seguinte:

Níveis de serviço aos Clientes Directos de Lisboa

Indicadores	2007	2008	Agravamento
Facturas emitidas	2,164 milhões	3,503 milhões	62%
Atendimento Sede	158 691	178 749	12,6%
Atendimento Loja do Cidadão	58 366	67 102	15%
Atendimento telefónico	212 672	240 279	13%
% Atendimento < 15 minutos	83	69	- 14%
Grau atendimento telefónico	91%	86%	- 5%
% Atendimento telefónico < 30 seg.	81	64	- 17%

Níveis de satisfação

Clientes Municipais e Multi-Municipais

A avaliação dos níveis de satisfação dos Clientes Municipais e Multi-Municipais é realizada de dois em dois anos. Na determinação feita em 2007, 95% dos Clientes manifestou-se “satisfeito” e “muito satisfeito” com os serviços prestados pela EPAL, enquanto que relativamente à qualidade do produto, 68% se considerou “satisfeito” e 32% “muito satisfeito”, o que perfaz 100%.

Clientes Directos

O modelo de determinação do índice de satisfação de Clientes da EPAL vem reflectindo, desde 2002, uma estabilidade positiva da avaliação do serviço, situando-se o último índice conhecido em 6,8.

Esta constatação justificou a concretização de duas iniciativas, a saber: a adesão ao *European Customer Satisfaction Index Portugal* e a criação de um Barómetro da Qualidade da Água da EPAL com o objectivo de avaliar os tipos e formas de consumo da população, a expressividade dos Clientes que não bebem água da EPAL e porque razões, a confiança que os Clientes têm na qualidade da água, a sua posição face à evolução dos preços de venda da água e à relação preço/qualidade, entre outros aspectos. Os resultados do barómetro permitirão ainda identificar novas acções de comunicação a desenvolver pela empresa, nomeadamente orientadas para o reforço da confiança na água e para o seu uso eficiente. Os primeiros resultados serão conhecidos em 2009.

Reclamações

Clientes Municipais e Multi-Municipais

Em 2008 foram registadas e tratadas no Departamento de Clientes Municipais duas reclamações referentes à facturação de serviços prestados. O mesmo departamento registou e respondeu também a sete pedidos de esclarecimento e a seis solicitações apresentadas.

Cientes Directos

A entrada em vigor da Lei n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro, também foi responsável pelo agravamento dos indicadores de gestão e tratamento das reclamações.

Do total das reclamações resolvidas no back office, 90,6% foram tratadas no prazo de 15 dias. Em 2007 este resultado tinha sido de 88,7% e em 2006 de 82,7%. Da totalidade de reclamações resolvidas, 75,8% foram deferidas e 24,2% indeferidas.

As reclamações apresentadas por escrito também registaram um incremento, mais 10,2% do que em 2007. Apesar deste aumento, 84,8% das reclamações resolvidas foram respondidas no prazo de 15 dias.

Num inquérito à satisfação dos Clientes, cerca de 66% dos Clientes mostraram-se satisfeitos com o tratamento dado pela EPAL ao problema apresentado, verificando-se um aumento em relação a 2007, ano em que este índice tinha sido de 60%.

Procedeu-se à revisão da classificação das reclamações com o objectivo de separar as reclamações efectivas das queixas. Em consequência, deixaram de ser contabilizadas como reclamações as queixas relacionadas com interrupções no abastecimento decorrentes de roturas e de intervenções na rede de distribuição, desde que resolvidas no atendimento presencial e telefónico.

A nova classificação permitiu identificar com maior facilidade, entre um número elevado de reclamações, as que exigiam medidas correctivas. Este facto foi confirmado pelo aumento de 18,5% nas reclamações relacionadas com abastecimento, atendimento, incumprimento de prazos, serviços, danos, assuntos diversos e facturação, tendo sido apresentadas em 2008 cerca de 8 400 reclamações.

Controlo de crédito

Com a entrada em vigor da Lei n.º 12/2008, a EPAL emitiu cerca de 3 500 000 facturas, mais 1 340 000 do que em 2007. Apesar deste aumento, houve menos cerca de 3 000 anomalias de leitura, graças a melhorias nos processos de leitura e de facturação.

Verificou-se uma melhoria de 29,4% na situação devedora dos Clientes Directos. A intensificação dos contactos telefónicos e dos contactos personalizados para a regularização de débitos em atraso contribuiu para reduzir a dívida dos clientes domésticos. Porém, a implementação da facturação mensal também veio criar dificuldades no desenvolvimento desta iniciativa, a exemplo do sucedido com boa parte dos indicadores de relacionamento com os Clientes.



investimentos

As despesas de investimento ascenderam a 26,2 milhões de euros, menos 19% do que em 2007.

	milhares de euros	%
Garantia do abastecimento	19 807	76%
Ampliação do subsistema de Castelo do Bode	9 083	
Renovação da rede de distribuição	7 410	
Ampliação da rede de distribuição	1 333	
Reforço do abastecimento a Mafra	540	
Outros reforços de abastecimento	181	
Outros	1 260	
Inovação tecnológica	2 555	10%
Macro medição em Produção e Transporte	1 297	
Avaliação da eficiência da rede de distribuição	309	
Reformulação da tecnologia de comunicações	216	
Instalação do <i>Automatic Meter Reading</i>	209	
Aquamatrix	80	
Outros	444	
Garantia da qualidade	1 532	6%
Renovação de equipamentos do Laboratório Central	654	
Projecto de construção do novo Laboratório Central	266	
Optimização do consumo energético	239	
Equipamentos para monitorização laboratorial	154	
Outros	219	
Segurança das infra-estruturas	1 056	4%
Reabilitação da conduta Amadora/Carenque	482	
Obras de reabilitação do subsistema Tejo	427	
Aqueduto do Alviela	86	
Outros	61	
Tecnologias e sistemas de informação	936	4%
Outros	328	1%
Adaptações de instalações	90	
Remodelação do Museu da Água nos Barbadinhos	86	
Outros	152	
TOTAL	26 214	100%



A diminuição das despesas de investimento reflectiu uma selecção mais criteriosa, que foi possível através do desenvolvimento e da aplicação de ferramentas de análise e de apoio à decisão, tais como a matriz multi-critério, utilizada desde 2006 para seleccionar e para hierarquizar os investimentos de reabilitação nas redes de transporte e de distribuição da EPAL.

À semelhança do ano anterior, a garantia do abastecimento absorveu uma parcela importante (76%) das despesas totais de investimento.

36

O investimento em sistemas de monitorização em contínuo prosseguiu em 2008 através da implementação de Zonas de Monitorização e Controlo (ZMCs). Ao mesmo tempo, prosseguiu o estudo para implementação das Zonas de Monitorização e Transporte (ZMTs), prevendo-se a operacionalização de cinco zonas na rede de adutores em 2009. Estes investimentos tiveram como principal objectivo obter um melhor conhecimento da rede de modo a permitir uma rápida detecção e intervenção face a eventuais anomalias, contribuindo para a melhoria da fiabilidade e do serviço ao Cliente. Os dados obtidos revelaram-se um elemento importante para analisar o desempenho das diversas zonas de abastecimento no âmbito duma intervenção



para detectar fugas, para reabilitar infra-estruturas e para realizar auditorias para identificação de eventuais consumos fraudulentos.

No âmbito do Plano de Investimentos, arrancou em 2008 o Projecto de Telemetria de Grandes Clientes no Município de Lisboa. Este projecto insere-se no âmbito mais alargado de monitorização dos caudais e pressões na rede de distribuição, podendo ser considerado o “last mile” da monitorização em contínuo de consumos. Na primeira de duas fases procedeu-se à instalação de 250 sistemas de monitorização, com um valor de investimento de 220 mil euros.

A EPAL considerou prioritários os investimentos que asseguraram o cumprimento das exigências crescentes da legislação relativa à qualidade da água destinada ao consumo humano. Assim, no último trimestre do ano de 2007 foi concluída a reestruturação da primeira linha de tratamento da Estação de Tratamento de Água da Asseiceira de 500 000 m³ por dia e a instala-



ção duma segunda linha de tratamento de 125 000 m³/dia. Com esta reformulação introduziu-se uma etapa de flotação, após remineralização e correcção de agressividade, e uma etapa de ozonização intermédia, que passou a realizar-se em substituição da pré-cloragem para redução da formação de trihalometanos.

Relativamente à ETA de Vale da Pedra, a consideração das características da água bruta captada no rio Tejo, conjugada com o reforço das normas de qualidade da água, conduziu a EPAL a elaborar estudos, entre os quais um estudo de análise de risco, com vista a otimizar a reformulação e a ampliação dos esquemas de tratamento da ETA.

Foram, ainda, concluídos os projectos para a construção do edifício que vai acolher o Laboratório Central, cuja execução em obra vai arrancar em princípios de 2009.



as pessoas

Quadro de pessoal

A 31 de Dezembro de 2008, a EPAL empregava 788 Trabalhadores, o que traduz uma ligeira redução dos efectivos da Empresa relativamente ao ano anterior (menos 7).

39

Com a criação da Direcção de Gestão de Activos, que ocorreu a meio do ano, implicando a transferência de recursos humanos das áreas de Produção e Distribuição para a esta nova Direcção, verificou-se uma diminuição dos efectivos afectos à Produção e Distribuição.

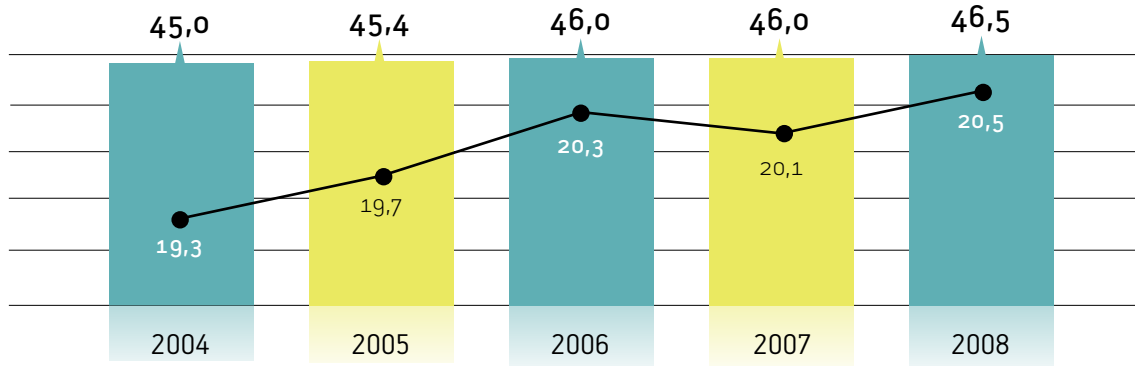
Efectivos por áreas de actividade	2007	2008
Produção e Distribuição	518	442
Investimento e Gestão de Activos	49	124
Suporte	213	209
Outras	15	13
EPAL	795	788

Admissões e saídas

Em 2008 entraram ao serviço da empresa quinze novos colaboradores – dos quais quatro foram admitidos com contrato a termo certo – tendo cessado funções 22 Trabalhadores. De entre as saídas, assume particular realce o ingresso na pré-reforma de 16 Trabalhadores, representando o motivo com maior expressão neste âmbito.

Idade e antiguidade médias

A idade média dos colaboradores da EPAL subiu ligeiramente em 2008 e era no final do ano de 46,5 anos. A antiguidade média também aumentou e era de 20,5 anos no final de 2008.



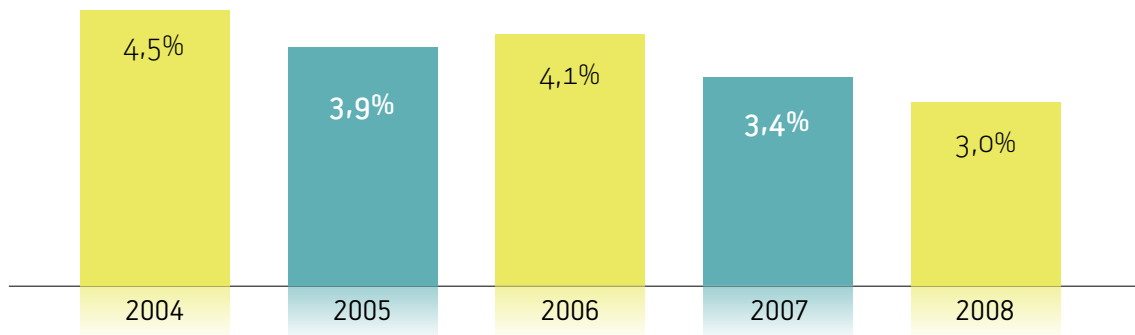
Idade e antiguidade médias dos colaboradores da EPAL

● Idade média — Antiguidade média

Absentismo

Em 2008 a taxa de absentismo foi de 3,0%, uma das mais baixas de sempre, e correspondeu a 41 247 horas num potencial de 1 389 290. Os tipos de faltas mais frequentes foram a doença e os acidentes de trabalho.

40



Evolução do absentismo

O bom nível deste indicador reflecte o profissionalismo e dedicação dos Trabalhadores da empresa e a adequação do sistema de incentivos.

Formação

Actividades

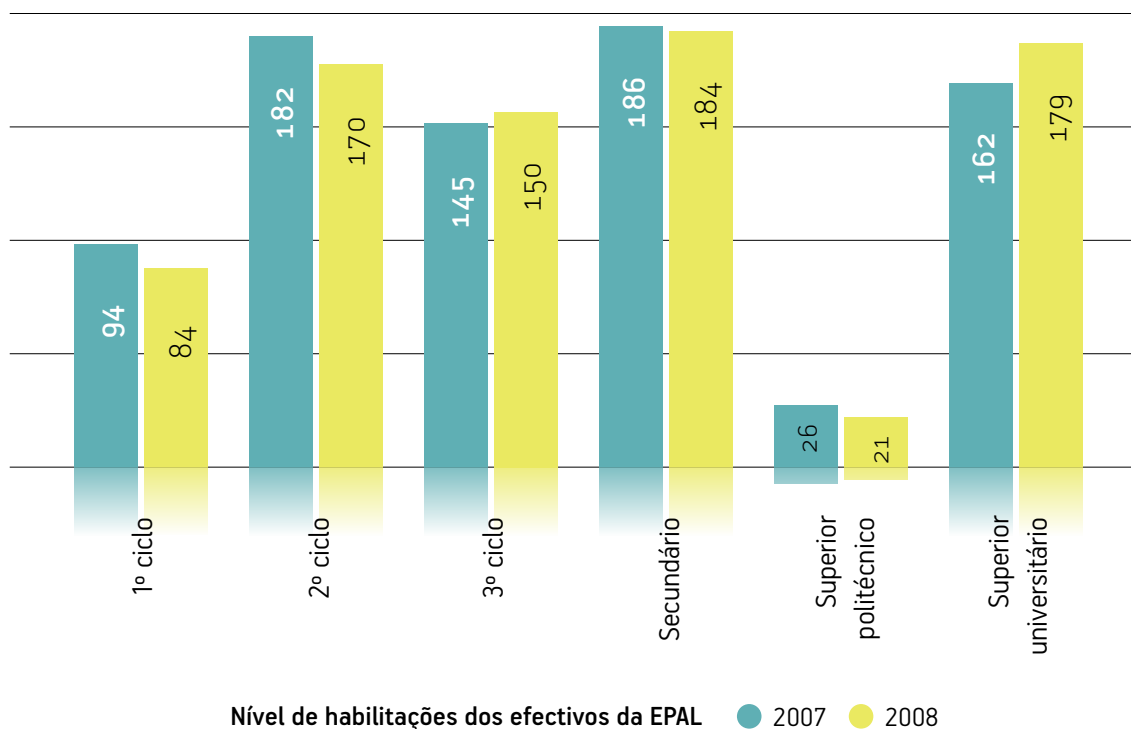
Com um custo global de 197 395 euros, foram postas à disposição dos colaboradores da empresa 251 acções de formação, das quais 5 internas, em que participaram 350 Trabalhadores de diversos níveis hierárquicos. A distribuição das horas de formação pelos diversos níveis de enquadramento foi a seguinte:

Nível de qualificação	Número de formandos	Número de participantes	Horas de formação
Dirigentes e quadros superiores	398	84	5 011
Quadros médios	290	106	4 100
Encarregados e mestres	6	4	119
Profissionais altamente qualificados	132	53	1 672
Profissionais qualificados	257	103	5 359
Profissionais semi-qualificados	-	-	-
TOTAL	1 083	350	16 261

No domínio da formação, verifica-se uma ligeira subida do número de formandos e um decréscimo do número de horas de formação, consequência do fim da actividade da AdP – Formação. Assinala-se, ainda, a transversalidade da formação pelos diferentes extractos profissionais, constituindo excepção o nível Semi-qualificados, cuja expressão no todo da Empresa é mínima (7 Trabalhadores em 788).

Nível de habilitações

O nível de habilitações dos Trabalhadores da EPAL continuou a evoluir positivamente com uma diminuição da incidência dos níveis de habilitações inferiores – 1º e 2º ciclo do ensino básico – e um aumento da população laboral com nível de habilitações superior.



Neste domínio, a adesão da EPAL ao Projecto Novas Oportunidades potencia melhorias significativas na distribuição do pessoal da empresa por níveis habilitacionais mais elevados.

Segurança e higiene no trabalho

Os principais indicadores de segurança registaram melhorias face a 2007.

Indicadores	2008	
TF – Taxa de frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	18,25	
Tf – Taxa de frequência dos acidentes de trabalho com baixa	11,90	
TG -Taxa de gravidade (inclui repercussões de acidentes ocorridos em anos anteriores)	0,47	466 ¹
Tg – Taxa de gravidade (só do próprio ano)	0,21	209 ¹

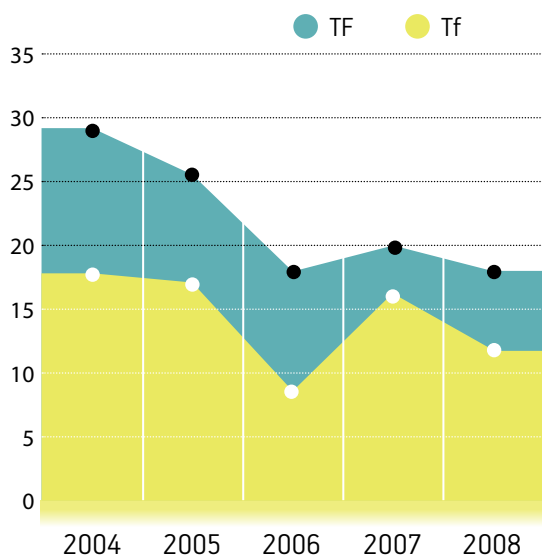
¹ Cálculo realizado respeitando a recomendação da OIT – Organização Internacional do Trabalho, usadas as fórmulas:

TG = N.º de dias de incapacidade (inclui os de A.T. de anos anteriores) X 10⁶ / horas de exposição ao risco;

Tg = N.º de dias de incapacidade (só do próprio ano) X 10⁶ / horas de exposição ao risco

Houve 23 acidentes de trabalho, oito dos quais não incapacitaram para o trabalho, tendo os restantes originado 263 dias de baixa. Houve cinco acidentes *in itinere*, que causaram 129 dias de baixa. Seis acidentes ocorridos em anos anteriores deram origem a 326 dias de baixa em 2008.

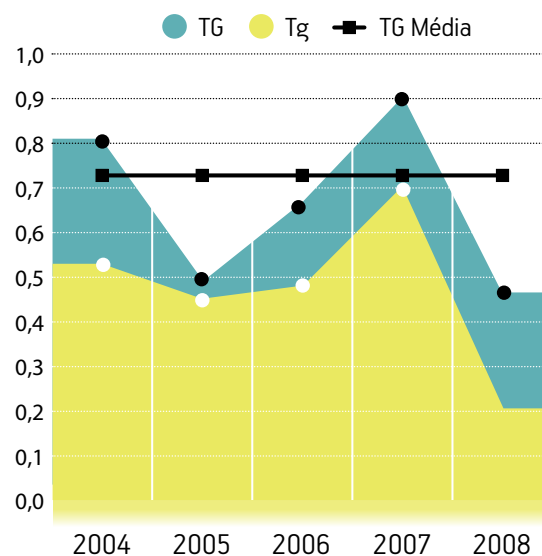
42



TF = N.º total de acidentes X 10⁶: horas de exposição ao risco

Tf = N.º de acidentes com incapacidade temporária absoluta X 10⁶: horas de exposição ao risco

Evolução das taxas de frequência nos últimos 5 anos



TG = N.º de dias de incapacidade (inclui os de A.T. de anos anteriores) X 10³: horas de exposição ao risco

Tg = N.º de dias de incapacidade (só do próprio ano) X 10³ / horas de exposição ao risco

Evolução da taxa de gravidade nos últimos 5 anos

Medicina do trabalho

Em 2008 realizaram-se 1 196 exames de medicina do trabalho, dos quais 527 periódicos e 669 ocasionais. Nas salas de estomatologia da Sede e dos Olivais foram dadas 1 592 consultas.

Nas instalações da Sede e dos Olivais funcionaram postos da ARS – Administração Regional de Saúde, onde se realizaram 3 217 consultas.

Paralelamente, realizaram-se campanhas de vacinação anti-gripal e de doação voluntária de sangue com a participação de 467 Trabalhadores.



43

Acordo de Empresa

No âmbito do Acordo de Empresa (AE), foi publicada no Boletim do Trabalho e Emprego a revisão global do texto consolidado, na sequência do processo negocial desenvolvido em 2007 e que mereceu o acordo de todas as Organizações Sindicais representativas dos Trabalhadores ao serviço da EPAL. Em função das soluções negociadas, foi implementado o Plano de Pensões de Contribuição Definida, que veio introduzir significativas evoluções no âmbito dos benefícios complementares de reforma.

Fundo de pensões

O Fundo de Pensões da EPAL atingiu o valor de 46,4 milhões de euros no final de 2008. Durante o ano, a empresa contribuiu com 2,9 milhões de euros para o património do fundo.



As contribuições efectuadas tiveram um impacto importante no financiamento das responsabilidades, tendo o nível de financiamento, segundo os pressupostos do Fundo Mínimo do Instituto de Seguros de Portugal atingido os 102%.

Protocolo Iniciativa Novas Oportunidades

44

No âmbito do desenvolvimento da iniciativa *Novas Oportunidades* na EPAL durante o ano de 2008, desenvolveram-se acções que visaram incentivar os Trabalhadores que não completaram o ensino secundário, que representam cerca de 50% do total de efectivos, a apostar na valorização individual. Foram levadas a cabo as seguintes iniciativas:

- Uma sessão de sensibilização dirigida aos níveis hierárquicos superiores;
- Sete sessões de sensibilização destinadas aos Trabalhadores;
- Publicação de vários artigos sobre a iniciativa no jornal interno *Águas Livres*;
- Divulgação de contactos para apoio, dúvidas e acompanhamento;



- Construção de espaço informativo na Intranet;
- Disponibilização de quatro salas de estudo equipadas com computadores;
- Adiantamento de 150 euros a 34 Trabalhadores para a aquisição de computador portátil.

Este projecto, com início em 2007 e termo em 2010, tem como objectivo certificar com o 9º e o 12º ano de escolaridade 25% dos Trabalhadores com baixas qualificações, e registou em 2008 uma adesão na ordem dos 21% (87 Trabalhadores).

Intervenção social

Nos seis refeitórios da EPAL – que foram objecto de 187 acções de fiscalização interna de controlo da qualidade – foram servidas 89 331 refeições.



45

No final do ano, o seguro de doença que a empresa contratou para Trabalhadores no activo, pré-reformados, cônjuges e dependentes abrangia 987 titulares, 502 cônjuges e 446 dependentes, num total de 1 935 pessoas seguras.

Realizou-se o tradicional *Programa OTL Infantil e Juvenil* em que participaram 45 filhos de Trabalhadores, com idades compreendidas entre os 6 e os 17 anos. Para os jovens dos 18 aos 25 anos foi implementado o Programa OTL Empresa, que compreendeu a participação de 31 jovens em estágios de três semanas no período de férias, em vários serviços da empresa.

Foram distribuídos cabazes de Natal a todos os Trabalhadores no activo, pré-reformados e reformados, bem como aos Trabalhadores das empresas prestadoras de serviços que desenvolveram diariamente actividades na empresa.

Aos Trabalhadores que se encontravam de serviço na noite de Natal foram distribuídas 87 ceias.



sistemas e processos

47

Em 2008, a EPAL continuou a desenvolver actividades iniciadas em anos anteriores com o objectivo de alcançar uma gestão de activos mais eficiente.

Gestão de Activos

Concebido em 2007, com o apoio de um consultor externo, o Modelo Integrado de Gestão de Activos (MIGA) foi implementado e integrado na gestão corrente da empresa através da criação da Direcção de Gestão de Activos.

Do conjunto de iniciativas realizadas, destacam-se o início dos trabalhos sobre a aplicação que servirá de suporte à Gestão de Activos nas diversas tipologias de manutenção, designadamente a definição dos requisitos funcionais do sistema, tanto no que concerne às necessidades como nas restrições a que as aplicações devem obedecer em concordância com a especificação e modelo estrutural estabelecidos no projecto MIGA – Gestão de Activos Operacionais, permitindo responder a todas as necessidades de função manutenção.

Implementação de sistemas de monitorização em contínuo

Este projecto, iniciado em 2005 e com conclusão prevista para 2009, pretende dividir a rede de distribuição de Lisboa em zonas através da implementação de Zonas de Monitorização e Controlo (ZMCs), que visam reduzir o tempo de detecção e de reacção às anomalias na rede, melhorar a fiabilidade do serviço ao Cliente e identificar a água não facturada. À semelhança das inspecções, a actividade de monitorização foi integrada em 2008 na estrutura organizativa da EPAL.

Actividade de monitorização	2006	2007	9/2008	2008
Número Total de ZMCs implementadas na Cidade de Lisboa	35	75	94	110
Número Total de ZMTs instaladas na Rede de Distribuição			0	5
Rede abrangida por ZMCs	23%	55%	70%	81%
Clientes Directos abrangidos por ZMCs	16%	49%	68%	78%

Este sistema de monitorização em contínuo tem-se revelado um instrumento da maior relevância para a exploração da rede de distribuição, não apenas pela rápida identificação de situações carecidas de intervenção curativa e preventiva, mas também pela disponibilização de dados fundamentais à optimização da exploração corrente.

Estudo e implementação de um Programa Global de Inspeções

O projecto iniciou-se em 2006 com a definição da metodologia de abordagem, tendo sido elaboradas as fichas de inspecção. Os activos prioritários a inspeccionar foram identificados e realizaram-se as primeiras inspecções. Em 2008, o Programa Global de Inspeções foi integrado na gestão da empresa. A equipa encarregada de realizar as inspecções foi incluída na estrutura organizativa da EPAL.

48

Inspeções	2006	2007	2008
Número de células de reservatórios inspeccionados	3	7	25
Número de estações elevatórias inspeccionadas	0	0	3
Número de obras especiais	1	4	5
Adutores inspeccionados	0,5km	42km	11 km

As inspecções realizadas permitiram determinar a situação de referência dos activos inspeccionados, elaborar o “risk ranking” das infraestruturas, definir as estratégias de manutenção e priorizar os investimentos.

Projecto SAHARA

Em 2007 foi iniciado um projecto-piloto para a realização de inspecções às grandes condutas, através do sistema de detecção de fugas denominado SAHARA. Em 2008 realizaram-se mais inspecções recorrendo a este sistema, havendo a intenção de desenvolver no futuro campanhas anuais, numa extensão média de 20 km/ano.

Evolução do projecto SAHARA	2007	2008
Número de Inspeções realizadas	27	27
Rede Inspeccionada	21 km	25 km
Poupança de Água estimada	5 000 m ³ /dia	4 340 m ³ /dia

Melhoria do rigor cadastral

O projecto de levantamento e de conciliação de ramais, iniciado em 2006 e com conclusão prevista para 2009, tem como objectivo compatibilizar dois sistemas de informação nucleares da EPAL: o sistema de Clientes e o sistema de informação geográfica – G/INTERAQUA.

O desenvolvimento do projecto incluiu percorrer sistematicamente as ruas de Lisboa, validando-se em simultâneo as bases de dados. O levantamento no terreno foi concluído, encontrando-se em curso a conciliação e validação da informação nos sistemas de informação, que será concluída no início de 2009. Os elementos principais da rede também se encontram em fase de carregamento no G/INTERAQUA, cujo termo está previsto para 2009.

Cálculo de perdas

No domínio do desenvolvimento de ferramentas de análise e de apoio à decisão, a EPAL concluiu em 2008 o modelo que lhe permite calcular o nível económico das perdas. Os resultados do modelo foram importantes para estabelecer metas e objectivos orientadores da política de combate às perdas. Com efeito, a introdução dos dados relativos a 2007 revelou que as perdas nesse ano se encontravam já no intervalo de referência para o nível económico de perdas.

Evolução da água não facturada em Lisboa	2004	2005	2006	2007	2008
Água não facturada	23,9%	23,5%	20,2%	17,4%	15,7%

49

Ainda no âmbito dos modelos de apoio à decisão, arrancou no início de 2008 o Projecto de Desenvolvimento dos Modelos de Simulação Hidráulica da Rede de Distribuição de Água da Cidade de Lisboa. Trata-se dum projecto que pretende desenvolver competências técnicas internas que permitam, no futuro, uma melhor gestão de todo o sistema de abastecimento, tanto no plano hidráulico como energético.

AQUAmatrix®

O AQUAmatrix® é uma ferramenta tecnológica integradora da actividade operacional e da gestão comercial. Foi concebida e desenvolvida pela EPAL, baseada nas mais recentes ferramentas tecnológicas existentes no mercado, para entidades gestoras do serviço público de abastecimento de água para consumo humano, águas residuais e resíduos sólidos urbanos.

O AQUAmatrix® é constituído pelo SIGC (sistema de informação de gestão comercial), por sistemas de mobilidade de leituras, serviços e processos de abastecimento, funcionalidades de balcão digital e ainda de uma ferramenta integrada de Business Intelligence. Integram-se ainda nesta suite aplicacional funcionalidades interface com outros sistemas de informação, nomeadamente ERP, Gestão Documental, GIS, Telemetria e Gestão de Activos.

Prosseguindo o objectivo de comercialização desta suite aplicacional foram dinamizadas diversas acções comerciais para apresentação e divulgação desta solução, resultando no estabelecimento de três novas parcerias com entidades gestoras: SMAS da Guarda, SMAS de Castelo Branco e o Município de Pombal, que se associaram às 12 parcerias já existentes.

Em 2008, foram desenvolvidas novas funcionalidades, bem como novas versões de aplicações já existentes, sendo de destacar:

- A ferramenta de Business Intelligence do AQUAmatrix®, como componente agregador de informação para suporte à tomada de decisões;
- Uma nova versão da aplicação de Mobilidade de Leituras, permitindo a recolha, armazenamento e integração automática de leituras e a actualização do cadastro técnico;
- A disponibilização de um Arquivo Técnico totalmente integrado, permitindo a anexação de documentos técnicos, em qualquer tipo de formatos electrónicos, às entidades definidas no AQUAmatrix®;
- A optimização dos procedimentos e funcionalidades dos processos de cobrança e facturação, permitindo a redução do tempo de processamento e disponibilização de informação.

Projecto de Telemetria de Grandes Clientes

O projecto preconiza duas fases de implementação, a primeira já realizada em 2008 e que contemplou a instalação de 250 sistemas de monitorização em Grandes Clientes da EPAL, com um valor de investimento de 220 mil euros e a segunda, no ano de 2009, prevendo a instalação de 750 sistemas, com um valor previsto de 500 mil.

São esperados, com o projecto, benefícios ao nível da redução de custos e simplificação administrativa dos processos de leitura e facturação (billing), da melhoria da relação com os stakeholders (Clientes, regulador e instituições de defesa do consumidor) pela redução das reclamações de facturação, detecção de avarias e disponibilização de informação sobre os respectivos consumos de forma a promover o uso eficiente da água e da disponibilização de informação essencial para os projectos de redução de perdas, pela melhoria do rigor da informação e melhor avaliação das perdas económicas.

Aplicações corporativas

No que respeita à aplicação de suporte à Telemetria de Grandes e Pequenos Contadores, o iMC – Integração, Monitorização e Controlo, foram realizados os trabalhos relativos à segunda fase de desenvolvimentos, tendo-se obtido uma consolidação de toda a plataforma aplicacional, tanto ao nível da qualidade e fiabilidade da informação recolhida no terreno, como também no desempenho no tratamento dos dados para análise. Em simultâneo, foi também implementada uma metodologia analítica das ZMC, permitindo conhecer as respectivas performances e correspondente classificação de acordo com os resultados obtidos.

Relativamente à automatização do Processo Industrial, continuaram, em 2008, os trabalhos de programação dos automatismos que permitem o funcionamento em automático das Estações Elevatórias e o controlo automatizado dos caudais de entrada nos reservatórios dos pontos de entrega. Com estes desenvolvimentos aplicacionais obteve-se uma racionalização dos

custos de energia. O controlo dos caudais permitiu racionalizar os picos hidráulicos existentes, tendo por consequência a estabilização dos caudais em trânsito, possibilitando a diminuição dos esforços a que as condutas estão sujeitas perante variações repentinas no caudal provocadas pelo fecho repentino das válvulas de entrada dos Clientes abastecidos em “Alta”.

Após a renovação tecnológica do Centro de Comando da ETA da Asseiceira, realizada em 2007, foram em 2008 realizados os trabalhos de integração do subsistema do Médio Tejo neste Centro de Comando.

Procedeu-se, ainda, à consolidação da aplicação do Acervo Histórico da EPAL, com a aglutinação da aplicação Thesaurus, permitindo assim aceder à informação através de todos os sinónimos conhecidos, funcionalidade essencial e complementar à aplicação de Gestão de Bibliotecas e Arquivo.



51

Infra-estruturas de telecomunicações

Durante o ano de 2008, procedeu-se ao alargamento da rede de transporte (SDH) com suporte em Feixe Hertziano para as instalações de Montejunto Alcanhões, com a finalidade de dotar a rede de comunicações com mais largura de banda disponível para suporte aos serviços de dados.

Foi instalada rede de transporte em tecnologia SHDSL nos recintos de Valada, Valada I, Valada II e Valada Tejo e no reservatório do Pombal com vista à reabilitação do cabo de telecomunicações existente com a implementação de tecnologia digital, permitindo a integração do sistema de automação industrial na rede geral da EPAL, com a consequente redução de custos operacionais e aumento de fiabilidade na transmissão de dados.

Realizou-se o projecto e a instalação do sistema de comunicações entre o adutor de circunvalação e o subsistema de reforço do abastecimento a Maфра, composto por sete instalações interligadas através de fibra óptica e comutação em Gigabit Ethernet.



outras actividades

Em 2008, foi desenvolvido um conjunto de actividades à margem da actividade principal da EPAL de captação, produção, tratamento, transporte e distribuição de água no território nacional.

53

Projecto Argélia

A EPAL iniciou, em 2005, um estudo de diagnóstico e reabilitação dos sistemas de abastecimento de água potável a três cidades argelinas.

Em 2008, a EPAL elaborou os relatórios finais das campanhas de detecção de fugas de água e das campanhas de medição realizadas nas cidades de Tizi Ouzou, de Bejaia e de Chlef. Realizou-se um seminário em Argel, que contou com a presença de 50 membros da





ADE - Algérienne des Eaux, subordinado aos temas da gestão comercial, da exploração e das perdas de água. Este projecto, realizado em consórcio com a COBA – Consultores de Engenharia e Ambiente, será concluído em 2009 com a apresentação do estudo ao ministro argelino dos recursos hídricos. Ainda em 2008, foi elaborada uma proposta para a prestação de serviços de detecção de fugas na cidade de Bouira.

54

Estudo para a caracterização do biofilme da rede de distribuição de água da EPAL

Juntamente com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a EPAL pretendeu determinar se as características naturais da água contribuem para a formação duma película de nutrientes aderente às superfícies das tubagens, o que poderia causar desenvolvimentos microbiológicos na água distribuída pela empresa. Os resultados conclusivos do estudo permitiram inferir que aquela situação não se verifica no sistema de distribuição de água da EPAL.



Projecto TECHNEAU (Technology Enabled Universal Access to Safe Water)

Este projecto, aprovado no 6º Programa-Quadro da União Europeia, contou com a participação de trinta instituições. O Laboratório Central da EPAL participou na área dedicada à redução do risco de libertação de microrganismos patogénicos a partir de biofilmes no sistema de abastecimento de água, por ser uma área em que a empresa já tinha iniciado estudos.

Projecto Metals and Related Substances in Drinking Water

A Acção 637 da European Cooperation in Science and Technology teve início em 2007, com os objectivos de criar um fórum para troca de conhecimentos sobre metais e substâncias relacionadas com a água para consumo, de promover códigos de boas práticas no controlo de metais em água para



55

consumo humano e de determinar impactos ambientais e socioeconómicos das medidas adoptadas, através da partilha de experiências. A EPAL organizou, em Outubro, a 2ª Conferência Internacional da COST ACTION 637, tendo reunido em Lisboa dezenas de especialistas de diversos países europeus.

Candidatura ao Congresso Mundial da IWA em 2014

A EPAL resolveu dinamizar a candidatura da cidade de Lisboa à organização do Congresso Mundial da IWA – International Water Association, em 2014. Trata-se de um dos maiores e mais prestigiados acontecimentos mundiais ligados ao tema da água, reunindo milhares de especialistas, profissionais e interessados. A candidatura foi formalizada pela EPAL, conjuntamente com a CNAIA - Comissão Nacional da Associação Internacional da Água e contou com o apoio do Governo Português, na pessoa do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, do Turismo de Lisboa e das mais relevantes entidades do sector.



desenvolvimento sustentável e responsabilidade social

57

Desenvolvimento Sustentável

A EPAL tem como prioridade estratégica contribuir para o desenvolvimento sustentável, pelo que a sua actividade está orientada para a consecução de objectivos ambientais, económicos e sociais. A política da empresa nesta área é documentada desde 2005 pela publicação de relatórios anuais de sustentabilidade.

A empresa participou, em 2008, no Estudo sobre o Estado de Arte das Práticas de Sustentabilidade em Portugal, realizado pela Heidrick & Struggles, no qual foram convidadas a participar 500 entidades. Pelos resultados apurados, a EPAL ficou classificada no TOP21 das entidades nacionais com melhores práticas de sustentabilidade.

No conjunto das dimensões avaliadas, a EPAL obteve a média de 81%, contra a média de 70 obtida em 2007, destacando-se as seguintes:

- Política e Gestão Ambiental (100%)
- Reporting Ambiental (100%)
- Gestão das Relações com Clientes (100%)
- Reporting Social (100%)
- Gestão da Relação com os Stakeholders (90%)

- Gestão da Relação com os Investidores (90%)
- Gestão de Riscos e Crises para o Negócio (89,8%)

Registe-se que em grande parte das dimensões supra referidas, a posição da EPAL foi considerada como “best in class”.

Na gestão das relações com os Stakeholders, importa referir a realização do 2º Fórum anual com partes interessadas, nomeadamente:

- Representantes da Câmara Municipal de Lisboa,
- Presidentes de Juntas de Freguesia de Lisboa,
- ARESP – Associação da Restauração e Similares de Portugal,
- ATL - Associação de Turismo de Lisboa,
- UACS - União de Associações de Comércio e Serviços,
- DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor,
- QUERCUS
- GEOTA – Grupo de Estudos Ordenamento do Território e Ambiente,
- Representantes do IRAR – Instituto Regulador de Águas e Resíduos,
- Representantes da APA – Agência Portuguesa do Ambiente,
- Representantes da CCDR LVT – Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo
- DGAE – Direcção-Geral de Actividades Económicas.

58

Na agenda de trabalhos foram incluídas apresentações sobre qualidade da água, sustentabilidade e projectos em curso na empresa com especial interesse para as entidades presentes.

Frente ambiental

Combate aos fogos florestais

Enquanto empresa do grupo Águas de Portugal, que estabeleceu um protocolo de cooperação com a Autoridade Nacional de Protecção Civil, a EPAL aderiu ao Movimento ECO-Empresas Contra os Fogos, que é integrado por empresas de diversos sectores de actividade que apoiam institucionalmente a prevenção e o combate aos incêndios florestais sob o lema “Portugal sem fogos depende de todos”.

Energia para a sustentabilidade

A campanha Energia para a Sustentabilidade surgiu na sequência do protocolo de cooperação celebrado entre a EPAL e ADENE – Agência para a Energia, que visou implementar medidas para aumentar a eficiência energética, promover a produção descentralizada de energia e racionalizar o seu consumo.

Esta campanha teve como objectivos informar e sensibilizar sobre alterações climáticas, eficiência energética e uso racional da energia e da água, e envolveu todos os colaboradores da EPAL. Com as acções desenvolvidas pretendeu-se motivar os Trabalhadores e sensibilizá-los para a importância de adoptarem práticas energeticamente mais eficientes.

No decurso da campanha foi realizada uma auditoria energética e de qualidade do ar no Edifício Sede, tendo sido emitido em Julho o respectivo relatório. Com base nos resultados da auditoria, a EPAL apresentará um plano de racionalização de consumos energéticos, que deverá ser aprovado pela DGE, aprovação da qual depende a emissão, por Perito Qualificado do Certificado de Eficiência Energética para cada um dos edifícios.

O Plano de Acção com as medidas que irão potenciar economias de energia envolverá alterações estruturais, que devem ser alvo de um estudo de viabilidade económica. Actualmente,



59

o Edifício nº 18 tende para uma classificação com a letra “C” e o nº 24 para uma classificação com a letra “D”, tendo sido definido como objectivo que este último venha a obter uma certificação de nível “B”.

Neste contexto, foi nomeado um comité de energia, formado por Trabalhadores da EPAL e por um representante da ADENE. Este comité constitui um órgão consultivo do conselho de administração e tem como missão promover a eficiência energética na empresa em todas as vertentes da sua actividade e acompanhar a implementação do plano de racionalização da energia.

No âmbito das Energias Renováveis, a EPAL seleccionou 12 locais com potencial para instalação de sistemas de produção fotovoltaica. Foram investidos 297 502 euros, que apresentam uma produção espectacular de 68 000 kWh /ano.

Recintos onde foram instalados equipamentos de produção fotovoltaica no âmbito do Programa Renováveis Hora

Recinto de Paredes (posto de cloragem)

Reservatório da Charneca do Lumiar

Reservatório do Contador Mor

Reservatório de Monsanto

Reservatório de Vale Escuro

Várzea das Chaminés

Verdelha I

Reservatório de Malpique

Reservatório do Alto de Guerreiros

Posto de Entrega da Quinta de Stº. António

Reservatório da Quinta da Portela

Pombal

Em prol da floresta

Em 2008 iniciou-se a facturação mensal, o que fez aumentar o consumo de papel. Para minimizar este impacto, a EPAL reforçou as suas acções na melhoria da eficiência e comprometeu-se a promover campanhas de divulgação da *e-conta* da água (envio electrónico da factura) em 2009.

60

Frente económica

Se compulsado neste relatório o capítulo sobre o desempenho financeiro da empresa, pode constatar-se que a generalidade dos indicadores económicos da sustentabilidade registaram melhorias evidentes em 2008. Com efeito, quer o volume de negócios quer o valor económico gerado e o distribuído, bem assim como a remuneração aos Trabalhadores e o pagamento aos provedores de capital, sem esquecer a sustentabilidade do fundo de pensões, apresentam, no período em apreço, uma evolução positiva consolidada.

Frente social

Relativamente aos indicadores sociais da sustentabilidade, merecem destaque os relativos a práticas laborais e trabalho condigno, em função do nível registado no absentismo, um dos mais baixos de sempre, e da evolução das taxas de frequência e de gravidade dos acidentes de trabalho, a última das quais foi a mais baixa dos últimos 5 anos.

As práticas relativas à responsabilidade pelo produto evidenciam o elevado desempenho da EPAL, como se pode depreender das informações prestadas no capítulo sobre a Qualida-



de da água. A monitorização e controlo da qualidade da água assegurados desde a captação às torneiras do consumidor, as acções desenvolvidas para conhecimento e resolução dos incumprimentos paramétricos registados, bem como os esforços e investimentos realizados no desenvolvimento tecnológico e na modernização e fiabilidade dos métodos de controlo, são exemplo do elevado nível da sustentabilidade da EPAL neste domínio.

Responsabilidade Social

Elemento característico da cultura da EPAL é o seu envolvimento com a sociedade em que se compreende e que serve. Na realidade, são numerosas e diversificadas as iniciativas anualmente desenvolvidas neste domínio.

No domínio do Património Nacional, em 2008, foram estabelecidos protocolos de cooperação com o IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, tendo em vista o acompanhamento e assistência técnica à recuperação do Aqueduto das Águas Livres, com o Museu Nacional de Arte Antiga, em que foi assumido o apoio mecenático aos trabalhos de restauro da Custódia de Belém, a desenvolver pelo período de dois anos,



com um encargo de 100 000 euros e com o CEPCEP - Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica para, no âmbito das comemorações dos 400 anos do nascimento do Padre António Vieira, se patrocinar a edição do livro “O Padre António Vieira e o Mundo de Língua Portuguesa” e o Congresso Internacional do Fado, organizado pelo Instituto de Etnomusicologia, pelo Centro de Estudos em Música e Dança, pelo Museu do Fado e pelo CEPCEP no âmbito da preparação da candidatura do Fado a património imaterial da UNESCO.

Na área do Desporto, realizou-se, a 1 de Junho, a 3ª Regata “Troféu EPAL 2008” no rio Tejo que envolveu mais de 60 embarcações e de 500 velejadores, iniciativa que registou um incremento de participação da ordem dos 100% face ao ano anterior. Merece referência a participação de uma embarcação e equipa da Casa. Na cerimónia de entrega dos prémios estiveram presentes o Ministro do Ambiente e o presidente da Associação Naval de Lisboa, entre muitos



62

outros convidados. Ainda no desporto, importa referir o patrocínio à equipa paralímpica nacional de natação, que veio a distinguir-se com brilho nos Jogos Paralímpicos de Pequim.

O envolvimento na vida da cidade de Lisboa ganhou expressão com a realização, em Maio, da 4ª Maratona Fotográfica subordinada ao tema “A Água e a Vida”. Participaram mais de 200 concorrentes que apresentaram a concurso cerca de 5 000 fotografias, o que representa um acréscimo de 100% em relação à participação verificada em 2007. Em Junho, no Dia Mundial do Ambiente, realizou-se a exposição dos melhores trabalhos seleccionados pelo júri e a cerimónia de entrega dos prémios.

Por acordo estabelecido com a Universidade de Lisboa, a EPAL comprometeu-se a patrocinar um estudo para o desenvolvimento de práticas racionais de eficiência no uso de água para rega no Jardim Botânico e a assumir parte dos custos envolvidos.

Foi oferecido à Maternidade Alfredo da Costa todo o mobiliário necessário para o Laboratório de Microbiologia, no valor de 20 mil euros.

Para além do apoio concretizado à MSV – Movimento ao Serviço da Vida, renovou-se a campanha anual de solidariedade com a distribuição de cabazes de Natal a várias instituições.

Em termos de Cultura e celebrando a efeméride dos 140 anos da EPAL foram editados cinco livros: “Mirabilia Aqvarvm”, “Memória sobre chafarizes, bicas e fontes”, “Iconografia Histórica da EPAL – 2º volume”, “Aqueduto Geral de Lisboa” e “140 anos 140 imagens”.

Este último livro foi distribuído na festa comemorativa do aniversário da empresa. A celebração teve lugar no Reservatório da Mãe d’Água das Amoreiras, no dia 2 de Abril, e contou com a presença de mais de 500 pessoas, entre Trabalhadores ao activo, pré-formados, reformados e antigos membros dos conselhos de administração. Uma reunião das várias gerações que contribuíram para o crescimento da EPAL e para os seus 140 anos de existência. Nos dias seguintes, 3, 4 e 5 de Abril, a festa continuou para o público em geral e para os Clientes em particular. Nestes dias, a Mãe d’Água recebeu mais de 2 500 pessoas que connosco festejaram e recordaram a história e a missão de uma Empresa que continua a trabalhar para prestar um serviço de excelência e distribuir um produto de qualidade.

Em 2008 foram promovidas e organizadas 2 visitas à Estação de Tratamento de Água da Asseiceira para dois grupos de públicos especiais, Clientes e Trabalhadores.

Em Abril, a empresa abriu portas aos Clientes Directos que aderiram com entusiasmo ao convite que lhe foi dirigido e foram saber como é tratada a água que chega às suas casas.

Em Outubro, por ocasião do Dia Nacional da Água, foi a vez de Trabalhadores e familiares, mais de 100 pessoas, visitarem a principal fábrica da água da empresa.

No âmbito das comemorações do Dia Nacional da Água, a 1 de Outubro, por iniciativa conjunta da Assembleia da República e da EPAL, realizou-se na AR uma conferência subordinada ao tema, a qual contou com a presença de mais de uma centena de pessoas, entre deputados e quadros da empresa. Após a conferência, o Presidente da Assembleia da República deslocou-se ao Reservatório da Mãe d’Água das Amoreiras, onde apresentou a edição fac-similada do livro “Memória sobre o Aqueducto Geral de Lisboa, de 1857”, editado pela EPAL.

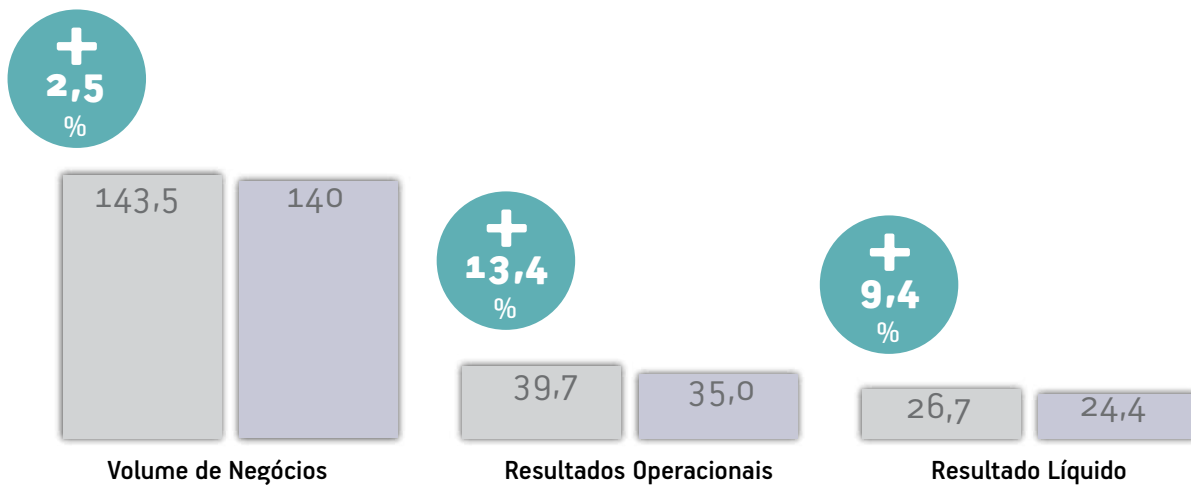
O Museu da Água, em 2008, registou 46 792 visitantes, organizou 50 passeios de divulgação dos espaços históricos ligados ao abastecimento a Lisboa, promoveu 22 exposições de artes gráficas e realizou, uma vez mais, o concurso anual (11ª edição) no âmbito do Serviço Pedagógico “Águas Livres”, subordinado ao tema “Para o Mundo Salvar Vamos Ter que Mudar”, ao qual concorreram 40 escolas com o envolvimento de 1 000 alunos e de 56 professores.



desempenho financeiro



A EPAL encerrou o ano 2008 com um resultado líquido de 26,7 milhões de euros, o que representa uma subida de 2,3 milhões de euros face a 2007 (+9,4%). O volume de negócios ascendeu a 143,5 milhões de euros (+2,5%) e os custos operacionais situaram-se em 106,6 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 0,4% relativamente a 2007. Por sua vez, o resultado operacional chegou a 39,7 milhões de euros, um crescimento de 4,7 milhões de euros (+13,4%), o que traduz o desempenho positivo do desenvolvimento da actividade da Empresa.



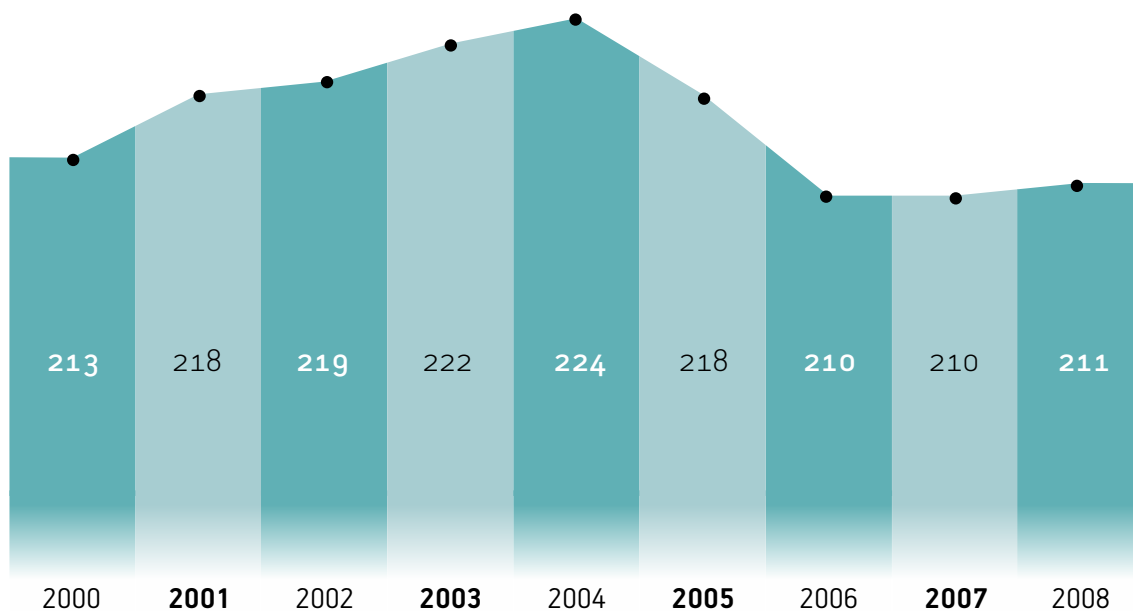
Volume de Negócios

A Empresa cresceu 2,5% em termos de volume de negócios, atingindo 143,5 milhões de euros. O total de proveitos operacionais chegou aos 146,3 milhões de euros, o que se traduz numa subida de 3% em relação ao ano anterior.

(10³ EUR)

Proveitos	2006	2007	2008	Variação 08 - 07	
				Valor	%
Vendas	134 424	137 377	140 942	3 565	2,6
Prestação de Serviços	2 936	2 592	2 584	(8)	(0,3)
Proveitos Suplementares	1 390	1 869	1 801	(68)	(3,6)
Trabalhos para a própria empresa	74	43	6	(37)	(86,0)
Outros proveitos operacionais	82	103	950	847	822
Proveitos Operacionais	138 906	141 984	146 283	4 299	3,0

66



Volumes de água vendidos (milhões m³)

As vendas de água, incluindo a quota de serviço, aumentaram 2,6% relativamente a 2007. Em volume, a água vendida em 2008 situou-se nos 211 milhões de m³.

O esforço de recuperação de dívidas de Clientes anteriormente provisionadas, por se considerarem de cobrança duvidosa, permitiu um crescimento importante dos outros proveitos operacionais.

Resultados operacionais

O *cash flow* operacional (EBITDA) atingiu 74,2 milhões de euros em 2008, um crescimento de 9,1% relativamente ao ano anterior, perfazendo 51,7% do volume de negócios.

Em relação aos resultados operacionais, verificou-se uma subida de 13,4%, ascendendo a 39,7 milhões de euros.

(10³ EUR)

	2007		2008		Var % 08/07
Volume de Negócios	139 969		143 526		
Outros proveitos operacionais	2 015		2 757		
Custos das vendas	-2 684	1,9%	-2 694	1,9%	0,4
Fornecimentos e serviços externos	-36 771	26,3%	-39 779	27,7%	8,2
Custos com pessoal	-33 365	23,8%	-28 304	19,7%	(15,2)
Outros custos operacionais	-1 090	0,8%	-1 273	0,9%	16,8
Cash Flow Operacional (EBTIDA)	68 073	48,6%	74 233	51,7%	9,1
Provisões	-1 135	0,8%	-2 042	1,4%	79,9
Amortização e ajustamentos	-31 918	22,8%	-32 468	22,6%	1,7
Resultados Operacionais (EBIT)	35 019	25,0%	39 724	27,7%	13,4

Os custos operacionais diminuíram 0,4% face ao ano anterior para 106,6 milhões de euros. Para tal contribuíram maioritariamente os custos com pessoal. De facto, estes reduziram globalmente 15,2%, em consequência da alteração do pressuposto actuarial e critério de contabilização de novas pré-reformas.

No que respeita aos restantes custos com pessoal, registaram um acréscimo de 12,8% (cerca de 3,5 milhões de euros), acréscimo esse essencialmente explicado por (i) alteração do critério de contabilização dos prémios aos colaboradores ao abrigo do Acordo da Empresa (cerca de mais 1,4 milhões de euros de custos no ano) e (ii) benefícios extraordinários concedidos aos colaboradores, no âmbito da transição do Plano de Pensões (cerca de 1,1 milhões de euros). Retirados estes dois efeitos, o aumento dos custos com pessoal (excluindo pensões e pré-reformas) acendeu a 1 milhão de euros, representando um acréscimo de 3,6%, face a 2007.

(10³ EUR)

Custos	2006	2007	2008	Var % 07/06	
				Valor	%
Custo das matérias consumidas	2 809	2 684	2 694	10	0,4
Fornecimento e serviços externos	37 621	36 771	39 779	3 008	8,2
Impostos	692	1 009	1 213	204	20,2
Custos com o pessoal	41 703	33 365	28 304	(5 061)	(15,2)
Outros custos operacionais	23	81	60	(21)	(26,2)
Amortizações e ajustamentos	28 317	31 918	32 468	550	1,7
Provisões	969	1 135	2 042	907	79,9
Custos operacionais	112 134	106 965	106 560	(405)	(0,4)
% em função do Volume de Negócios	82%	76%	74%		

Excepto no que concerne aos custos com pessoal, em 2008 os itens que compõem os custos operacionais registaram um crescimento, com maior relevo para a evolução em mais 3 milhões de euros dos fornecimentos e serviços externos.

Na realidade, registou-se um incremento substancial dos encargos com cobranças, despesas com portes de correio associados ao envio das facturas aos Clientes e outros encargos relacionados com a emissão de facturas. Tal aumento, de cerca de mais 1,0 milhão de euros, no ano de 2008, resulta do facto de a emissão das facturas, que até Maio de 2008 tinha, maioritariamente, uma periodicidade bimestral, ter passado, por imperativo legal, a ser realizada mensalmente.

O custo com energia, fundamental para as actividades do processo de abastecimento de água, representa 24,3% dos fornecimentos e serviços externos e contribui com uma subida de 7,6% face a 2007, em consequência, sobretudo, do aumento verificado ao nível do tarifário energético.



68

Para além da evolução dos custos suportados com a energia e com as actividades de emissão, envio e cobrança de facturas, é ainda de salientar, mas no sentido inverso, a evolução dos custos de manutenção que, com um peso de 18,2%, reduziram cerca de 4,4% face ao ano anterior, uma vez que os investimentos na reabilitação das infra-estruturas, nomeadamente ao nível da rede, permitiram uma redução das acções de manutenção correctiva.

O aumento das amortizações do exercício resultou da conclusão de obras e início de exploração de importantes e imprescindíveis investimentos, destinados ao reforço da garantia do abastecimento, dos quais se destacam (i) a ampliação do subsistema do Castelo de Bode, (ii) a entrada em funcionamento do sistema de abastecimento do concelho de Mafra e (iii) a renovação da rede de distribuição de água em Lisboa.

As provisões do exercício aumentaram 0,9 milhões de euros e destinaram-se a fazer face a contingências e processos judiciais em curso. O seu reforço resulta de uma avaliação criteriosa e aprofundada dos riscos e tem por objectivo fazer face a obrigações presentes ou prováveis.

Resultado Líquido

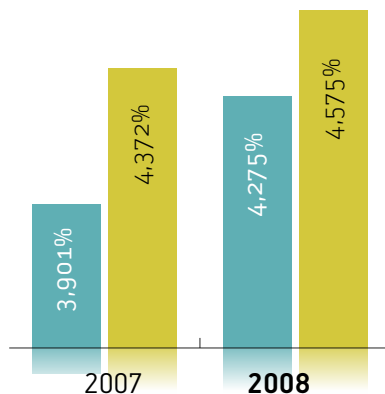
O resultado líquido do exercício foi de 26,7 milhões de euros, mais 9,4% do que em 2007.

(10³ EUR)

	2007		2008		Var % 08/07
Resultados Operacionais (EBIT)	35 019	25,0%	39 724	27,7%	13,4
Resultados Financeiros	-8 483	6,1%	-8 142	5,7%	4,0
Resultados Extraordinários	5 248	3,7%	5 257	3,7%	0,2
EBT	31 784	22,7%	36 839	25,7%	15,9
Impostos	-7 393	5,3%	-10 164	7,1%	37,5
Resultado Líquido	24 391	17,4%	26 675	18,6%	9,4
Resultado Líquido/acção (euros)	0,81		0,89		9,4

Custo médio do Capital Alheio

- Custo do Capital Alheio na EPAL
- Média mensal da Euribor 3 meses



Os resultados financeiros aumentaram 4,0% para -8,1 milhões de euros.

Os encargos financeiros com a dívida bancária de médio e longo prazo, contratada com o Banco Europeu de Investimento (BEI), ascenderam a 9,2 milhões de euros, mais 9,5% do que no ano anterior. Esta evolução resulta inteiramente da subida da taxa de juro, apesar de 41,7% do passivo bancário da empresa estar contratado a taxa de juro fixa. Ao longo de 2008, a Empresa não realizou quaisquer desembolsos de dívida, tendo sido realizados reembolsos no montante aproximado de seis milhões de euros.

A política de gestão de risco de taxa de juro assumida pela empresa prevê (i) a contratação da modalidade – fixa ou variável – em que a empresa é mais competitiva e (ii) o equilíbrio entre o peso da dívida a taxa fixa e o peso da dívida a taxa variável.

Esta política tem produzido resultados positivos e tem permitido manter o custo médio do capital alheio da empresa abaixo das taxas médias interbancárias, mesmo no contexto de um ano marcado pelo aumento dos *credit spreads* no mercado financeiro. De facto, a taxa média de financiamento da EPAL, que se situou em 4,275%, manteve-se abaixo da média mensal da taxa interbancária para os prazos de capitalização contratados, designadamente, 4,575%. Para esta performance, verificada ao nível dos custos financeiros, foi importante o facto de, para 41,7% da dívida bancária, ter sido oportunamente fixada a taxa de juro. Em termos médios ponderados, a taxa fixa ascendeu a 3,461%, um nível bastante mais baixo do que os 4,575% médios do mercado.

Tal significa que no ano 2008, em termos médios, a EPAL operou com um spread negativo de 0,3 p.p., o que implicou uma variação favorável dos resultados financeiros em 341 mil euros, decrescendo o peso percentual de 6,1% para 5,7%, o que corresponde a uma diminuição do custo da estrutura financeira da Empresa.

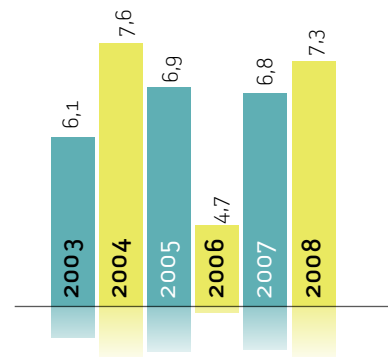
A par do aumento dos custos financeiros, também aumentaram os proveitos financeiros, decorrentes de juros de depósitos e aplicações bancárias de curto prazo, que ascenderam a 829 mil euros, mais 110,1% do que no ano anterior.

Os resultados extraordinários aumentaram 0,2% para 5,3 milhões de euros. Para tal, contribuíram (i) ganhos obtidos, sobretudo, em resultado da alienação de activos fixos relacionados com o adutor de Alto de Carenque/Mercês, (ii) proveitos resultantes da anulação de provisões, principalmente respeitantes ao processo referente ao Clube de Golfe das Amoreiras.

Em consequência dos resultados obtidos, a taxa de rentabilidade dos capitais próprios aumentou para 7,3%, o valor mais elevado dos últimos anos.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)

ROE (%)



Posição financeira

70

A EPAL manteve em 2008 a sua estratégia de investimento orientada para assegurar a qualidade do abastecimento e a utilização eficiente do recurso água. No total, realizou investimentos da ordem dos 25,8 milhões de euros, dos quais 75% se destinaram (i) a obras de ampliação do Sistema de Castelo do Bode, (ii) à renovação de condutas adutoras e de distribuição da rede de Lisboa e (iii) a trabalhos relativos ao projecto de macro-medição da rede de produção e transporte.

Os fluxos de caixa decorrentes da actividade operacional serviram para financiar o investimento, assim como para assegurar o serviço da dívida bancária e a remuneração do accionista.

(10³ EUR)

Demonstração sintética dos fluxos de caixa

2008

Fluxos de caixa operacionais	66,5
Fluxos de caixa do investimento	(25,5)
Pagamentos em actividades de financiamento	
Distribuição de dividendos e serviço da dívida bancária	(32,5)
Variação de caixa e seus equivalentes	8,5

A solidez ao nível do *cash flow* operacional da EPAL, em 2008, encontra-se evidenciada no EBITDA, que ascendeu a 74,2 milhões de euros - o mais alto valor registado nos últimos anos, ficando, deste modo, demonstrada a importância do autofinanciamento enquanto fonte de fundos na Empresa.

A EPAL mantém uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada, em termos de maturidades, entre aquilo que são as suas aplicações de fundos e os seus recursos de financiamento.

Verifica-se que o activo não corrente diminuiu 10,4 milhões de euros, por via do decréscimo do imobilizado líquido e dos impostos diferidos activos. O passivo não corrente diminuiu 26,6 milhões de Euros devido à amortização da dívida bancária, à redução de provisões e à diminuição das responsabilidades com pensões.

(10³ EUR)

Balanço	2006	2007	2008	Variação 08/07	
				Valor	%
ACTIVO					
Activo não corrente	669 155	669 098	658 647	-10 451	(1,6)
Activo corrente	46 030	54 241	55 677	1 436	2,6
TOTAL	715 185	723 339	714 324	(9 015)	(1,2)
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital próprio	343 780	356 461	365 046	8 585	2,4
Passivo não corrente	303 168	306 686	280 084	(26 602)	(8,7)
Passivo corrente	68 237	60 192	69 194	9 002	15,0
TOTAL	715 185	723 339	714 324	(9 015)	(1,2)

Os investimentos realizados pela EPAL nos últimos anos têm sido financiados pela contratação de empréstimos junto do BEI, num máximo de 50% do custo dos investimentos, estando em curso o Contrato de Financiamento EPAL III que teve início em Janeiro de 2002, ao abrigo do qual a EPAL efectuou desembolsos de 115,0 milhões de euros, tendo ainda disponível um saldo de 70,0 milhões de Euros.

No final de 2008, o endividamento de médio e longo prazo da empresa era de 203,1 milhões de euros. Nos últimos seis anos, o endividamento líquido a médio e longo prazo aumentou 59,7 milhões de Euros.

No final do ano, o capital próprio era de 365,0 milhões de euros, mais 2,4% do que no final de 2007. O valor a 31 de Dezembro de 2008 estava, no entanto, influenciado pelos resultados líquidos do exercício no montante de 26,7 milhões de euros, cuja distribuição só ocorrerá no exercício de 2009.

O activo corrente registou um aumento de 2,6%, ou cerca de 1,4 milhões de euros, devido ao aumento da liqui-

Endividamento de Médio e Longo Prazo (10⁶ EUR)

dez, gerida de modo a otimizar o retorno para a empresa, com a aplicação de excedentes financeiros de curto prazo.

A EPAL terminou o ano de 2008 com uma sólida situação financeira, facto atestado pelos indicadores financeiros no quadro seguinte, que evidenciam melhorias na autonomia financeira (+3,7%) e na solvabilidade (+7,6%).

Indicadores financeiros	2006	2007	2008	Varição 08/07
				%
Autonomia Financeira	48%	49%	51%	3,7
Liquidez Geral	0,67	0,90	0,80	(10,7)
Solvabilidade	0,93	0,97	1,05	7,6
Fundo de Maneio (10 ³ EUR)	(22 207)	(5 951)	(13 517)	(127,1)

Autonomia Financeira = Capital Próprio/Activo total Liquidez Geral = Activo Corrente/Passivo Corrente
Solvabilidade = Capital Próprio / Passivo total Fundo de Maneio = Activo corrente - Passivo corrente



A Empresa manteve, em 2008, as classificações (*rating*) do risco de crédito atribuídas pela Companhia Portuguesa de Rating para operações de curto, médio e longo prazos, que reflectem uma forte capacidade para satisfazer os seus compromissos financeiros.

Rating

Rating de curto prazo

Rating de médio e longo prazo

Notação

A-1 +

A+

Fundo de pensões

Em 2008, a EPAL procedeu à alteração do seu regime de Planos de Pensões, passando a ter em vigor dois Planos de Pensões, mutuamente exclusivos, do ponto de vista dos colaboradores – um Plano de Benefício Definido e um Plano de Contribuição Definida. O Plano de Contribuição Definida foi implementado durante o exercício de 2008, sendo a este plano que ficou afectada a generalidade dos colaboradores activos da Empresa.

Em consonância com a alteração do Plano de Pensões, foi igualmente alterado o Fundo de Pensões, tendo o mesmo sido, globalmente, dividido em dois sub-fundos – o sub-fundo afecto ao Plano de Benefício Definido e o sub-fundo afecto ao Plano de Contribuição Definida.

Em 31 de Dezembro de 2008, os sub-fundos do Benefício Definido e da Contribuição Definida ascendiam a, respectivamente, 33,2 milhões de euros e 13,2 milhões de euros.

Ao nível das contribuições da Empresa para o Fundo de Pensões, é de salientar que, durante 2008, a EPAL realizou mais uma expressiva contribuição para o Fundo, a qual ascendeu a cerca de 2,9 milhões de euros. Globalmente, entre 2005 e 2008, a EPAL realizou contribuições num total de 12,8 milhões de Euros.

As contribuições efectuadas tiveram um impacto importante no financiamento das responsabilidades, facto que pode ser atestado pelo nível de financiamento segundo os pressupostos do Fundo Mínimo do ISP. Até 2004, o referido nível de financiamento situava-se abaixo do limiar mínimo dos 100% e, no final de 2008, ascendia a mais de 102%.

Empresas participadas

A EPAL detém as seguintes participações financeiras:

Clube de Golfe das Amoreiras, S.A.	100,0%	350 000 euros
Ambelis, S.A.	0,68%	1 370 euros
Fundec		1 500 euros

73

Clube de Golfe das Amoreiras, S.A.

A EPAL é o único accionista do Clube de Golfe das Amoreiras, S.A., que tem como objectivo a promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras, em resposta ao desafio colocado pelo Município de Lisboa para se valorizar e dinamizar o espaço ocupado pelo reservatório. O seu capital social é de 350 000 de euros.

Em 1993 foi celebrado um contrato-promessa, no âmbito do qual a sociedade Clube de Golfe das Amoreiras, S.A., entretanto constituída pela EPAL, prometeu ceder à Supergolf Amoreiras-Academia de Golfe, S.A. (“Supergolf”), a exploração do recinto comercial destinado ao treino e ensino de golfe.

Dificuldades surgidas no âmbito de licenciamentos camarários geraram situações de conflito entre os outorgantes, as quais vieram a ser resolvidas por dois tribunais arbitrais, sucessivamente constituídos, mediante acórdãos já proferidos e transitados em julgado.



gestão de riscos

A EPAL encontra-se exposta a um conjunto de riscos que resultam da sua actividade e cuja identificação, gestão e eventual mitigação é crítica para a consecução dos seus objectivos estratégicos. Particularmente importante é salvaguardar a qualidade da água, as pessoas, as instalações, os equipamentos, os níveis de serviço aos Clientes e os fluxos de informação críticos para o negócio.

75

Através da inclusão regular das matérias relevantes na ordem de trabalhos das suas reuniões, o conselho de administração da EPAL dedica uma atenção especial à análise e gestão destes riscos, enquanto que noutros níveis da empresa a identificação de riscos tem vindo a ocupar um lugar cada vez mais importante nas rotinas diárias.

A abordagem aos riscos financeiros e operacionais é assegurada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da actividade. Assim, enquanto a Direcção Financeira gere riscos financeiros como o risco de taxa de juro e o risco de liquidez, a Direcção de Sistemas de Informação é responsável pela elaboração e implementação de políticas de controlo adequadas à gestão das tecnologias de informação, ao controlo de acessos físicos e lógicos e à estabilidade dos sistemas.

Riscos operacionais

Nesta categoria, o risco dominante é a deterioração, por qualquer razão que seja, da qualidade do produto água, seguido das ameaças a um abastecimento ininterrupto, nomeadamente por via de roturas nas condutas ou ramais, das incertezas na tendência do consumo, da deterioração dos níveis de serviço prestados, do atraso da entrada em exploração de sistemas de abastecimento de entidades gestoras clientes da EPAL, das ameaças à integridade e ao bom funcionamento dos activos e das alterações climáticas.



Qualidade da água

A garantia da qualidade da água fornecida aos seus Clientes é uma preocupação dominante da EPAL. Por este motivo, fazem parte das rotinas diárias da empresa o acompanhamento dos parâmetros que definem uma água de qualidade, própria para consumo humano.

76

Para avaliar o efeito na qualidade da água de potenciais descargas a montante da albufeira de Castelo do Bode, está em desenvolvimento, em colaboração com o INAG e com o Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Universidade Nova de Lisboa, um modelo de simulação matemática da qualidade da água.

Em 2008, a EPAL finalizou um estudo para delimitação dos perímetros de protecção das captações de água subterrânea. Nestas áreas contíguas aos pontos de captação são restringidas actividades susceptíveis de poluírem as águas subterrâneas, de modo a limitar o risco de contaminação.

Seguindo as novas metodologias preconizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela *International Water Association (IWA)*, a EPAL deu início, em 2007, à implementação de



um Plano de Segurança da Água, em complemento da metodologia clássica de monitorização da qualidade da água no sistema de abastecimento. Fez parte do projecto a identificação de perigos e a avaliação de riscos em todo o sistema de abastecimento, desde as origens até à torneira do consumidor. A conclusão do projecto está prevista para o final de 2009.

O tratamento dos tópicos relevantes para a preservação da qualidade da água fornecida pela EPAL é objecto de capítulo separado neste relatório.

Abastecimento ininterrupto

Os riscos que impendem sobre o abastecimento ininterrupto de água aos seus Clientes, nomeadamente através de roturas nas condutas ou nos ramais, têm vindo a ser identificados pela utilização das mais modernas técnicas de detecção de fugas. Através do plano de substituição de tubagens na cidade de Lisboa, a EPAL tem assumido uma atitude pró-activa em relação a esta questão.

Tendência no consumo de água

Desde 2004, assiste-se a uma tendência de redução dos consumos, numa inversão da tendência histórica de crescimento. Embora seja ainda difícil prever a trajectória futura desta tendência, o impacto que a sua eventual continuação terá nas receitas e no cash flow poderá ser significativo.

Níveis de serviço

As exigências crescentes relativamente à qualidade do produto água e aos níveis de serviço prestados, a par de uma maior consciência ambiental, são factores que aumentam os desafios da empresa face ao meio envolvente. A EPAL monitoriza o serviço prestado, mantendo elevados padrões no que diz respeito à sua qualidade. A actividade desenvolvida pela empresa está regulada por um conjunto de leis e regulamentos de elevada exigência, que vão desde a qualidade da água e da definição das tarifas a cobrar até à qualidade do serviço prestado.

Riscos de terceiros

O atraso na entrada em exploração de sistemas de abastecimento de entidades clientes é outro factor exógeno que comporta risco operacional na medida em que pode ter repercussões negativas no desempenho económico da empresa.

Integridade dos activos

Sendo a actividade da EPAL intensiva em capital, resultado dos investimentos avultados em infra-estruturas, a integridade dos activos afectos ao negócio torna-se crítica na gestão quotidiana. A EPAL tem em curso diversos projectos – de avaliação de activos e de utilização de novas ferramentas informáticas – para tornar mais eficiente a gestão das suas instalações e equipamentos.

Alterações climáticas

Dada a natureza das suas operações, a actividade da EPAL pode ser afectada pela alteração das condições climáticas. Em períodos de forte seca, não só a quantidade e a qualidade da água captada poderão ser afectadas como os custos de captação poderão ser mais elevados.

Risco de regulamentação

Como prestadora de um serviço público, a EPAL opera num ambiente regulado, pelo que a sua actividade é vulnerável a alterações regulamentares.

Com efeito, o desenvolvimento em curso de nova legislação e regulamentação (Regulamento Tarifário, novo Estatuto do IRAR, Bases dos sistemas multi-municipais, etc.), pode vir a implicar um acréscimo de encargos para a empresa, cuja repercussão nas tarifas poderá ser difícil de realizar, atendendo a condicionantes económicas e sociais.

Se as alterações legislativas e regulamentares forem demasiado rápidas, poderão fazer com que a empresa não consiga, a cada momento, cumprir a legislação e com que as condições de exploração da sua actividade sejam fortemente afectadas.

A capacidade da EPAL em criar valor para o accionista pode também ser seriamente condicionada pela falta de uma posição clara relativamente ao método de regulação, à taxa e à base de remuneração, afectando negativamente a recuperação do capital investido.

A minimização deste risco poderá ser conseguida através da criação de um quadro regulamentar, elaborado dum modo transparente e participado, que defina as regras do jogo e estabeleça mecanismos de promoção da eficiência.

O excesso de regulação acarreta custos devido à necessidade de afectação de recursos ao seu cumprimento. Estes custos terão de ser suportados pelos cidadãos, através do pagamento de impostos, ou pelos consumidores, através do aumento do preço dos produtos e serviços regulados.

Riscos financeiros

A EPAL encontra-se exposta a riscos financeiros relacionados com a sua actividade, dos quais se destacam o risco de liquidez, o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

Risco de liquidez

Para acautelar este risco, a empresa mantém um nível confortável de disponibilidades decorrente de uma estrutura financeira equilibrada e adequada à natureza dos activos.

A política da EPAL neste domínio é garantir uma utilização flexível das linhas de crédito de que dispõe, em montantes considerados adequados para fazer face ao financiamento corrente da actividade. Para este efeito, a EPAL contratou um programa de papel comercial de 12,5 milhões de euros.

O financiamento dos investimentos não sobrecarrega as linhas de curto prazo e foi, pelo contrário, assegurado pelo recurso a facilidades de médio e longo prazo. Em Janeiro de 2002, a

EPAL celebrou com o BEI um contrato de financiamento denominado BEI EPAL III que prevê um crédito de 185 milhões de euros a longo prazo, correspondente a 50% do programa de investimentos em curso, avaliado em 370 milhões de euros. No final de 2008, as utilizações ao abrigo daquele contrato totalizavam 115 milhões de euros, restando 70 milhões de euros por utilizar.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro na EPAL decorre da contratação de empréstimos de longo prazo a taxa de juro variável. A gestão deste risco consiste (i) na contratação do regime de taxa de juro mais competitivo na data de fixação, após comparação da taxa fixa com a taxa variável mais o instrumento de cobertura, e (ii) no equilíbrio entre a dívida a taxa fixa e a dívida a taxa variável. No final de 2008, a repartição da dívida do BEI em termos de regime de taxa de juro era de 41,7% a taxa fixa e 58,3% a taxa variável.



Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de a empresa incorrer perdas por via do incumprimento de Clientes ou outras contrapartes. Em geral, as políticas em vigor na EPAL prevêem que este risco seja mitigado através de avaliações periódicas de situações de crédito em função da sua natureza, finalidade e duração. Numa base regular, é efectuado o controlo dos saldos de contas a receber de modo a determinar a probabilidade da ocorrência de créditos incobráveis ou de cobrança duvidosa.



perspectivas futuras

O Decreto-Lei nº230/91, de 21 de Junho, transformou a EPAL- Empresa Pública das Águas Livres numa sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com a denominação de EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, assumindo um papel fundamental na reorganização da gestão dos recursos hídricos, desempenhando tarefas de distribuição domiciliária de água no Município de Lisboa, bem como actividades de captação, tratamento e abastecimento de água aos municípios da região de Lisboa e áreas próximas.

81

A necessidade de estabelecimento de uma forte cooperação entre o Estado e Autarquias, no sentido de garantir a maior eficiência dos sistemas públicos de águas, reclama a adopção de modelos integrados de gestão das várias actividades que, na área da Grande Lisboa e zonas geográficas conexas, encontra expressão na criação de um sistema integrado de abastecimento de água e saneamento, cuja gestão e exploração será atribuída à EPAL, em termos que assegurem o envolvimento dos municípios eventualmente interessados.

Em consequência, a EPAL desenvolveu um projecto de redefinição do respectivo regime legal e estatutário que fez chegar à apreciação do accionista e do governo.

Considerou-se também oportuno reflectir sobre o modelo de governação à luz das novas orientações internas e internacionais sobre a matéria, nomeadamente os diplomas normativos entretanto aprovados, com incidência na matéria de governo das sociedades.

A concepção do modelo de governo da EPAL proposto foi enformada pelo objectivo do respeito pelos critérios mais elevados de transparência, de ética e de responsabilização (*accountability*), por forma a assegurar a profissionalização da gestão, a maximizar o desempenho societário e fazer cumprir o interesse público na realização do seu objecto social.



A proposta apresentada quanto ao regime legal e estatutário da EPAL pretende estabelecer a formalização do objectivo estratégico da empresa: a gestão sustentável do **Ciclo Urbano da Água** ao longo de toda a sequência de actividades e negócios.

A continuação de contactos e negociações com a Câmara Municipal de Lisboa, que já remontam a 2006, e a sua concretização constituem-se como de extrema importância para o futuro próximo da empresa.

82

Definida a Missão e Objectivos é indispensável concretizar um conjunto de acções ao nível da estrutura da empresa, das suas operações, dos seus processos e dos seus instrumentos de gestão.

O projecto **Visão EPAL II** terá a sua conclusão na primeira metade de 2009, adaptando a estrutura orgânica da empresa à cadeia de valor e estabelecendo modelos de relacionamento entre áreas que fomentem a sua interacção e o espírito de equipa.



A garantia de abastecimento e a qualidade da água fundamentam os dois investimentos mais significativos que a EPAL desenvolverá em 2009: o lançamento dos processos concursais para a **Remodelação da Estação de Tratamento de Água de Vale da Pedra** e o início da **construção do Laboratório Central**.

Será concluído o projecto de segmentação da rede com a sua cobertura a 100% através de **Zonas de Monitorização e Controlo**, instrumento fundamental para a gestão operacional da rede em termos de volumes, pressões e balanço hídrico, complementado pela conclusão do Projecto de Telemetria de Grandes Clientes.

Em 2009 estará concluída a fase de implementação do **Plano de Protecção da Água**, como ferramenta de uma visão integrada e sistémica dos riscos para a qualidade da Água de abastecimento.

A consolidação da função **Gestão de Activos** exige a concretização de um portfolio de iniciativas onde se destacam a caracterização e estruturação de dados sobre os Activos e a integração das várias aplicações onde é gerada essa mesma informação.

A melhoria dos processos de gestão deve apoiar-se no processo de mudança que deriva da Visão EPAL II, fomentando a auto-análise crítica da performance da empresa e das suas diferentes áreas, permitindo objectivar a tomada de decisão. Com esse desígnio será lançado um novo modelo de **Sistema de Informação de Gestão**, através de um processo transversal envolvendo toda a empresa na definição de indicadores, metas e processos de registo de informação.

Ao quantificar a eficácia e a eficiência de toda a empresa e monitorizar o seu desempenho, o novo Sistema de Informação de Gestão permitirá ainda estabelecer a base de um novo **Sistema de Gestão por Objectivos**, projecto a ser lançado e concretizado em 2009.

O alcance estratégico dos projectos e iniciativas da EPAL irão exigir o empenho e competências de todos os seus profissionais, mas também a corresponsabilização do Accionista e do Estado na prossecução dos objectivos estratégicos que constam do Despacho n.º 6008/2009 dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, publicado na 2ª Série do Diário da República de 23 de Fevereiro.



proposta de aplicação de resultados

85

Nos termos do disposto no artigo 21º dos Estatutos da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA., o conselho de administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2008, no montante de €26 675 351,01 (vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e um euros e um cêntimo), tenha a seguinte distribuição:

- €335 777,91 (trezentos e trinta e cinco mil, setecentos e setenta e sete euros e noventa e um cêntimos) para Reserva Legal;
- €18 672 745,71 (dezoito milhões, seiscentos e setenta e dois mil, setecentos e quarenta e cinco euros e setenta e um cêntimos) para distribuição de dividendos aos Accionistas;
- €7 666 827,39 (sete milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, oitocentos e vinte e sete euros e trinta e nove cêntimos) para Resultados Transitados.



controlo e administração da sociedade

87

A EPAL é uma sociedade anónima de capitais públicos que tem como accionista único a Águas de Portugal, SGPS, SA, holding do grupo Águas de Portugal. O modelo de governo da sociedade assegura uma segregação eficaz das funções de administração e de fiscalização.

Entre outros mecanismos de fiscalização, as contas anuais da EPAL são auditadas por uma entidade independente segundo os critérios aplicados a empresas cujos títulos são admitidos à negociação em mercado regulamentado.

Controlo accionista

O controlo accionista da Águas de Portugal, SGPS, SA, foi alterado em 2008. Os seus accionistas são:

- A Direcção-Geral do Tesouro, com uma participação de 8,822%;
- A Parcaixa, SGPS, SA, com uma participação de 19%; e
- A Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA, com uma participação de 72,178%.

O grupo Águas de Portugal presta serviços a mais de sete milhões de habitantes em Portugal nas áreas do abastecimento de água, do saneamento de águas residuais e do tratamento de resíduos sólidos.

Órgãos sociais

Os órgãos sociais da EPAL são compostos pela assembleia geral, pelo conselho de administração e por um fiscal único. Dada a prioridade que o contributo para o desenvolvimento sustentável tem na estratégia da empresa, foi igualmente criado um conselho consultivo para o desenvolvimento sustentável.



88

Assembleia Geral

A assembleia geral reuniu a 31 de Março com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2007;
2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
3. Proceder à apreciação geral da administração e da fiscalização da sociedade;
4. Alterar os artigos 7º nº 2 e 20º dos Estatutos da Sociedade, relativos ao Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável, anteriormente designado por Conselho de Impacte Ambiental;
5. Proceder à eleição dos órgãos sociais para o mandato 2008-2010.

A reunião discutiu e aprovou os quatro primeiros pontos da ordem de trabalhos, elegeu os órgãos sociais para o período 2008-2010 e foi seguidamente suspensa até ao dia 29 de Abril.

A assembleia voltou a reunir a 30 de Maio para aprovação da atribuição de prémio de gestão aos quatro vogais do conselho de administração.

A mesa da assembleia geral da EPAL, que foi reeleita em 2008 para o triénio 2008-2010, tem a seguinte constituição:

Presidente da mesa: AMEGA – Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água, representada por Carlos Alberto dias Teixeira

Vice-presidente: Cristina Rebelo Pereira
Secretária: Alexandra Varandas

A remuneração dos membros da mesa da assembleia geral, aprovada pela comissão de vencimentos da empresa a 15 de Maio de 2006 e inalterada para 2008, foi a seguinte:

Presidente	Senha de presença no valor de €633,4
Vice-presidente	Senha de presença no valor de €475,0
Secretária	Senha de presença no valor de €316,7

89

Conselho de Administração

O conselho de administração é o órgão executivo da sociedade e é constituído pelos seguintes cinco membros, todos executivos incluindo o presidente, eleitos para o triénio 2008-2010:

Presidente:	João Manuel Lopes Fidalgo
Vogal:	Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro
Vogal:	José Alfredo Manita Vaz
Vogal:	António Bento Franco
Vogal:	Rui Manuel de Carvalho Godinho

Em 2008, o conselho de administração reuniu 37 vezes para deliberar sobre formulação e implementação de estratégia, políticas de gestão, planos de investimento e controlo da gestão corrente dos negócios sociais.

A remuneração individualizada dos membros do conselho de administração, que não inclui componente variável, foi a seguinte em 2008:

Função	Nome	Remun.	Telefone	Automóvel	Combustível	Subs. refeição	Seguro saúde	Seguro Vida
Presidente	João Manuel Lopes Fidalgo	118 230	1 111,37	13 177,56	3 157,92	1 524,60		3 206,28
Vogal	Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro	110 250	711,32	6 129,05	1 750,52	1 530,16		
Vogal	José Alfredo Manita Vaz	110 250	1 024,16	5 825,24	2 345,19	1 530,16	581,90	3 193,61
Vogal	António Bento Franco	110 250	1 053,78	5 781,88	2 170,27	1 530,16	817,02	2 989,84
Vogal	Rui Manuel de Carvalho Godinho	110 250	964,33	6 498,39	2 580,06	1 530,16		
Total		559 230	4 864,96	37 412,12	12 003,96	7 645,24	1 398,92	9 389,73



90

Fiscal único

A fiscalização da sociedade compete ao fiscal único António Dias Nabais, revisor oficial de contas, e a Severo Praxedes Soares, suplente. Ao fiscal único foi atribuída em 2008 uma remuneração de 17 912 euros.

Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável

Na assembleia geral de 31 de Março, o conselho viu alterada a sua designação, bem como as suas atribuições, que passaram a ser “dar pareceres e formular recomendações acerca da sustentabilidade das actividades da empresa e nomeadamente sobre o impacte ambiental de novos grandes empreendimentos ligados ao ciclo da água, tendo especialmente em atenção as normas de qualidade da água e segurança dos adutores”.

O CCDS reuniu a 1 de Outubro com o conselho de administração.

A 31 de Dezembro de 2008, o conselho era constituído pelos seguintes membros:

Presidente: Maria Helena Veríssimo Colaço Alegre
 Vogal: Maria Paula Batista Antunes
 Vogal: Manuel Duarte Pinheiro

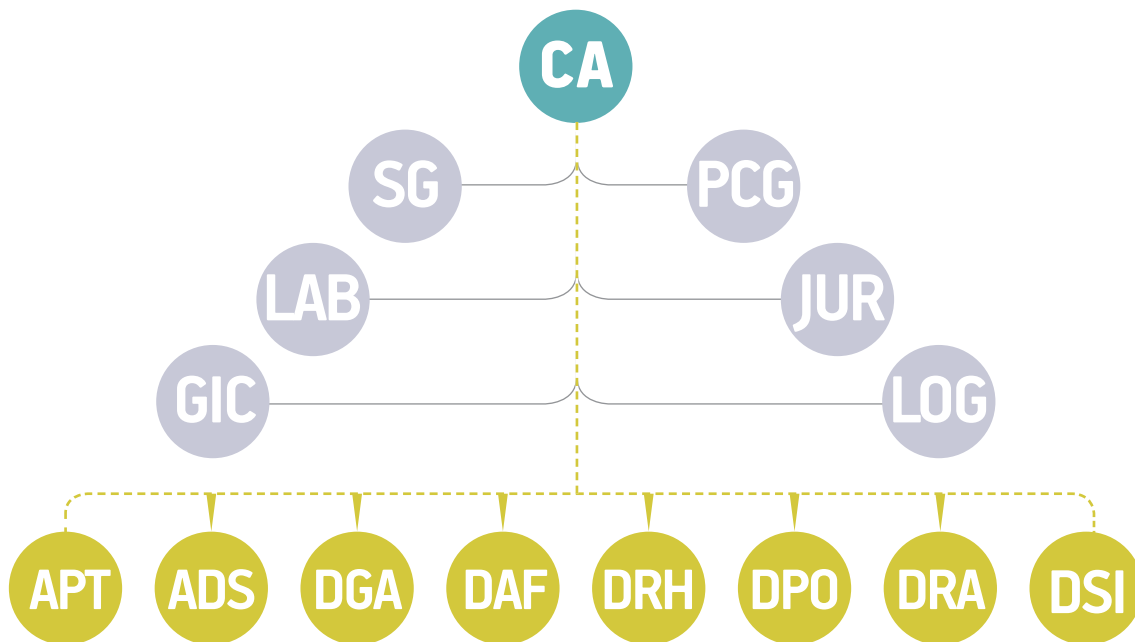
A remuneração do conselho em 2008 foi de 4 427,60 euros por cada membro.

Comissões

Conforme determinado no contrato de sociedade, compete à assembleia geral deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais. Desde 1992, a EPAL tem uma comissão de vencimentos eleita em assembleia geral e composta pelos seguintes membros:

Presidente: Pedro Eduardo Passos da Cunha Serra
 Vogal: Maria de Fátima Ferreira Pica Ferreira Borges

Estrutura Orgânica



CA – Conselho de Administração
APT – Área de Negócio de Produção e Transporte
ADS – Área de Negócio de Distribuição
DGA – Direcção de Gestão de Activos
DAF – Direcção Administrativa e Financeira
DRH – Direcção de Recursos Humanos
DPO – Direcção de Projectos e Obras
DRA – Direcção de Renovação e Ampliação da Rede de Lisboa

DSI – Direcção de Sistemas de Informação
SG – Secretário-Geral
PCG – Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão
LAB – Laboratório Central
JUR – Gabinete Jurídico
GIC – Gabinete de Imagem e Comunicação
LOG – Gabinete de Logística

Existem ainda na dependência directa do conselho de administração o Museu da Água (MDA) e o Grupo de Trabalho de Monitorização e Controlo (GMC).

Normas e procedimentos

No desenvolvimento das suas actividades, a EPAL assegura o cumprimento da legislação aplicável. A empresa rege-se pelo Decreto-Lei nº 230/91, de 21 de Junho, que a transformou em sociedade anónima de capitais integralmente públicos e aprovou os seus estatutos. Rege-se, ainda, pelas normas especiais decorrentes do objecto da sociedade – produção e distribuição de água para consumo humano.

Existem quatro tipos de normas internas:

• Ordens de serviço

Documentos normativos emanados do conselho de administração e vinculativos para toda a empresa, respeitantes a assuntos que definem e regulam a estrutura e o funcionamento da organização, tais como constituição de pelouros, estrutura orgânica, delegações e subdelegações de competências, entre outros. Em 2008 foi divulgada a 7ª edição da Ordem de Serviço da Estrutura Organizacional;

• Procedimentos administrativos

Documentos normativos respeitantes a funções e a processos de natureza eminentemente administrativa. Em 2008, foram reeditados catorze procedimentos administrativos e editado um novo, relativo à conferência e aprovação de facturas;

• Procedimentos operativos

Documentos respeitantes a funções e a processos relativos à captação, à produção, ao tratamento, à adução, à distribuição, à medição de água e às actividades de manutenção. Em 2008 foram reeditados cinco procedimentos operativos;

• Instruções de trabalho

Documentos que descrevem pormenorizadamente uma ou mais tarefas específicas dum processo. Em 2008, foram reeditadas três instruções de trabalho.

Todos estes documentos podem ser consultados na *Intranet* da empresa.



Conselho de Administração:

João Manuel Lopes Fidalgo, Presidente

Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, Vogal, Rui Manuel de Carvalho Godinho, Vogal

António Bento Franco, Vogal e José Alfredo Manita Vaz, Vogal



agradecimentos

O Conselho de Administração da EPAL quer agradecer a todos os que contribuíram para os bons resultados da empresa no ano de 2008, designadamente:

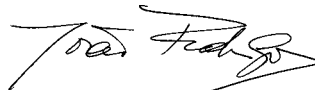
- aos Clientes da EPAL, pelo reconhecimento da qualidade dos produtos e serviços comercializados pela empresa;
- aos colaboradores da empresa, pela dedicação e empenho que puseram no seu trabalho quotidiano;
- aos titulares dos órgãos sociais, pelo bom conselho e orientação que prestaram à empresa;
- aos fornecedores, pelo cumprimento escrupuloso dos contratos firmados com a empresa,
- aos prestadores de serviços, pelo cumprimento tempestivo das tarefas que lhes foram cometidas;
- às seguradoras, pela confiança que depositaram nos sistemas de controlo operacional da empresa;
- aos bancos, pela confiança que depositaram na estratégia e na política financeira da empresa;
- às entidades reguladoras, pelo bom conselho e orientação que prestaram à empresa;
- ao accionista, pela proximidade e assiduidade com que acompanhou os negócios da empresa.

95

A todos o nosso sincero agradecimento pela boa colaboração prestada.

Lisboa, 10 de Março de 2009

O Conselho de Administração



João Manuel Lopes Fidalgo
Presidente



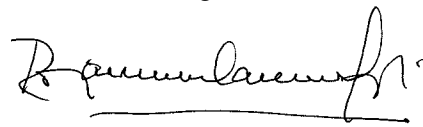
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro
Vogal



José Alfredo Manita Vaz
Vogal



António Bento Franco
Vogal



Rui Manuel de Carvalho Godinho
Vogal





contas

índice principal

Balanço

Demonstração dos resultados por naturezas

Demonstração dos resultados por funções

Demonstração das variações dos capitais próprios

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas anexas às demonstrações financeiras

Elementos contabilísticos exigidos pelo Plano Oficial
de Contabilidade (POC)

Balanço

Demonstração dos resultados por naturezas

Notas anexas às demonstrações financeiras

índice das Notas Anexas

1 – Actividade económica da EPAL
2 – Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos
a) Bases de apresentação; b) Imobilizações incorpóreas; c) Imobilizações corpóreas; d) Imparidade de activos fixos; e) Activos financeiros; f) Contas a receber; g) Existências; h) Disponibilidades; i) Capital social; j) Benefícios aos empregados - Pensões; k) Provisões; l) Subsídios para investimento; m) Impostos diferidos; n) Reconhecimento do rédito e de outros proveitos e custos; o) Dividendos a pagar; p) Reservas de reavaliação
3 – Políticas de gestão do risco financeiro
4 – Estimativas e julgamentos
5 – Imobilizado incorpóreo
6 – Imobilizado corpóreo
7 – Investimentos financeiros
8 – Impostos diferidos
9 – Outros devedores – médio e longo prazo
10 – Existências
11 – Clientes e outras contas a receber
12 – Estado e outros entes públicos activos
13 – Outros devedores
14 – Caixa e equivalentes de caixa
15 – Capital social
16 – Reservas e outros ajustamentos
17 – Provisões
18 – Responsabilidades com pensões
19 – Empréstimos bancários
20 – Subsídios ao investimento
21 – Fornecedores e outras contas a pagar
22 – Estado e outros entes públicos passivos
23 – Outros credores
24 – Vendas e prestação de serviços
25 – Custo das vendas
26 – Fornecimentos e serviços externos
27 – Custos com pessoal
28 – Amortizações e ajustamentos do exercício
29 – Provisões do exercício
30 – Outros custos operacionais
31 – Proveitos suplementares
32 – Outros proveitos e ganhos operacionais
33 – Custos financeiros
34 – Proveitos financeiros
35 – Resultados extraordinários
36 – Impostos
37 – Passivos contingentes e garantias prestadas
38 – Nota à demonstração dos resultados por funções

Balanço

	Notas	2008	2007
ACTIVO			
Activo não corrente			
Imobilizado incorpóreo líquido	5	21 764	22 228
Imobilizado corpóreo líquido	6	637 515 131	647 583 610
Investimentos financeiros	7	361 602	360 102
Activos por impostos diferidos	8	6 177 905	9 829 939
Outros devedores - médio e longo prazo	9	14 570 718	11 302 155
		658 647 120	669 098 033
Activo corrente			
Existências líquidas	10	1 256 047	1 223 114
Clientes e outras contas a receber	11	25 219 195	31 890 479
Estado e outros entes públicos	12	1 474	287 544
Outros devedores	13	5 679 495	5 841 052
Caixa e equivalentes de caixa	14	23 520 498	14 999 197
		55 676 709	54 241 385
Total do activo		714 323 829	723 339 419
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Social	15	150 000 000	150 000 000
Reservas e outros ajustamentos	16	153 330 251	156 761 432
Resultados transitados		35 040 674	25 307 826
Resultado líquido do exercício		26 675 351	24 391 338
Total do capital próprio		365 046 276	356 460 596
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	17	13 099 960	19 289 146
Responsabilidades com pensões	18	15 642 752	25 392 038
Empréstimos bancários	19	203 070 470	211 171 405
Passivos por Impostos diferidos	8	8 172 756	8 864 243
Subsídios ao investimento	20	40 097 572	41 969 277
		280 083 510	306 686 108
Passivo corrente			
Empréstimos bancários	19	8 100 934	6 018 390
Fornecedores e outras contas	21	36 957 610	33 696 381
Estado e outros entes públicos	22	2 548 281	1 419 108
Outros credores	23	21 587 218	19 058 836
		69 194 043	60 192 715
Total do passivo		349 277 553	366 878 823
Total do passivo e capital próprio		714 323 829	723 339 419

Todos os valores são expressos em euros

As notas anexas às demonstrações financeiras são parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2008

Demonstração dos resultados (por naturezas)

	Notas	2008	2007
Vendas e prestação de serviços	24	143 526 457	139 968 824
Custo das vendas	25	(2 694 207)	(2 684 150)
Fornecimentos e serviços externos	26	(39 779 117)	(36 771 381)
Custos com pessoal	27	(28 304 158)	(33 365 297)
Amortizações e ajustamentos do exercício	28	(32 468 090)	(31 918 373)
Provisões do exercício	29	(2 041 624)	(1 134 613)
Outros custos operacionais	30	(1 272 381)	(1 090 107)
Trabalhos para a própria empresa		5 825	43 254
Proveitos suplementares	31	1 800 993	1 868 600
Outros proveitos e ganhos operacionais	32	949 935	102 550
Resultados operacionais		39 723 633	35 019 307
Custos financeiros	33	(9 291 407)	(8 901 740)
Proveitos financeiros	34	1 149 869	419 098
Resultados correntes		31 582 095	26 536 664
Resultados extraordinários	35	5 256 939	5 247 869
Resultados antes de impostos		36 839 034	31 784 533
Imposto sobre o rendimento do exercício	36	(10 163 683)	(7 393 195)
Resultado líquido do exercício		26 675 351	24 391 338
Resultado por acção (básico e diluído)	15	0,89	0,81

Todos os valores são expressos em euros

As notas anexas às demonstrações financeiras são parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008

Demonstração dos resultados (por funções)

	Notas	2008	2007
Vendas e prestações de serviços	24	143 526 457	139 968 824
Custo das vendas e prestações de serviços	38	(41 583 014)	(36 397 404)
Resultados brutos		101 943 443	103 571 420
Outros proveitos operacionais		8 153 564	3 425 015
Custos distribuição	38	(30 322 844)	(31 321 136)
Custos administrativos	38	(27 386 931)	(29 807 750)
Outros custos e perdas operacionais		(5 963 277)	(5 357 032)
Resultados operacionais		46 423 955	40 510 516
Rendimentos de outros investimentos			
Perdas relativas a outros investimentos		-	(335 342)
Resultados de outros Investimentos		-	(335 342)
Custo líquido do financiamento	38		
Perdas financeiras		(9 275 316)	(8 527 602)
Custo líquido do financiamento		(9 275 316)	(8 527 602)
Resultados correntes		37 148 639	31 647 572
Imposto sobre os resultados correntes	38	(10 473 288)	(7 256 234)
Resultado líquido do exercício		26 675 351	24 391 338
Resultado por acção	15	0,89	0,81

Todos os valores são expressos em euros

As notas anexas às demonstrações financeiras são parte integrante da demonstração dos resultados por funções do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008

Demonstração das variações dos capitais próprios

Rubricas	Capital	Ajustamentos de partes de capital	Reservas de reavaliação	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
1 de Janeiro de 2007	150 000 000	(4 064)	114 105 399	25 592 236	22 171 377	15 586 585	16 328 528	343 780 062
Aplicação de resultados de 2006	-	-	-	1 632 853	-	14 695 675	(16 328 528)	-
Distribuição de dividendos – empregados	-	-	-	-	-	(941 221)	-	(941 221)
Distribuição de dividendos – accionista	-	-	-	-	-	(10 769 583)	-	(10 769 583)
Reservas de reavaliação realizadas no exercício de 2007	-	-	(7 527 889)	-	-	7 527 889	-	-
Impostos diferidos sobre reservas de reavaliação que se realizaram no exercício de 2007	-	-	791 520	-	-	(791 520)	-	-
Resultado do exercício de 2007	-	-	-	-	-	-	24 391 338	24 391 338
31 de Dezembro de 2007	150 000 000	(4 064)	107 369 030	27 225 089	22 171 377	25 307 826	24 391 338	356 460 596
Aplicação de resultados de 2007	-	-	-	2 439 134	-	21 952 204	(24 391 338)	-
Distribuição de dividendos – empregados	-	-	-	-	-	(1 015 735)	-	(1 015 735)
Distribuição de dividendos – accionista	-	-	-	-	-	(17 073 936)	-	(17 073 936)
Reservas de reavaliação realizadas no exercício de 2008 (Nota 16)	-	-	(6 560 510)	-	-	6 560 510	-	-
Impostos diferidos sobre reservas de reavaliação que se realizaram no exercício de 2008 (Nota 16)	-	-	690 195	-	-	(690 195)	-	-
Resultado do exercício de 2008	-	-	-	-	-	-	26 675 351	26 675 351
31 de Dezembro de 2008	150 000 000	(4 064)	101 498 715	29 664 223	22 171 377	35 040 674	26 675 351	365 046 276

Todos os valores são expressos em Euros

As notas anexas às demonstrações financeiras são parte integrante da demonstração das variações dos capitais próprios

Demonstração dos fluxos de caixa

	Notas	2008	2007
Actividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes		187 275 603	174 011 002
Pagamentos a fornecedores		(50 393 102)	(40 850 723)
Pagamentos ao pessoal		(38 946 882)	(34 712 342)
Fluxo gerado pelas operações		97 935 620	98 447 937
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(5 782 316)	(7 266 099)
Outros recebimentos/pagamentos relativos actividade operacionais		(20 062 969)	(9 861 064)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(25 845 285)	(17 127 163)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		409 631	159 384
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(5 998 913)	(420 177)
		(5 589 283)	(260 793)
Fluxo de actividades operacionais (1)		66 501 052	81 059 981
Actividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas		1 544 718	467 224
Juros e proveitos similares		1 128 626	401 803
		2 673 345	869 027
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(1 500)	(345 853)
Empréstimos concedidos		(10 000)	-
Imobilizações corpóreas		(28 129 727)	(59 893 385)
Imobilizações incorpóreas		-	(1 391)
		(28 141 227)	(60 240 630)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(25 467 882)	(59 371 603)
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		-	15 000 000
		-	15 000 000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(6 018 390)	(6 018 390)
Juros e custos similares		(9 419 543)	(8 432 195)
Dividendos		(17 073 936)	(10 769 583)
		(32 511 869)	(25 220 168)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(32 511 869)	(10 220 168)
Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		8 521 301	11 468 210
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	14 999 197	3 530 987
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	23 520 498	14 999 197
Variações de caixa e seus equivalentes		8 521 301	11 468 210

Todos os valores são expressos em euros

As notas anexas às demonstrações financeiras são parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa

notas anexas

às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2008

105

1. Actividade económica da EPAL

1.1 Introdução

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (adiante designada por “EPAL” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O objecto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

1.2 Actividade

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspectos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em “alta” a 23 municípios da Região da Grande Lisboa.

O regime de preços aplicável à venda de água pela EPAL é definido pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de Junho, que prevê a celebração de convenção a acordar entre aquela e o Estado, representado pela Direcção Geral das Actividades Económicas.

1.3 Aprovação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras ora reportadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de Março de 2009. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas reflectem de forma fidedigna as operações da EPAL, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da EPAL do exercício de 2008, compreendendo o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das variações do capital próprio e respectivas notas anexas, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, com excepção da derrogação da Directriz Contabilística nº 19 decorrente da Empresa ter adoptado, em anos anteriores, a metodologia “corridor”, prevista na IAS 19, para registo das suas responsabilidades com o Plano de Benefícios Pós-Emprego (**Nota 2j**).

106

O balanço da Empresa em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 e a demonstração dos resultados por naturezas dos exercícios findos naquelas datas, são apresentados com base num formato distinto do previsto no Plano Oficial de Contabilidade, sendo as notas anexas apresentadas numa ordem sequencial de balanço e de demonstração dos resultados, contendo, contudo, em conjunto com a Demonstração das variações dos capitais próprios, as informações requeridas pelo Plano Oficial de Contabilidade, ascendendo, o total do activo e do capital próprio, em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, e o resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, a montante igual àqueles que resultam da apresentação do balanço e da demonstração de resultados por naturezas de acordo com o formato requerido pelo Plano Oficial de Contabilidade, os quais são também apresentados em anexo na secção “Elementos exigidos pelo Plano Oficial de Contabilidade”.

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamento na aplicação das políticas a adoptar pela EPAL, os quais afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na experiência da gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem, em última instância, diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na **nota 4**.

Salvo indicação contrária, todos os valores são expressos em Euros.

b) Imobilizações incorpóreas

O valor inscrito na rubrica “Imobilizações incorpóreas” inclui: i) o montante de 21 300 euros, relativo a um direito sobre parte de terrenos de terceiros pelos quais passam condutas da EPAL que, por se tratar de um direito de uso ilimitado, não é sujeito a amortização; e ii) o montante líquido de 464 euros, relativo a uma patente, que se encontra a ser amortizada pelo método das quotas constantes durante um período de 3 anos.

c) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição ou ao valor reavaliado de acordo com as disposições legais.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes durante o período de vida útil estimado dos bens a que respeitam (**Nota 6**).

As taxas utilizadas correspondem, de um modo geral, às taxas máximas fiscalmente permitidas e são as que seguem:

Naturezas	Intervalos de taxas de amort
Edifícios e outras construções	2% - 10%
Equipamento básico	2% - 25%
Equipamento de transporte	6,2% - 25%
Ferramentas e utensílios	10% - 25%
Equipamento administrativo	10% - 25%
Taras e vasilhame	14,28%
Outras imobilizações corpóreas	6,66% - 12,5%

107

Os adutores, contabilisticamente relevados na rubrica “Equipamento Básico”, são amortizados à taxa de 2%, uma vez que se estima em 50 anos o período de vida útil desses bens. Refira-se ainda, que a utilização da referida taxa de amortização foi, para efeitos fiscais, autorizada pela DGCI.

As despesas de manutenção corrente são contabilizadas em resultados no exercício em que ocorrem.

As imobilizações corpóreas constantes em balanço, ainda que não totalmente depreciadas, serão considerados como custo do exercício se não for expectável que sejam obtidos benefícios económicos futuros provenientes da utilização ou alienação desses activos. Sempre que a quantia contabilística for superior ao valor recuperável do activo, procede-se imediatamente ao seu ajustamento para o valor recuperável estimado.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do activo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em “Reservas de Reavaliação” é transferido para “Resultados Transitados”.

d) Imparidade de activos fixos

Os activos fixos, ainda que sujeitos a amortização, são revistos quanto à existência de indícios de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do activo fixo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo deduzido dos gastos para venda e o seu valor de uso. Na impossibilidade de atribuir uma quantia recuperável a um determinado activo, o mesmo deverá ser agregado com outros activos, de forma que conjuntamente gerem fluxos de caixa independentes e, dessa forma, constituam uma UGC (Unidade geradora de caixa).

108

A perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados no exercício em que se verificam as condições para o seu registo, sendo anualmente acrescida ou revertida, total ou parcialmente, sempre que as condições que originaram o seu registo inicial se tenham alterado ou deixem de se verificar.

e) Activos financeiros

Empresas do grupo e associadas

Os investimentos em partes de capital em empresas do grupo e associadas são registados ao custo e valorizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método, os ganhos e perdas obtidas por estas sociedades são registados, pela parte proporcional detida, como resultados financeiros.

Outros investimentos

Outros investimentos financeiros em títulos e outras aplicações são valorizados ao seu valor de custo, deduzidos de ajustamentos destinados a fazer face a perdas estimadas na sua realização.

f) Contas a receber

Os ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa são calculados com base na avaliação económica específica das perdas, totais ou parciais, estimadas pela não cobrança das contas a receber de Clientes e outros devedores e tendo em consideração a existência de garantias reais ou de outra natureza (**Nota 11**).

g) Existências

As existências que se destinam ao processo produtivo da EPAL incluem, essencialmente, (i) reagentes, tais como cloro líquido, sulfato de alumínio, dióxido de carbono e outros produtos usados no tratamento da água; e (ii) material hidráulico para construção civil.

Essas existências estão valorizadas ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da actividade normal da Empresa, deduzido das despesas de venda. Quando o valor realizável líquido é inferior ao respectivo valor de balanço, são registados ajustamentos pela diferença.

O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

h) Disponibilidades

As disponibilidades incluem caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 1 ano (três meses, no caso da demonstração dos fluxos de caixa) e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Dívidas a instituições de crédito – curto prazo”, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

109

Os títulos negociáveis são valorizados ao mais baixo entre custo de aquisição ou valor de mercado.

i) Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio.

j) Benefícios aos empregados – Pensões

A Empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus Trabalhadores, que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez), suportando adicionalmente as responsabilidades decorrentes de situação de pré-reforma.

Em 22 de Março de 2008, a Empresa alterou o referido sistema de benefícios, dando a possibilidade aos seus Trabalhadores de optarem entre participarem no plano de benefícios definidos ou no plano de contribuições definidas.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensões, segundo o qual a Empresa tem como única obrigação pecuniária a realização de contribuições fixas junto de uma entidade separada (um Fundo).

Um plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais factores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

As responsabilidades decorrentes do plano de benefícios definidos, são calculadas anualmente por actuários independentes, utilizando o método do crédito da unidade projectada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Os custos relativos a estas responsabilidades são reconhecidos em conformidade com o *International Accounting Standard 19 (Nota 18)*.

Os custos relativos ao plano de contribuição definida são registados anualmente com base numa percentagem sobre a massa salarial de cada activo integrante no plano.

k) Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afectação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EPAL divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota.

Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras

l) Subsídios para investimento

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição de imobilizações corpóreas são divulgados como passivo não-corrente e são creditados na demonstração dos resultados com base no método das quotas constantes pelo período esperado de vida remanescente dos activos correspondentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

m) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial, que à data da transacção não afecte nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um passivo por imposto diferido para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de reversão do imposto diferido. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os movimentos anuais nos saldos de activos e passivos por impostos diferidos têm como contrapartida as mesmas rubricas onde as transacções ou eventos que lhes deram origem foram registados. O valor da rubrica “Reserva de reavaliação” inscrita no capital próprio encontra-se líquida do correspondente passivo por imposto diferido (**Nota 16**).

Não são efectuadas compensações entre impostos diferidos activos e passivos.

n) Reconhecimento do rédito e de outros proveitos e custos

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e o rédito é reconhecido como segue:

Venda de água e quota de serviço

A venda de água e quota de serviço encontra-se suportada por contratos celebrados com os Clientes, em que o preço se encontra perfeitamente definido através de um tarifário devidamente aprovado.

Ao longo do ano, os proveitos relativos à venda de água são reconhecidos à medida que são facturados, com base nos consumos apurados através da leitura de contadores ou, nos períodos em que, para um dado consumidor, não foi realizada a leitura do contador, em estimativas de consumos. No final do ano, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, é reconhecido um acréscimo de proveitos pelo valor estimado dos consumos por ler e facturar.

No final de cada exercício económico, o montante registado a título de vendas de água corresponde aos consumos reais do ano apurados com base na leitura dos contadores e, nos casos em que tal não é viável, em estimativas fiáveis de tais consumos (**Nota 11**).

Encargos financeiros

Os juros de empréstimos obtidos são reconhecidos como custo no exercício em que são incorridas, mesmo quando os empréstimos visam financiar a aquisição de imobilizado (Nota 23).

Outros proveitos e custos

Outros proveitos e custos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas como acréscimos e diferimentos.

o) Dividendos a pagar

Os dividendos a pagar são reconhecidos no exercício em que são aprovados em Assembleia-Geral de Accionistas.

p) Reservas de reavaliação

Os montantes incluídos na rubrica “Reservas de Reavaliação” são inicialmente registados pelo acréscimo líquido de imobilizado decorrente das reavaliações efectuadas de acordo com a legislação aplicável (**Nota 6**) e anualmente transferidos para a rubrica “Resultados transitados”, na medida em que os mesmos são realizados através de venda, abate ou amortização dos bens respectivos.

112

3. Políticas de gestão do risco financeiro

Factores do risco financeiro

As actividades da EPAL estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. A EPAL pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A EPAL efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos com flexibilidade.

Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

Dado que a EPAL não possui activos com remuneração significativa, o lucro e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco da taxa de juro da EPAL advém essencialmente da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxa variável expõem a EPAL ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a EPAL ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da EPAL é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos à taxa variável.

4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EPAL são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Provisões

A EPAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação daquele pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Imparidade de activos

À data da apresentação das demonstrações financeiras da EPAL relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos activos reportados.

5. Imobilizado incorpóreo

O imobilizado incorpóreo no montante de 21 764 Euros, respeita essencialmente a um direito sobre parte de terrenos de terceiros pelos quais passam condutas da EPAL, no valor de 21 300 Euros. Por se tratar de um direito de uso ilimitado, o mesmo não é sujeito a amortização.

	2008	2007
Propriedade industrial e outros direitos	21 764	22 228
	21 764	22 228

Os movimentos ocorridos no imobilizado incorpóreo e respectivas amortizações acumuladas durante o exercício de 2008 foram como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Abates e alienações	Saldo final
Imobilizado bruto					
Propriedade Industrial e outros direitos	22 692	-	-	-	22 692
	22 692	-	-	-	22 692
Amortizações acumuladas					
Propriedade Industrial e outros direitos	464	464	-	-	928
	464	464	-	-	928
		(nota 28)			

114

6. Imobilizado corpóreo

O imobilizado corpóreo líquido de amortizações, tem a seguinte composição:

	2008	2007
Terrenos e recursos naturais	49 761 829	49 869 219
Edifícios e outras construções	41 514 131	43 684 298
Equipamento básico	523 744 602	516 187 645
Equipamento de transporte	1 119	3 515
Ferramentas e utensílios	789 768	1 042 121
Equipamento administrativo	2 089 438	1 594 142
Taras e vasilhames	403	748
Outras imobilizações corpóreas	1 508 994	2 019 150
Imobilizações em curso	17 969 734	32 027 635
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	135 113	1 155 135
	637 515 131	647 583 610

No final do exercício de 2008, a rubrica “Equipamento básico” incluía imobilizações em poder de terceiros, designadamente contadores de água colocados na rede de distribuição, no montante, líquido de amortizações, de 1 213 140 euros.

Os movimentos ocorridos no imobilizado corpóreo e respectivas amortizações acumuladas durante o exercício de 2008 foram como segue:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Diminuições	Saldo final
Imobilizado bruto					
Terrenos e recursos naturais	49 869 219	-	57 265	(164 655)	49 761 829
Edifícios e outras construções	116 895 064	-	1 560 970	(35 124)	118 420 910
Equipamento básico	907 591 807	908 995	35 825 917	(6 405 449)	937 921 270
Equipamento de transporte	1 655 748	-	-	-	1 655 748
Ferramentas e utensílios	10 276 847	232 059	605	(154 150)	10 355 361
Equipamento administrativo	16 677 495	168 935	1 269 504	(433)	18 115 501
Taras e vasilhame	8 134	-	-	-	8 134
Outras imobilizações corpóreas	10 542 481	10 139	38 249	-	10 590 869
Imobilizações em curso	32 027 635	24 281 968	(37 557 488)	(782 381)	17 969 734
Adiantam. conta de imob. corp.	1 155 135	175 000	(1 195 022)	-	135 113
	1 146 699 565	25 777 096	-	(7 542 192)	1 164 934
Amortizações acumuladas					
Edifícios e outras construções	73 210 766	3 731 137	-	(35 124)	76 906 779
Equipamento básico	391 404 162	25 990 786	-	(3 218 280)	414 176 668
Equipamento de transporte	1 652 233	2 396	-	-	1 654 629
Ferramentas e utensílios	9 234 726	466 772	-	(135 905)	9 565 593
Equipamento administrativo	15 083 353	942 818	-	(108)	16 026 063
Taras e vasilhame	7 386	345	-	-	7 731
Outras imobilizações corpóreas	8 523 331	558 544	-	-	9 081 875
	499 115 957	31 692 798	-	(3 389 417)	527 419 338
		(Nota 28)			

115

A rubrica “Equipamento básico” inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e electricidade, obras hidráulicas e contadores.

Os aumentos ocorridos no exercício de 2008 no Imobilizado corpóreo, ascenderam a, aproximadamente, 25,8 milhões de euros, e respeitam, essencialmente, a obras de ampliação do Sistema de Castelo do Bode, à renovação de condutas adutoras e de distribuição da rede de Lisboa e a trabalhos relativos ao projecto de macro-medição da rede de produção e transporte.

A redução da rubrica “Imobilizações em curso”, no montante de, aproximadamente, 37,5 milhões de euros, corresponde, essencialmente à conclusão, no decurso do exercício de 2008, de parte das obras relacionadas com a ampliação do Sistema de Castelo do Bode, à entrada em exploração do sistema de abastecimento de água do concelho de Mafra e à renovação das condutas adutoras e de distribuição da rede de Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Imobilizações em curso” respeita, essencialmente, a obras destinadas ao reforço de capacidade do adutor de Castelo do Bode e à renovação de

condutas de distribuição na zona de Lisboa, ao projecto de macro-medição da rede de produção e transporte e a diversos processos de titularidade de terrenos.

A diminuição ocorrida no exercício de 2008 no “Imobilizado corpóreo”, no montante de, aproximadamente, 7,5 milhões de euros (líquido de amortizações acumuladas no montante de, aproximadamente, 3,4 milhões de euros) respeita, essencialmente, ao registo da alienação de activos fixos relacionados com o adutor de Alto de Carenque/Mercês (**Nota 9 e Nota 35**). A diminuição ocorrida, em igual período em “imobilizado em curso”, no montante de, aproximadamente, 0,8 milhões de euros respeita, essencialmente, ao reconhecimento em custo do exercício de valores associados a projectos de investimento não concluídos e entretanto abandonados.

Reavaliações

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas, em anos anteriores, ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro

116

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2008, líquidos de amortizações acumuladas, é o que segue:

	Custos históricos a)	Reavaliações a) b) (Nota 16)	Valores Reavaliados a)
Imobilizações corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	12 297 248	32 992 766	45 290 014
Edifícios e outras construções	5 853 180	3 776 766	9 629 946
Equipamento básico	94 125 980	72 851 812	166 977 792
	112 276 408	109 621 344	221 897 752

a) Líquidos de amortizações

b) Englobam as sucessivas reavaliações

7. Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 os investimentos financeiros eram como segue:

	2008	2007
Partes de capital em empresas do grupo	250 000	250 000
Partes de capital em outras empresas participadas	2 870	1 370
Títulos e outras aplicações financeiras	108 732	108 732
	361 602	360 102

Empresas do grupo

As participações em empresas do grupo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, e os respectivos capitais próprios e resultados, eram os seguintes, à data de 31 de Dezembro de 2008:

Empresas	Sede	% capital detida	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Valor balanço	Ajustamentos	Valor líquido
Clube de Golfe das Amoreiras	Lisboa	100%	234 509	46 760	250 000	-	250 000

a) corresponde a prestações acessórias

117

Em 31 de Dezembro de 2008, esta subsidiária apresentava capitais próprios negativos, no montante de 15 491 Euros, excluindo prestações acessórias. Ao abrigo do normativo contabilístico aplicável, a EPAL cessou a utilização do método da equivalência patrimonial no momento em que as perdas acumuladas da associada excederam o valor do investimento financeiro em balanço.

A EPAL é o único accionista do Clube de Golfe das Amoreiras, S.A, que tem como objectivo a promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras, em resposta ao desafio colocado pelo Município de Lisboa para se valorizar e dinamizar o espaço ocupado pelo reservatório. O seu capital social é de 350 000 Euros.

Em 1993, ambas as sociedades celebraram um contrato-promessa com a Supergolf Amoreiras-Academia de Golfe, SA, por meio do qual a sociedade Clube de Golfe das Amoreiras, SA prometia ceder a exploração do recinto comercial destinado ao treino e ensino de golfe.

Na sequência de decisão arbitral anterior e por iniciativa da Supergolf Amoreiras-Academia de Golfe, SA, foi constituído, em 2006, novo Tribunal Arbitral para apuramento de eventuais responsabilidades. Em 2008, o referido Tribunal Arbitral proferiu acórdão unânime, entretanto transitado em julgado, que estabeleceu a indemnização devida, compreendendo esta um mon-

tante líquido já cumprido e um valor sujeito a liquidação, neste momento ainda pendente, que se encontra estimado e registado nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

Participadas

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 os investimentos financeiros em outras participações eram como segue:

Empresas	Sede	% capital detida	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Valor balanço	Ajustamentos	Valor líquido
Ambelis	Lisboa	0,7%			1 370	-	1 370
Fundec	Lisboa				1 500	-	1 500
					2 870	-	2 870

Títulos e outras aplicações de tesouraria

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a Empresa detinha os seguintes títulos:

	2008	2007
Valores à ordem dos tribunais	108 072	108 072
OT's	660	660
FIP's	-	-
	108 732	108 732

118

Movimentos ocorridos durante o exercício

Os movimentos ocorridos em investimentos financeiros e respectivos ajustamentos, foram como segue:

	Saldo inicial	Reforços	Reduções	Saldo final
Partes de capital em empresas do grupo	250 000	-	-	250 000
Partes de capital em outras empresas participadas	1 370	1 500	-	2 870
Títulos e outras aplicações financeiras	108 732	-	-	108 732
Ajustamentos a investimentos financeiros (Nota 33)	-	-	-	-
	360 102	1 500	-	361 602

O reforço em “Partes de capital em outras empresas participadas” respeita à participação da EPAL, enquanto entidade associada, na constituição da FUNDEC – Associação para a Formação e o Desenvolvimento em Engenharia Civil e Arquitectura.

8. Impostos diferidos

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de Imposto prevista no Orçamento do Estado para 2009 e que corresponde a uma taxa de IRC de 25%, acrescida da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa agregada de imposto de 26,5%.

Os movimentos no exercício de 2008 nas rubricas de impostos diferidos foram os seguintes:

Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Reversão	Saldo final
Provisões acima dos limites fiscais	35 544 201	8 353 244	(22 134 503)	21 762 942
Reposição de proveitos tributados	1 549 908	-	-	1 549 908
Base de incidência	37 094 109	8 353 244	(22 134 503)	23 312 850
Taxa de imposto:				
IRC (25%)	9 273 527	2 088 311	(5 533 626)	5 828 212
Derrama (1,5%)	556 412	125 299	(332 018)	349 693
Activos por impostos diferidos	9 829 939	2 213 610	(5 865 644)	6 177 905
Reavaliação de activos imobilizados	33 255 939	-	(2 604 508)	30 651 431
Valor líquido das mais-valias reinvestidas	194 035	-	(4 877)	189 158
Base de incidência	33 449 974	-	(2 609 385)	30 840 589
Taxa de imposto:				
IRC (25%)	8 362 493	-	(652 346)	7 710 147
Derrama (1,5%)	501 750	-	(39 141)	462 609
Passivos por impostos diferidos	8 864 243	-	(691 487)	8 172 756

Em 31 de Dezembro de 2008, o efeito dos impostos diferidos na demonstração dos resultados do exercício de 2008 ascende a 2 960 547 euros (**Nota 36**) e resulta do somatório dos movimentos ocorridos no exercício na rubrica de impostos diferidos.

119

9. Outros devedores – médio e longo prazo

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos desta rubrica, nos montantes de 14 570 718 euros e 11 302 155 euros, respectivamente, correspondem a dívidas de médio e longo prazo de “Outros devedores” e incluem, essencialmente, a dívida resultante da alienação dos subsistemas de abastecimento de Alenquer/Torres Vedras e Arruda dos Vinhos/Sobral de Monte Agraço, a qual apresenta um plano de reembolso anual de 27 anos. O aumento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2008 encontra-se relacionado, essencialmente, com o registo, no exercício de 2008, da alienação de activos fixos relacionados com o Adutor de Alto Carenque / Mercês (**Nota 6**). Do montante a receber em 31 de Dezembro de 2008, 12 026 274 euros vence-se até 2033 e 2 544 444 euros vence-se até 2012, os quais são remunerados mediante a actualização anual de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor. O plano de reembolso por anos discrimina-se como segue:

Ano	Montante
2010	1 349 242
2011	1 349 242
2012	1 349 242
2013	501 094
> 2013	10 021 898

	14 570 718
	=====

10. Existências

Durante o exercício de 2008, os movimentos ocorridos na rubrica de existências foram como segue:

Rubricas	Saldo inic.	Aumentos	Transf.	Regulariz.	Dimin.	Saldo final
Existências						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 223 114	2 765 922	-	-	(2 694 208)	1 294 828
Mercadorias	-	-	306 380	696	-	307 076
	1 223 114	2 765 922	306 380	696	(2 694 208)	1 601 904
					(Nota 25)	
Ajustamentos a saldos de existências						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	(60 950)	-	-	-	(60 950)
Mercadorias	-	(284 907)	-	-	-	(284 907)
	-	(345 857)	-	-	-	(345 857)
		(Nota 28)				
	1 223 114	2 420 065	306 380	696	(2 694 208)	1 256 047

11. Clientes e outras contas a receber

120

A composição desta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é como segue:

	2008	2007
Clientes c/c	15 928 703	20 635 621
Clientes de cobrança duvidosa	3 922 324	4 774 764
Ajustamentos para clientes de cobrança duvidosa	(2 960 345)	(3 477 453)
Subtotal clientes	16 890 682	21 932 932
Acréscimo de proveitos relativo a consumos de água por facturar	7 175 877	7 889 743
Acréscimo de proveitos relativo a quota de serviço por facturar	1 069 922	1 972 240
Acréscimo de proveitos relativo a serviços prestados por facturar	82 714	95 564
	25 219 195	31 890 479

Movimentos ocorridos no exercício

Os movimentos registados nos saldos de clientes de cobrança duvidosa e respectivos ajustamentos no exercício de 2008, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Clientes de cobrança duvidosa	4 774 764	567 353	(1 419 793)	3 922 324
Ajustamentos a clientes de cobrança duvidosa (Notas 28 e 32)	(3 477 453)	(428 970)	946 078	(2 960 345)
	1 297 311	138 383	(473 715)	961 979

O reforço verificado nos saldos e ajustamentos relativos a clientes de cobrança duvidosa decorre de uma avaliação económica sobre o risco de incobrabilidade das contas a receber de clientes.

Relativamente às diminuições, estas resultam essencialmente da recuperação de créditos anteriormente provisionados.

O saldo de clientes de cobrança duvidosa, no valor de 3 922 324 euros, é composto por 2 960 345 euros cujo risco de incobrabilidade pertence à empresa e se encontra integralmente provisionado e por 961 979 euros referentes a tarifa de saneamento e adicional, cujo risco é da responsabilidade de terceiros.

12. Estado e outros entes públicos activos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos devedores do Estado e Outros Entes Públicos, eram compostos como segue:

	2008	2007
IRC		
Estimativa de IRC	-	(6 712 340)
Pagamentos por conta	-	6 915 096
Retenções na fonte	-	83 043
Subtotal IRC	-	285 800
IVA a receber	1 474	1 744
	1 474	287 544

121

13. Outros devedores

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a composição da rubrica de outros devedores é a seguinte:

	2008	2007
Empresas do grupo	1 353 246	1 343 246
Adiantamentos a fornecedores	1 082 983	-
Pessoal	32 325	31 521
Outros devedores diversos	2 510 160	3 918 306
Ajustamentos a outros devedores de cobrança duvidosa	(623 124)	(623 124)
Subtotal	4 355 590	4 669 949
Outros acréscimos de proveitos	379 437	74 083
Custos diferidos relativos a seguros liquidados	840 034	593 247
Outros custos diferidos	104 434	503 772
	5 679 495	5 841 052

Empresas do grupo

O valor registado na rubrica empresas do grupo refere-se exclusivamente a suprimentos concedidos ao Clube de Golfe das Amoreiras, SA.

Movimentos ocorridos relativos a ajustamentos para outros devedores de cobrança duvidosa

Os movimentos ocorridos no ano são como segue:

	2008	2007
Saldo inicial	623 124	634 907
Reforço/Dotações do exercício (Nota 28)	-	10 298
Reversão (Nota 32)	-	(22 082)
Saldo final	623 124	623 124

14. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava a seguinte composição:

	2008	2007
Caixa	37 562	36 037
Depósitos bancários	4 782 936	3 963 160
Subtotal	4 820 498	3 999 197
Outras aplicações de tesouraria	18 700 000	11 000 000
	23 520 498	14 999 197

15. Capital social

122

O capital social no montante de 150 000 000 euros é constituído por 30 000 000 acções de 5 Euros cada e encontra-se integralmente realizado.

Accionistas

À data de 31 de Dezembro de 2008, a Empresa era integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA.

Resultado por acção

	2008	2007
Resultado líquido do exercício	26 675 351	24 391 338
Número médio de acções	30 000 000	30 000 000
Resultado por acção (básico e diluído)	0,89	0,81

16. Reservas e outros ajustamentos

Em 31 de Dezembro de 2008 as reservas e outros ajustamentos eram como segue:

	2008	2007
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(4 064)	(4 064)
Reservas de reavaliação	101 498 715	107 369 030
Reservas legais	29 664 223	27 225 089
Outras reservas	22 171 377	22 171 377
	153 330 251	156 761 432

Observação: ver em conjunto com a Demonstração das variações dos capitais próprios

A variação ocorrida na rubrica Reservas de Reavaliação durante o exercício de 2008 foi como se segue:

	Saldo inicial	Transferências	Saldo final
Reservas de reavaliação			
Constituição das reservas de reavaliação	256 514 383	-	256 514 383
Realização das reservas de reavaliação (Nota 6)	(140 332 529)	(6 560 510)	(146 893 039)
	116 181 854	(6 560 510)	109 621 344
Impostos diferidos associados			
Constituição dos impostos diferidos	(21 042 483)	-	(21 042 483)
Realização dos impostos diferidos (Nota 8)	12 229 659	690 195	12 919 854
	(8 812 824)	690 195	(8 122 629)
Valor líquido das reservas de reavaliação	107 369 030	(5 870 315)	101 498 715

Transferências: Os montantes incluídos nas colunas de “transferências” respeitam à transferência para a rubrica de “Resultados transitados” da parcela de reservas de reavaliação realizadas pela amortização, alienação ou abate dos activos fixos correspondentes, e respectivos impostos diferidos, durante o exercício de 2008.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual (os estatutos da EPAL elevam esse limite para 10%) tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é passível de distribuição a não ser no caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados: Conforme deliberado em Assembleia-Geral de Accionistas, realizada em 31 de Março de 2008, a Empresa aplicou o resultado líquido positivo apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, no montante de 24 391 338 euros, da seguinte forma:

Transferência:	
Para reservas legais	2 439 134
Para resultados transitados	3 862 533
	<u>6 301 667</u>
Distribuição:	
De dividendos	17 073 936
De lucros ao pessoal	1 015 735
	<u>18 089 671</u>
	<u>24 391 338</u>

17. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a composição das provisões é a seguinte:

	2008	2007
Processos judiciais em curso	9 322 593	8 430 553
Acidentes de trabalho	174 956	255 346
Outros riscos e encargos	3 602 411	10 603 246
	13 099 960	19 289 146

O movimento ocorrido na rubrica de Provisões no exercício de 2008 detalha-se como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Processos judiciais em curso	8 430 553	1 542 459	(650 419)	9 322 593
Acidentes de trabalho	255 346	-	(80 390)	174 956
Outros riscos e encargos	10 603 246	499 165	(7 500 000)	3 602 411
	19 289 146	2 041 624	(8 230 809)	13 099 960
		(Nota 29)		

A Empresa fez uma revisão cuidadosa e completa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, acções judiciais, situações fiscais por regularizar e reclamações ou casos litigiosos. Com base nessa revisão e a partir de uma cuidada análise de risco, a Empresa considera que o montante reflectido na rubrica Provisões, que em 31 de Dezembro de 2008 ascende a 13 099 960 Euros, é adequado para fazer face aos riscos identificados.

As reduções ocorridas nesta rubrica decorrem, essencialmente, da resolução de processos judiciais nos quais a Empresa se encontrava envolvida.

18. Responsabilidades com pensões

A EPAL dispõe de um sistema de benefícios sociais para os seus Trabalhadores, consubstanciado em dois planos de pensões, um plano de benefícios definidos e outro de contribuições definidas, os quais tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma (**Nota 2 j**).

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em Novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas directamente pela Empresa.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus Trabalhadores e sindicatos, nomeadamente no que

respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores activos da Empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano veio a ocorrer em 22 de Março de 2008.

Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o Conselho de Administração da Empresa veio a decidir descontinuar a política reiterada de atribuição de benefícios de pré-reforma.

Com referência a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 as responsabilidades por serviços passados associadas ao plano de benefícios definidos e com pré-reformas eram as seguintes:

Variação nas responsabilidades	2008	2007
Responsabilidades do início do período	88 397 822	95 464 704
Custo dos serviços correntes	715 000	2 298 000
Custos dos juros	3 037 000	4 395 000
"Corte" do plano	(35 722 000)	-
(Ganhos)/Perdas actuariais	(200 000)	(8 321 670)
Benefícios pagos	(5 605 386)	(5 438 212)
Responsabilidades no fim do período	50 622 436	88 397 822

125

As responsabilidades indicadas no quadro acima foram calculadas com base nos seguintes pressupostos actuariais e financeiros:

	2008	2007
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa anual de desconto	5,25%	5,25%
Taxa anual de rendimento	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento dos salários da segurança social	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento das prestações de pré-reforma	2,50%	2,50%

As responsabilidades globais da Empresa são cobertas através dos activos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo.

A evolução dos activos do Fundo foi a seguinte:

Fundo de pensões	2008	2007
Valor no início do período	48 454 982	45 960 297
Retorno efectivo	(3 100 538)	1 714 685
"Corte" do fundo	(13 203 000)	-
Contribuição da EPAL	2 902 789	2 593 857
Benefícios pagos	(1 902 789)	(1 813 857)
Valor no fim do período	33 151 444	48 454 982

O montante de 13 203 000 Euros respeita ao valor do Fundo que foi transferido para o novo Plano de contribuições definidas.

Em complemento aos activos do Fundo, a 31 de Dezembro de 2008, a Empresa tem reconhecido, no passivo, uma provisão para responsabilidades com pensões, no montante de 15,6 milhões de euros.

A situação global pode ser resumida no quadro seguinte:

	2008	2007
Responsabilidades no fim do período	50 622 436	88 397 822
Valor dos activos no fim do período	33 151 444	48 454 982
Provisão para pensões	15 642 752	25 392 038
Perdas actuariais diferidas	1 828 240	14 550 802
Prior service cost	-	2 251 036
Perdas enquadráveis no limite de 10% - "corredor"	1 828 240	8 839 782
Perdas em excesso ao corredor	-	3 459 984

O custo global com benefícios pós-emprego foi como segue:

126

	2008	2007
Custo dos serviços correntes	715 000	2 298 000
Custo dos juros	3 037 000	4 395 000
Retorno esperado dos activos	(1 942 000)	(2 199 000)
"Corte" do Plano e do Fundo	(7 301 000)	-
Reconhecimento de novas pré-reformas	2 192 000	-
Reconhecimento do prior service cost	89 000	399 000
Reconhecimento de perdas actuariais diferidas	66 000	941 286
Custo do período	(3 144 000)	5 834 286

O montante de 7 301 000 Euros respeita ao efeito do "Corte" do esquema de benefícios definidos anterior com base em cálculos actuariais elaborados por uma entidade independente e especializada, à data da entrada em vigor do novo Plano, ou seja, 22 de Março de 2008.

As perdas actuariais diferidas que excederem o limite de 10% do valor dos fundos afectos à cobertura das responsabilidades da Empresa ou 10% do valor das responsabilidades com serviços passados, dos dois o mais alto, são reconhecidas pelo período compreendido entre a idade média da população activa e a idade de reforma, com início no exercício seguinte em que tal situação se verifica.

Na sequência do processo de alteração do Plano de Pensões e continuando a ser objectivo da Empresa reforçar o nível de financiamento do seu Plano de Pensões, o Conselho de Administração decidiu realizar durante o ano de 2008, mais uma contribuição financeira robusta para o Fundo, no montante de 2,9 milhões de euros.

No exercício de 2008 a Empresa procedeu ainda ao registo do custo associado ao novo esquema de contribuições definidas no montante de 391 873 euros na rubrica Custos com pessoal.

19. Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 detalham-se como segue:

	2008				2007			
	Vencimento até 1 ano	Vencimento 1 a 5 anos	Vencimento a mais 5 anos	Total	Vencimento até 1 ano	Vencimento 1 a 5 anos	Vencimento a mais 5 anos	Total
Banco Europeu do Investimento (BEI)	8 100 934	55 445 404	147 625 066	211 171 404	6 018 390	43 335 556	167 835 849	217 189 795
Total - empréstimos bancários MLP		203 070 470				211 171 405		

20. Subsídios ao investimento

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o passivo relativo a subsídios ao investimento detalha-se como segue:

127

	2008	2007
Subsídios ao investimento	66 471 846	82 884 731
Proveitos reconhecidos	(26 374 274)	(40 915 455)
	40 097 572	41 969 277

A variação verificada entre os dois exercícios, no valor de 1 871 705 euros, refere-se ao reconhecimento anual em resultados dos subsídios ao investimento, na mesma proporção em que os activos subsidiados utilizados pela Empresa são amortizados (Nota 35).

21. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a composição desta rubrica é a seguinte:

	2008	2007
Fornecedores c/c	24 481 482	24 867 155
Fornecedores facturas em recepção e conferência	35 439	24 301
Fornecedores de imobilizado	9 137 637	7 279 530
Acréscimos de custos	3 303 052	1 525 394
	36 957 610	33 696 381

22. Estado e outros entes públicos passivos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos credores do Estado e outros entes públicos são como segue:

	2008	2007
IRC		
Estimativa de IRC	7 203 136	-
Pagamentos por conta	(5 587 824)	-
Retenções na fonte	(170 687)	-
Subtotal IRC	1 444 625	-
IVA	256 712	586 276
IRS	302 828	304 047
Segurança Social	533 266	517 230
Imposto de selo	10 850	11 555
	2 548 281	1 419 108

23. Outros credores

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 os saldos com outros credores são como segue:

128

	2008	2007
Câmara Municipal de Lisboa		
Tarifa de Saneamento (Portaria 399/85)	12 700 182	12 472 643
Tarifa Adicional (Portaria 309/84)	1 601 662	1 400 710
Férias e subsídio de férias	3 885 439	3 682 061
Taxa Recursos Hídricos	1 651 066	-
Juros a pagar	1 083 822	1 214 738
Seguros a liquidar	186 773	130 864
Pessoal	4 206	4 092
Credores diversos	474 068	153 728
	21 587 218	19 058 836

A variação ocorrida nesta rubrica deve-se, essencialmente, ao montante a pagar relacionado com a Taxa de Recursos Hídricos, de acordo com o estipulado pelo Decreto-Lei 97/2008 de 11 de Junho.

24. Vendas e prestação de serviços

Nos exercícios de 2008 e 2007, as vendas e as prestações de serviços detalham-se como segue:

	Mercado Nacional
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008	
Vendas de água e quota de serviço	140 942 021
Prestação de Serviços	2 584 436
	143 526 457
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2007	
Vendas de água e quota de serviço	137 376 839
Prestação de Serviços	2 591 985
	139 968 824

25. Custo das vendas

Nos exercícios de 2008 e 2007, o custo das vendas detalha-se como segue:

	2008	2007
Existências Iniciais	1 223 114	1 190 293
Compras	2 765 922	2 715 784
Transferências	306 380	-
Regularização de existências (Nota 35)	696	1 186
Existências finais	1 601 904	1 223 114
	2 694 208	2 684 150
	(Nota 10)	

129

26. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2008 e 2007, os fornecimentos e serviços externos detalham-se como segue:

	2008	2007
Electricidade	9 676 871	8 994 745
Conservação e reparação	7 232 993	7 566 213
Trabalhos especializados	7 644 718	6 356 580
Comunicação	1 777 552	1 397 289
Seguros	1 288 840	1 276 035
Rendas e alugueres	1 235 139	1 282 974
Subcontratos	1 113 165	1 046 447
Vigilância e segurança	1 010 316	841 142
Publicidade e propaganda	706 732	589 330
Limpeza, higiene e conforto	643 071	653 654
Combustíveis	613 242	520 760
Outros FSE's	6 836 478	6 246 213
	39 779 117	36 771 381

27. Custos com pessoal

Nos exercícios de 2008 e 2007, os custos com pessoal detalham-se como segue:

	2008	2007
Remunerações	23 841 900	20 895 664
Outros	4 462 258	12 469 634
	28 304 158	33 365 297

A diminuição ocorrida na rubrica de Custos com pessoal no exercício de 2008 face ao exercício anterior refere-se, essencialmente, aos efeitos do “Corte” do Plano de Pensões, conforme mencionado na **nota 18**.

Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais durante o exercício de 2008, foram as seguintes:

Conselho de Administração	690 167
Revisor Oficial de Contas	<u>17 912</u>
	<u>708 079</u>

130

Número médio de colaboradores

O número médio de Trabalhadores ao serviço da Empresa em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são como segue:

	2008	2007
Órgãos sociais	4	4
Trabalhadores efectivos e outros	797	815
	801	819

28. Amortizações e ajustamentos do exercício

Nos exercícios de 2008 e 2007, as amortizações e os ajustamentos do exercício detalham-se como segue:

	2008	2007
Amortizações de imobilizado corpóreo (Nota 6)	31 692 798	30 426 392
Amortizações de imobilizado incorpóreo (Nota 5)	464	464
Ajustamentos a saldos de clientes (Nota 11)	428 970	1 481 220
Ajustamentos a saldos de existências (Nota 10)	345 857	-
Ajustamentos a saldos de outros devedores (Nota 13)	-	10 298
	32 468 090	31 918 373

29. Provisões do exercício

Nos exercícios de 2008 e 2007, as provisões do exercício foram como segue:

	2008	2007
De processos judiciais	1 542 459	1 124 613
De impostos	417 165	-
De outros riscos e encargos	82 000	10 000
	2 041 624	1 134 613
	(Nota 17)	

30. Outros custos operacionais

Nos exercícios de 2008 e 2007, os outros custos operacionais tinham a composição que segue:

	2008	2007
Impostos e taxas	1 212 735	1 008 739
Outros custos operacionais	59 646	81 368
	1 272 381	1 090 107

131

31. Proveitos suplementares

Nos exercícios de 2008 e 2007, os proveitos suplementares foram como segue:

	2008	2007
Assistência técnica relativa ao Aquamatrix	626 470	840 387
Tarifa de saneamento	334 206	319 623
Análises laboratoriais	147 595	146 746
Cadernos de encargos	46 300	141 050
Rendas relativas a espaços	89 985	99 070
Apoio legal em expropriações	114 954	67 514
Royalties	69 580	64 867
Serviços sociais	12 096	12 204
Reparação de contadores	18 732	3 337
Outros	341 075	173 802
	1 800 993	1 868 600

32. Outros proveitos e ganhos operacionais

Nos exercícios de 2008 e 2007, os outros proveitos e ganhos operacionais detalham-se como segue:

	2008	2007
Reversões de ajustamentos a clientes (Nota 11)	946 078	80 468
Subsídios à exploração	3 857	-
Reversões de ajustamentos a outros devedores (Nota 13)	-	22 082
	949 935	102 550

33. Custos financeiros

Nos exercícios de 2008 e 2007, os custos financeiros tinham a composição que segue:

	2008	2007
Juros suportados	9 163 320	8 429 160
Ajustamentos a aplicações financeiras	-	335 342
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2 780	361
Outros custos e perdas financeiras	125 307	136 878
	9 291 407	8 901 740

132

34. Proveitos financeiros

Nos exercícios de 2008 e 2007, os proveitos financeiros foram como segue:

	2008	2007
Juros obtidos	828 853	394 557
Diferenças de câmbio favoráveis	6 635	497
Descontos de pronto pagamento obtidos	360	113
Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros	314 021	23 930
	1 149 869	419 098

35. Resultados extraordinários

A demonstração dos resultados extraordinários, para os exercícios de 2008 e 2007, é como segue:

	2008	2007
Donativos	131 251	97 500
Perdas em imobilizações	83 168	38 359
Perdas em existências (Nota 25)	1 022	1 351
Multas e penalidades	500	5 911
Correcções relativas a exercícios anteriores	267	1 385
Outros custos e perdas extraordinárias (a)	811 422	360 682
Total de custos e perdas	1 027 630	505 187
Ganhos em existências (Nota 25)	1 718	2 537
Ganhos em imobilizações (b)	1 216 174	37 762
Reduções de provisões (c)	2 619 419	898 834
Correcções relativas a exercícios anteriores	233 950	-
Subsídios ao investimento (Nota 20)	1 871 705	4 579 281
Outros proveitos e ganhos extraordinários	341 603	234 643
Total de proveitos e ganhos	6 284 569	5 753 056
Resultados extraordinários	5 256 939	5 247 869

a) A rubrica Outros custos e perdas extraordinárias, no montante de 811 422 euros corresponde, essencialmente: (i) à insuficiência da estimativa de imposto de 2007, no montante de 475 527 euros; e (ii) ao valor pago no decurso do exercício de 2008 de indemnizações por roturas, no montante de 325 742 euros.

b) Este montante diz respeito, essencialmente, à mais-valia obtida com a alienação de activos fixos relacionados com o adutor de Alto de Carenque/Mercês **(Nota 6)**;

c) O montante de reduções de provisões refere-se, essencialmente, ao reconhecimento na demonstração dos resultados da resolução de processos judiciais.

36. Impostos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa normal de 25% que pode ser incrementada até ao máximo de 1,5% pela Derrama, conduzindo a uma taxa agregada de imposto de 26,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001) excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Tendo as declarações fiscais da Empresa relativas aos

exercícios económicos até 2005 (inclusive) sido objecto de revisão, poderão ainda ser sujeitas a inspecção as declarações relativas aos anos de 2006 a 2008. A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

O Imposto sobre o rendimento (IRC) contabilizado como custo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 encontra-se corrigido pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, de acordo com a Directriz Contabilística nº 28 (**Nota 8**).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva de imposto é como segue:

	2008	2007
Resultado antes de impostos	36 839 034	31 784 533
Imposto esperado à taxa nominal de 26,5%	9 762 344	8 422 901
Efeito das diferenças permanentes	101 789	(1 161 283)
Tributações autónomas	299 550	131 577
Encargo de imposto	10 163 683	7 393 195
Imposto corrente	7 203 136	6 712 340
Imposto diferido (Nota 8)	2 960 547	680 856
Taxa efectiva de imposto	27,59%	23,26%

134

37. Passivos contingentes e garantias prestadas

Passivos contingentes

A Empresa fez uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência, constituído provisões que, face aos riscos identificados, considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efectuada, e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades contingentes que devessem ser divulgadas como contingentes.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas como segue:

	2008	2007
Câmaras Municipais	22 511 467	18 873 923
Banco Europeu de Investimento	7 921 611	12 613 707
Tribunais	5 433 496	5 433 496
Outros	19 817	476 512
	35 886 391	37 397 638

38. Nota à demonstração dos resultados por funções

Em 31 de Dezembro de 2008, as principais rubricas da demonstração de resultados por funções eram como segue:

a) Custo das Vendas e Prestação de Serviços

A rubrica de Custo das Vendas e Prestação de Serviços inclui 43 069 199 euros referentes aos custos operacionais da Área de Negócio de Produção, deduzidos de 1 486 185 euros de proveitos relativos à parcela, realizada no ano, de subsídios ao investimento, correspondente aos bens do imobilizado afectos à Área de Produção.

A repartição do montante anual total do proveito com subsídios ao investimento, no valor de 1 871 705 euros, pelas diversas rubricas da demonstração de resultados por funções em 2008, é como segue:

	2008	2007
Custo das vendas e prestações de serviços	1 486 185	4 193 762
Custos distribuição	381 779	381 779
Outros Custos e Perdas Operacionais	3 741	3 741
	1 871 705	4 579 281

135

b) Custos de distribuição

Esta rubrica reflecte, essencialmente, os custos operacionais da Área de Negócio da Distribuição, que, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, ascenderam a 30 322 844 euros.

c) Custos administrativos

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica incluía sobretudo os custos operacionais de todas as áreas de suporte da Empresa.

d) Custo líquido de financiamento

Nesta rubrica estão incluídos os juros de empréstimos bancários, no montante de 9 162 288 euros, e os custos suportados com garantias bancárias, no valor de 113 028 euros.

e) Imposto sobre os resultados correntes

A reconciliação entre o montante de imposto na demonstração dos resultados por naturezas e na demonstração de resultados por funções é como segue:

	2008	2007
Imposto total do exercício	10 163 683	7 393 195
Insuficiência de estimativa de imposto (a)	309 605	45 300
Restituições de impostos (a)	-	(182 262)
	10 473 288	7 256 234

(a) Classificados na demonstração dos resultados por naturezas em resultados extraordinários



elementos
contabilísticos
exigidos pelo
Plano Oficial de
Contabilidade

Balanços em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

ACTIVO	Exercícios			
	2008		2007	
	Activo Bruto	Amort. e Ajustam.	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO				
Imobilizações incorpóreas				
Propriedade industrial e outros direitos	22 692	928	21 764	22 228
Total	22 692	928	21 764	22 228
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	49 761 829	-	49 761 829	49 869 219
Edifícios e outras construções	118 420 910	76 906 779	41 514 131	43 684 298
Equipamento básico	937 921 270	414 176 668	523 744 602	516 187 645
Equipamento de transporte	1 655 748	1 654 629	1 119	3 515
Ferramentas e utensílios	10 355 361	9 565 593	789 768	1 042 121
Equipamento administrativo	18 115 501	16 026 063	2 089 438	1 594 142
Taras e vasilhame	8 134	7 731	403	749
Outras imobilizações corpóreas	10 590 869	9 081 875	1 508 994	2 019 150
Imobilizações em curso	17 969 734	-	17 969 734	32 027 635
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	135 113	-	135 113	1 155 135
Total	1 164 934 469	527 419 338	637 515 131	647 583 610
Investimentos financeiros				
Partes de capital em empresas associadas	252 870	-	252 870	251 370
Títulos e outras aplicações financeiras	108 732	-	108 732	108 732
Total	361 602	-	361 602	360 102
DÍVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO				
Outros devedores	14 570 718	-	14 570 718	11 302 155
Total	14 570 718	-	14 570 718	11 302 155
CIRCULANTE				
Existências				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 295 524	60 950	1 234 574	1 223 114
Mercadorias	306 380	284 907	21 473	-
Total	1 601 904	345 857	1 256 047	1 223 114
Dívidas de terceiros - curto prazo				
Clientes, c/c	15 928 703	-	15 928 703	20 635 621
Clientes de cobrança duvidosa	3 922 324	2 960 345	961 979	1 297 311
Empresas associadas	1 353 246	-	1 353 246	1 343 246
Adiantamentos a fornecedores	1 082 983	-	1 082 983	-
Estado e outros entes públicos	1 474	-	1 474	287 544
Outros devedores	2 542 485	623 123	1 919 362	3 326 704
Total	24 831 215	3 583 468	21 247 747	26 890 425
Títulos negociáveis				
Outras aplicações de tesouraria	18 700 000	-	18 700 000	11 000 000
Total	18 700 000	-	18 700 000	11 000 000
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA				
Depósitos bancários	4 782 936	-	4 782 936	3 963 160
Caixa	37 562	-	37 562	36 037
Total	4 820 498	-	4 820 498	3 999 197
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de proveitos	8 707 949	-	8 707 949	10 031 630
Custos diferidos	944 468	-	944 468	1 097 019
Impostos diferidos activos	6 177 905	-	6 177 905	9 829 939
Total	15 830 322	-	15 830 322	20 958 588
Total de Amortizações e Ajustamentos		531 349 591		
Total do Activo	1 245 673 420		714 323 829	723 339 419

As notas anexas às demonstrações financeiras fazem parte integrante do Balanço a 31 de Dezembro de 2008

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, Presidente
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, Vogal
José Alfredo Manita Vaz, Vogal
António Bento Franco, Vogal
Rui Manuel de Carvalho Godinho, Vogal

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	Exercícios	
	2008	2007
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	150 000 000	150 000 000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(4 064)	(4 064)
Reservas de reavaliação	101 498 715	107 369 030
Reservas:		
Reservas legais	29 664 223	27 225 088
Outras reservas	22 171 377	22 171 377
Resultados transitados	35 040 674	25 307 826
	Sub-Total	338 370 925
Resultado líquido do exercício	26 675 351	24 391 338
	Total do Capital Próprio	365 046 276
PASSIVO		
Provisões para riscos e encargos		
Outras provisões para riscos e encargos	13 099 960	19 289 146
	Total	13 099 960
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo		
Dívidas a instituições de crédito	203 070 470	211 171 405
	Total	203 070 470
Dívidas a terceiros - curto prazo		
Dívidas a instituições de crédito	8 100 934	6 018 390
Fornecedores, c/c	24 481 482	24 867 155
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	35 439	24 301
Fornecedores de imobilizado, c/c	9 137 637	7 279 530
Estado e outros entes públicos	2 548 281	1 419 108
Outros credores	16 428 368	14 029 393
	Total	60 732 141
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Acréscimos de custos	24 101 838	31 945 095
Proveitos diferidos	40 100 388	41 971 057
Impostos diferidos passivos	8 172 756	8 864 243
	Total	72 374 982
	Total do Passivo	349 277 553
	Total do capital próprio e do passivo	714 323 829
		723 339 419

As notas anexas às demonstrações financeiras fazem parte integrante do Balanço a 31 de Dezembro de 2008

Demonstração dos resultados por naturezas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

CUSTOS E PERDAS	Exercícios			
	2008		2007	
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas:				
Matérias	2 694 207	2 694 207	2 684 150	2 684 150
Fornecimentos e serviços externos		39 779 117		36 771 381
Custos com o pessoal:				
Remunerações	23 841 899		20 895 664	
Encargos sociais:				
Pensões	10 952 873		2 593 857	
Outros	(6 490 614)	28 304 158	9 875 776	33 365 297
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	31 693 263		30 426 855	
Ajustamentos	774 827		1 491 518	
Provisões	2 041 624	34 509 714	1 134 613	33 052 986
Impostos	1 212 735		1 008 739	
Outros custos e perdas operacionais	59 646	1 272 381	81 368	1 090 107
A.....		106 559 577		106 963 921
Juros e custos similares	9 291 407	9 291 407	8 901 740	8 901 740
C.....		115 850 984		115 865 661
Custos e perdas extraordinários		1 027 630		505 187
E.....		116 878 614		116 370 849
Imposto sobre o rendimento do exercício		10 163 683		7 393 195
G.....		127 042 297		123 764 044
Resultado líquido do exercício		26 675 351		24 391 338
		153 717 648		148 155 382
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas:				
Produtos	140 942 021		137 376 839	
Prestações de serviços	2 584 436	143 526 457	2 591 985	139 968 824
Trabalhos para a própria empresa	5 825		43 254	
Proveitos suplementares	1 800 993		1 868 600	
Subsídios à exploração	3 857		-	
Reversões de amortizações e ajustamentos	946 078	2 756 753	102 550	2 014 404
B.....		146 283 210		141 983 228
Juros e proveitos similares	1 149 869	1 149 869	419 098	419 098
D.....		147 433 079		142 402 326
Proveitos e ganhos extraordinários		6 284 569		5 753 056
F.....		153 717 648		148 155 382
RESUMO				
Resultados operacionais :	(B) - (A) =	39 723 633		35 019 307
Resultados financeiros :	(D - B) - (C - A) =	(8 141 538)		(8 482 643)
Resultados correntes :	(D) - (C) =	31 582 095		26 536 664
Resultados antes de impostos :	(F) - (E) =	36 839 034		31 784 533
Resultado líquido do exercício :	(F) - (G) =	26 675 351		24 391 338

As notas anexas às demonstrações financeiras fazem parte integrante da Demonstração dos resultados por naturezas a 31 de Dezembro de 2008

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, Presidente
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, Vogal
José Alfredo Manita Vaz, Vogal
António Bento Franco, Vogal
Rui Manuel de Carvalho Godinho, Vogal

Notas Anexas

A reconciliação entre a numeração das notas anexas requeridas pelo Plano Oficial de Contabilidade e a numeração das notas anexas apresentadas, é como segue:

Nota POC	Descrição	Notas Anexas
1.	Disposições do POC derrogadas no exercício	2
2.	Comparabilidade	n.a
3.	Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos	2
4.	Cotações	n.a
5.	Vantagens fiscais que afectam o exercício	n.a
6.	Imposto sobre o rendimento	36
7.	Número médio de Trabalhadores	27
8.	Nota às contas de Despesas de instalação e de investigação e desenvolvimento	n.a
9.	Justificação da amortização de trespases além de cinco anos	n.a
10.	Movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado e respectivas amortizações e ajustamen-	5,6,7 e 28
11.	Financiamento de immobilizações capitalizados no exercício	n.a
12.	Reavaliações de immobilizações corpóreas (legislação)	6
13.	Quadro discriminativo das reavaliações	6
14.	Immobilizações em poder de terceiros	6
15.	Bens utilizados em regime de locação financeira	n.a
16.	Participações em empresas do grupo e associadas	7
17.	Acções e quotas da conta titulos negociáveis de montante superior a 5% do activo circulante	n.a
18.	Discriminação da conta 4154 - Fundos	n.a
19.	Diferenças materialmente relevantes entre preços de mercado e critérios valorimétricos do activo circulante	n.a
20.	Atribuição a elementos do activo circulante de valores inferiores ao preço mercado	n.a
21.	Ajustamentos	11 e 13
22.	Existências em poder de terceiros	n.a
23.	Dívidas de cobrança duvidosa	11 e 13
24.	Empréstimos concedidos aos órgãos sociais	n.a
25.	Dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da empresa	13 e 23
26.	Dívidas tituladas por rubricas do balanço e nele não evidenciadas	n.a
27.	Obrigações e titulos de participação emitidos pela empresa	n.a
28.	Valores em mora incluídos na conta Estado e Outros entes Públicos	n.a
29.	Dívidas a terceiros a mais de cinco anos	19
30.	Dívidas a terceiros cobertas por garantias reais	n.a
31.	Compromissos que não figuram no balanço	18
32.	Garantias prestadas	37
33.	Diferença entre dívidas a pagar e correspondentes quantias adequadas	n.a
34.	Provisões	17
35.	Aumentos ou reduções do capital próprio	n.a
36.	Composição do capital	15
37.	Identificação de pessoas colectivas com mais de 20% do capital	7
38.	Acções e quotas subscritas no exercício	n.a
39.	Variação das reservas de reavaliação no exercício	16
40.	Movimentos ocorridos na rubrica do capital próprio	Demonstração das variações dos capitais próprios
41.	Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25
42.	Demonstração da variação da produção	n.a
43.	Remunerações dos órgãos sociais	27
44.	Discriminação das vendas e prestações de serviços	24
45.	Demonstração dos resultados financeiros	33 e 34
46.	Demonstração dos resultados extraordinários	35
47.	Informações exigidas por diplomas legais	n.a
48.	Outras informações relevantes	12,13,14,19, 22 e 23

n.a. - não aplicável



relatórios e pareceres

Relatório e parecer do fiscal único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Em conformidade com o disposto no C.S.C. e Estatuto da Empresa, o fiscal único elaborou o Relatório anual de actividade e emite parecer sobre o Relatório e Contas da Gestão de 2008 e a Proposta de Aplicação dos Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração.

A. RELATÓRIO

No âmbito das suas atribuições examinou a gestão da Empresa nas áreas essenciais de actividade, tendo como elementos básicos de análise as peças contabilísticas e elementos de suporte; os orçamentos de exploração e de investimentos; contas de terceiros; financiamentos; água produzida e consumida e evolução das perdas por áreas de exploração. Foi ainda analisada a informação de gestão preparada pelo Gabinete de Planeamento e Controlo (PCG), reportada à execução dos orçamentos, indicadores dos consumos e perdas de água e à posição financeira da empresa no decurso do exercício.

O trabalho desenvolvido pelo fiscal único/roc consta de relatórios trimestrais que foram remetidos ao órgão de gestão para conhecimento.

As tarefas do órgão de fiscalização podem ser sintetizadas como segue:

- . Análise da gestão nas áreas predominantes da actividade da empresa, com especial referência para as compras e vendas, investimentos, custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos, amortizações, provisões e custos e perdas financeiros.
- . Confirmação da titularidade dos bens e valores do activo fixo que estão afectos à exploração. Neste campo pôde confirmar-se que os bens do imobilizado corpóreo são registados no balanço pelo custo de aquisição ou valor de reavaliação, tendo as amortizações do exercício, num total de 31,693 milhões eur, sido apuradas com base na vida útil estimada dos bens depreciados e pela aplicação das taxas máximas previstas na lei fiscal.

Relatório e parecer do fiscal único



- . Verificação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas e dos critérios de valorização dos activos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, os quais estão divulgadas nas Notas anexas às Contas em condições de expressar, de forma correcta, a situação financeira da empresa e o resultado das operações realizadas no exercício.
- . Controlo da execução financeira dos orçamentos de exploração e de investimentos, tendo por base os valores anuais que foram previstos. No domínio do orçamento de exploração pôde verificar-se que os índices de execução são satisfatórios, tanto pelos desvios apurados como pelas variações homólogas, face ao ano anterior. Os proveitos totais de 2008 registaram um desvio positivo de 5,3% (7,698 milhões eur), tendo o seu crescimento homólogo atingido 3,8% (5,562 milhões eur). No total dos custos o desvio orçamental foi também favorável em 4,6% (5,632 milhões eur), tendo a variação homóloga registado um acréscimo quase irrelevante de 0,4%.
Os investimentos tiveram um índice de realização financeira de 68%, tendo por base uma facturação de 26,161 milhões eur, que ficou próxima do valor dos compromissos assumidos, de 30,402 milhões eur (79% da dotação anual do plano). Consideramos, face aos valores expostos, que a realização dos investimentos atingiu um índice global satisfatório, em consonância com os valores registados nos anos anteriores.
- . Verificada a evolução das perdas de água nos diversos estádios do percurso, desde a captação até à utilização pelo cliente, entendemos sublinhar que o índice global atingido de 12,57%, face ao volume de água captada, é considerado um dos mais baixos de sempre. Este índice de perdas enquadra-se nos objectivos da gestão que visam uma redução persistente dos prejuízos decorrentes dos desperdícios de água. Nesta linha de orientação, só em 2008 foram investidos cerca de 8 milhões eur na renovação e ampliação da rede de Lisboa, esforço financeiro que tem sido realizado também nos anos anteriores.
Face ao baixo nível económico das perdas de água, pode concluir-se que as quantidades apuradas se enquadram já num intervalo desejável para o equilíbrio custo/benefício do investimento realizado pela empresa nesta área.
- . Comprovação de que o Relatório de Gestão está em conformidade com as demonstrações financeiras, e que na sua preparação foram cumpridos os requisitos exigidos pelo CSC e demais legislação aplicável.

Mantém-se o CSC de Lisboa até 31/12/2011 - Págs. 108 - Capital Social 100 000 000 €

145

Relatório e parecer do fiscal único



Anota-se, contudo, o que o RL do exercício, num total de 26,7 milhões eur, pode ainda influenciar a variação do capital próprio em 2009, por se encontrar pendente de distribuição pela Assembleia Geral de aprovação das Contas.

- Na esfera dos custos operacionais anotamos, como factores positivos, as contenções registadas nos gastos com pessoal (-15,2%) e ajustamentos (-48,1%) e, com efeito negativo, os custos com fornecimentos e serviços externos e as provisões, cujas variações homólogas atingiram 8,2% e 80%, respectivamente.

A subida dos custos com FSE teve origem nos aumentos da energia em 7,6% e nos trabalhos especializados, 20,3%, rubricas que em conjunto representam 43,5% dos custos totais com fornecimentos e serviços externos, que em 2008 tiveram um crescimento de 8,2%.

O Resultado operacional, pese embora a evolução desfavorável verificada nalgumas das suas componentes mais relevantes, atingiu neste exercício o montante de 39,724 milhões eur, valor que reflecte um crescimento de 13,4% (4,7 milhões euros), face ao ano anterior.

- Como nota final, salientamos a importância para a empresa da estratégia que visa melhorar a qualidade do serviço prestado e assegura um perfil financeiro sustentável, conjugado com um adequado e justo retorno do capital empregue. Tal medida, assentando numa melhoria da eficiência operacional com base na implementação de um sistema de gestão de qualidade, ao envolver também um programa de centralização das compras com vista a uma maior racionalização dos custos de aquisição de bens e serviços, criou, a nosso ver, as condições que alicerçam o actual figurino de gestão, com implicações relevantes na economia da empresa, as quais se têm reflectido nos resultados bruto e operacional e, bem assim, no RL, cujo crescimento tem sido relevante nos últimos exercícios.
- Somos de opinião que a Proposta de Aplicação dos Resultados, constante do Relatório de Gestão, está em conformidade com a lei e os estatutos, em especial o prescrito no Código das Sociedades Comerciais sobre esta matéria.

Fornecimentos e Serviços Externos e Provisões nº 2304 - Resultado Operacional nº 500 706 640 - Capital Social 50 000 000 €

147

Relatório e parecer do fiscal único



B. PARECER

Em face do exposto, é do parecer do Fiscal Único que estão em condições de merecer aprovação pela Assembleia Geral:

- . o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2008, e
 - . a Proposta de Aplicação dos Resultados,
- nas condições apresentadas pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 24 de Março de 2009.

O Fiscal Único,

(António Dias Nabais)

Município de Lisboa nº 2261 - Rua Colares nº 280/282 MB - Capotaça 13000 086 E

Certificação Legal das Contas

ANTÓNIO DIAS NABAIS
ECONOMISTA
REVISOR OFICIAL DE CONTAS
Avenida do Mar, n.º 32 - 2.º B
2025-476 Costa da Caparica
Tel/Fax 217601990
E-mail: adn.roc@sapo.pt



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um Activo Líquido de 714.323.829 euros e um total de Capital Próprio de 365.046.276 euros, incluindo um Resultado Líquido de 26.675.351 euros); a Demonstração dos Resultados por naturezas e por funções; a Demonstração das Variações dos Capitais Próprios e dos Fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as Notas Anexas às Demonstrações Financeiras.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame das referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas técnicas e as directrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a confirmação de que são apropriadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

Certificação Legal das Contas

ANTÓNIO DIAS NABAIS
 ECONOMISTA
 REVISOR OFICIAL DE CONTAS
 Avenida do Mar, n.º 32 - 2.º B
 2025-478 Costa da Capelica
 Tel/Fax 217501990
 E-mail: adn.roo@tsego.pt

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame inclui também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras da empresa.
6. Anotamos que o Balanço e a Demonstração dos Resultados por Naturezas de 2007/2008 são apresentados num formato distinto do previsto no Plano Oficial de Contabilidade, conforme, aliás, se alude na Nota 2.a) do ABDR, sendo as notas anexas expostas numa ordem sequencial de Balanço e de Demonstração de Resultados. Contudo, em conjunto com a Demonstração das variações dos capitais próprios, todas as informações requeridas pelo POC, em especial quanto ao total do Activo, Capital Próprio e Resultado líquido, são mantidas em ambos os exercícios com valores idênticos aos que resultam do Balanço e Demonstração de Resultados por Naturezas com formato exigido pelo Normativo oficial, documentos que são também apresentados em secção anexa própria.
7. Entendemos que o exame efectuado constitui base suficiente para a expressão da nossa opinião sobre os documentos de prestação de contas da empresa.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, as referidas Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 24 de Março de 2009.

O Revisor Oficial de Contas,



(António Dias Nabais)

Relatório de Auditoria



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 que evidencia um total de 714.323.829 Euros e capitais próprios de 365.046.276 Euros, incluindo um resultado líquido de 26.675.351 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das variações dos capitais próprios, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (Nota 2.a).

Lisboa, 26 de Março de 2009


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por João Luís Falua Costa da Silva

A empresa Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss entity, ou a uma ou mais entidades da rede de firmas membros, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para saber a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membros consulte www.deloitte.com/about.

Tax: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500 000 000 Euros | Matricula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 211
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Rua Sampaio Soares Gomes, Praça do Bom Sucesso 61 - 1º, 4150-148 Porto

Member of Deloitte Touche Tohmatsu



EPAL

RELATÓRIO E CONTAS 2008

edição
design gráfico

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A..
GIC - Gabinete de Imagem e Comunicação da EPAL

Conselho editorial



www.sinoptica.pt